



RELATÓRIO E CONTAS **EXERCÍCIO DE 2009**

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 – 6A, 1070-313 Lisboa – Portugal
Capital Social € 13.750.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa nº único 500 255 342

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
HIGHLIGHTS.....	9
ANÁLISE MACROECONÓMICA.....	10
ECONOMIA INTERNACIONAL.....	10
ECONOMIA AMERICANA.....	10
ECONOMIA ZONA EURO.....	11
JAPÃO.....	11
ECONOMIA NACIONAL.....	11
ANGOLA.....	12
BRASIL.....	12
ESPAÑA.....	13
MERCADOS FINANCEIROS.....	13
SECTOR PORTUÁRIO.....	14
ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	17
PRINCIPAIS INDICADORES DO ANO DE 2009.....	17
RECURSOS HUMANOS.....	20
EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NO ANO (INCLUINDO POSTERIORES).....	23
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO.....	28
NAVEGAÇÃO.....	28
NAVEGAÇÃO PORTUGAL.....	28
NAVEGAÇÃO INTERNACIONAL.....	33
REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS.....	35
ÁREA FINANCEIRA.....	38
ACÇÕES PRÓPRIAS.....	43
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY.....	44
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	45
ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	46
LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA.....	47
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	48
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS.....	49
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA.....	49
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	50
DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO RESULTADO INTEGRAL.....	51
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS.....	52
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO).....	53
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS.....	54
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS.....	79
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	85
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	85
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	86
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO INTEGRAL.....	87
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS.....	88
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO).....	89
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	90
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	125
EXTRACTO DE ACTA.....	131
RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.....	136

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

O ano de 2009 veio testar, mais uma vez, a nossa preparação para ultrapassarmos tempos difíceis bem como a nossa capacidade de adaptação e inovação associadas à resistência histórica que caracteriza o Grupo Orey há mais de 120 anos.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO:

Em 2009 continuámos a sentir a crise económica mundial com as principais economias mundiais a contraírem, bem como a assistir a níveis reduzidos de confiança apesar de melhores do que se previa em 2008.

Portugal não foi excepção, tendo sido bastante influenciado pela crise no sistema financeiro que dificultou a recuperação económica que se fez sentir no último trimestre do ano, verificando-se uma contracção final do PIB de cerca de 3,3%.

As economias dos países onde o Grupo Orey está presente voltaram a registar, uma vez mais, comportamentos distintos:

- No caso da economia nacional, a crise mundial foi altamente penalizadora para o país que viveu uma crise generalizada em todos os sectores. Nos anos anteriores a 2008, ainda que em valores reduzidos, o PIB ainda conseguiu registar uma evolução positiva, cuja inversão se tornou, tão inevitável quanto previsível, em 2009. O défice público aumentou significativamente, enquanto, os valores das exportações e importações diminuíram e a dívida externa aumentou 4,6%. A inflação desceu para níveis negativos, e o desemprego aumentou para níveis históricos;
- A Economia Angolana não ficou imune à crise financeira e o PIB contraiu cerca de 0,2% em 2009. Apesar das exportações terem diminuído no último ano e as importações terem aumentado, a balança comercial de 2009 continua a ser positiva para Angola sobretudo devido à exportação de petróleo;
- Espanha continuou emergida numa grave crise generalizada. Em apenas dois anos o desemprego aumentou para 19% no final do ano e o défice fiscal passou de 3,8% do PIB (2008) para 11% do PIB (2009). Também em 2009 o PIB

contraiu-se 3,6% e a inflação seguiu a tendência negativa do resto da Europa. As exportações e importações diminuíram após anos de crescimento e o défice externo aumentou 4,19% em 2009;

- O Brasil continua a ser considerado como uma das economias mais entusiasmantes devido ao rápido crescimento que tem alcançado nos vários sectores e devido aos recursos naturais existentes no país. Em 2009, a inflação baixou para 4,2% e o PIB continuou a sua tendência de crescimento, sendo que em 2009 o crescimento se situou em 0,1%, o que no cenário de crise global demonstra a estabilidade e o bom desempenho do país.

EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA E DO NEGÓCIO:

Apesar deste clima de adversidade, o Grupo Orey demonstrou mais uma vez a sua estabilidade, tendo terminado o ano com resultados positivos de 1,3 milhão de euros.

O Grupo reposicionou-se com a transformação da Orey numa holding de investimentos com uma alocação de activos dinâmica, constituída por participações financeiras em empresas e por investimentos no mercado financeiro, incluindo fundos de *private equity*, fundos imobiliários e fundos mobiliários entre outros.

Com este novo foco estratégico temos por objectivo potenciar um crescimento sustentado e de longo prazo, aumentando significativamente a dimensão da área financeira, ao mesmo tempo que simplificamos a nossa apresentação ao mercado de capitais. É necessário que o mercado olhe para a Orey como uma holding financeira e não como um conglomerado de empresas financeiras e não financeiras.

Na linha do novo enquadramento estratégico surgiu, no primeiro semestre de 2009, a oportunidade de compra e revitalização do BPP (Banco Privado Português). Esta operação foi preparada usando todo o nosso conhecimento de mercados e estruturas financeiros bem como o espírito de iniciativa e a capacidade de reunir apoios de uma forma notável que nos caracterizam. Infelizmente não foi possível. Ficou a iniciativa, o trabalho desenvolvido e a enorme experiência adquirida. A todos os envolvidos, muito obrigado.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2009:

Área Financeira:

Ao nível da actividade, na área de Gestão de carteiras e comparativamente com 2008, há a realçar um aumento do volume de activos sob gestão, quer em Portugal, quer no Brasil, onde a Orey Financial disponibiliza esta oferta bem como o crescimento exponencial do negócio da corretagem online.

Em Portugal, o aumento em activos sob gestão deveu-se essencialmente ao efeito de mercado e a depósitos de clientes enquanto que o crescimento registado no Brasil foi motivado pela recuperação dos valores dos activos no mercado local e, fundamentalmente, pelo crescimento dos AUM através de um processo de reorganização da força de vendas e processos comerciais.

Nos Fundos de investimento em Portugal registou-se um aumento do volume total gerido, com destaque para os Fundos de Investimento Imobiliário, que registaram um aumento de 4,8%. Neste segmento de negócio, o Brasil registou um desempenho de relevo com crescimento geral de activos de praticamente 78% em Euros. Esta performance esteve alinhada com a do mercado local, com obtenção de índices de retornos bastante significativos.

No negócio da corretagem continuou a verificar-se um aumento exponencial tanto no número de clientes como nas comissões líquidas, quer em Portugal, quer em Espanha, onde o negócio tem aproximadamente um ano de actividade. Estes resultados são fruto de uma estratégia continuada de negócio caracterizada pela criação de serviços e ofertas diferenciadoras para o segmento online.

Área da Navegação e Logística:

O sector de Transportes e de logística sofreu, a nível mundial, uma contracção significativa. Portugal não foi excepção com um decréscimo nas mercadorias movimentadas nos principais Portos de Portugal de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No final do ano de 2009, o volume de vendas em Portugal, que compreende as actividades de Linhas Regulares, Trânsitos Marítimos e Aéreos, Agenciamento de Navios

e Logística, totalizava 25,8 milhões de Euros, o que representa uma diminuição de 20,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Esta diminuição deveu-se sobretudo ao facto do negócio com a CMA-CGM Portugal e Delmas deixar de consolidar integralmente.

Ao nível da margem bruta há a destacar o desempenho das áreas de agenciamento, influenciada por uma diversificação da actividade no sentido da prestação de serviços indirectos relacionados com navios, compensando a pressão sobre a margem da actividade tradicional de agenciamento de navios que aumentou o número de navios agenciados, a movimentação ao nível da actividade de logística, onde se mantém a tendência de conquista de quota de mercado.

Na navegação internacional, apesar das consequências que a crise teve no mercado angolano a Orey Angola continua a ser líder do segmento de agenciamento de navios de carga geral desde 2007, tendo reforçado ainda mais a sua posição durante o ano corrente. Apesar da diminuição do número de navios, a quantidade de carga rolante movimentada cresceu 3,5% face ao idêntico período do ano de 2008.

Ao nível dos trânsitos, em resultado de uma crescente diversificação da base de clientes, o nível de actividade da empresa reflectiu um crescimento notável, em claro contra-ciclo com a economia.

Em Angola, a margem bruta atingiu um valor 6,3 milhões de Euros no ano de 2009, o que significa um crescimento de 3,7% em relação ao exercício de 2008.

No mercado Espanhol, o Grupo Orey está presente através das sociedades Orey Shipping S.L. que opera na área de trânsitos e de consignação e da Agemasa, que opera na área das Operações Portuárias.

O Porto de Bilbao, centro das operações das suas participadas, no final de 2009, comparando com o ano de 2008, sofreu uma forte quebra na carga convencional não contentorizada. Todas as Empresas do Porto foram afectadas. A Agemasa viu as suas vendas diminuir em cerca de 40%, que condicionaram fortemente os resultados do Grupo. Este facto é explicado pelo facto dos seus clientes apresentarem uma redução de actividade superior à da concorrência, nomeadamente nos produtos siderúrgicos e na carga de projecto.

Área das Representações Técnicas:

No exercício de 2009 verificou-se um aumento significativo desta área de negócio, quer nas vendas quer na margem bruta, muito impulsionadas pela inclusão da actividade de Segurança e combate a incêndios da participada Contrafogo, adquirida neste exercício.

No sector industrial de registar, também, o bom desempenho verificado ao nível das Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo onde as vendas e a margem bruta tiveram um aumento de 123,4% e 51,5% respectivamente.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES:

- Ano de transição que marca um importante reposicionamento estratégico do Grupo, que passa a centrar as suas actividades na área financeira, gerindo as actividades tradicionais (navegação, logística e representações técnicas) através de um fundo de *Private Equity*;
- Nível de resultados satisfatórios tendo em conta o que se viveu quer na economia real quer no sistema financeiro;
- Crescimento exponencial do negócio da corretagem *online*.

Agradecimentos:

Queria fazer os seguintes agradecimentos especiais:

Ao Exmo. Senhor Dr. Francisco Bessa, pela forma séria e leal como desempenhou funções neste conselho nos últimos 6 anos, agora que deixou o Conselho desta Sociedade para assumir em exclusivo o lugar de Presidente da Comissão Executiva da Orey Financial, nossa participada, na qual depositamos as maiores esperanças.

Ao Exmo. Senhor Dr. Rui d'Orey, por tudo - ao longo de mais de 20 anos nesta casa - mas especialmente pela forma, séria, leal e "missionária" como desempenhou funções neste conselho enquanto por mim presidido, ele que em 2009 deixou o Conselho desta Sociedade para assumir em exclusivo o lugar de Presidente da Comissão Executiva da Horizon View, nossa participada que detém o negócio de transportes e logística de Portugal, na qual depositamos as maiores esperanças.

Finalmente à Anabela Corrêa que, após quarenta anos de trabalho a secretariar, apoiar e ajudar quatro presidentes do Conselho de administração desta Casa, de duas gerações diferentes, com mais de 40 anos de diferença de idade e com formas de trabalhar muito distintas, cumpriu fielmente a sua missão profissional. Fê-lo sempre de uma forma leal, profissional, com uma disponibilidade incondicional, e com uma capacidade de adaptação aos tempos e às pessoas só possível a um grande talento e a uma grande pessoa.

Finalmente, desejo agradecer a todos os Excelentíssimos Senhores Accionistas, colaboradores do Grupo e membros dos Órgãos Sociais toda a colaboração, confiança e apoio que continuam a dar ao Conselho de Administração.

Muito obrigado,
Duarte d'Orey

2. HIGHLIGHTS

No final do exercício de 2009, destacam-se os seguintes factos em comparação com o mesmo período do ano anterior:

- Os **resultados líquidos consolidados** desceram 42,8%, passando de 2,3 milhões de Euros em 2008 para 1,3 milhões de Euros em 2009;
- Os **resultados globais** estão substancialmente afectados pelos resultados da Agemasa que foram de 1,2 milhões de Euros negativos;
- O **EBT** diminuiu 62,2% passando de 2,6 milhões de Euros em 2008 para 1,0 milhões de Euros em 2009, sendo que o EBT da Agemasa foi de 2,1 milhões de Euros negativos;
- O **EBIT** teve um decréscimo de 54%, passando de 3 milhões de Euros em 2008 para 1,3 milhões de Euros em 2009. O EBIT da Agemasa foi de 2,0 milhões de Euros negativos;
- O **EBITDA** desceu 41,5%, passando de 4,4 milhões de Euros para 2,6 milhões de Euros em 2009. O EBITDA da Agemasa foi de 1,4 milhões de Euros negativos;
- As **vendas e prestações de serviços** consolidadas desceram 18%, correspondendo a 13,5 milhões de Euros, sobretudo devido à quebra registada na actividade da participada Agemasa, que concentra as operações portuárias do grupo em Espanha;
- A **margem bruta** consolidada manteve-se nos 22,4 milhões de euros;
- A **função financeira** decresceu 8,3%, o que reflecte o resultado de investimentos financeiros e diferenças de câmbio negativas.

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

3.1.ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2009 a actividade económica ficou marcada pela mudança nas medidas tomadas em anos anteriores a nível global. Nos últimos anos implementaram-se medidas que visavam aumentar a taxa de juro de forma a manter a inflação em níveis aceitáveis. Em 2009, e devido às anteriores medidas que levaram a uma crise global com fortes consequências para as políticas internas e externas, os principais bancos centrais decidiram reduzir as taxas de juro, medida há muito esperada.

Apesar das principais taxas de juro se encontrarem em mínimos históricos, bem como a inflação, que chegou a atingir valores negativos em grande parte do ano, foi notória a redução a nível de empréstimos. As entidades tornaram-se mais proteccionistas, existindo mais condicionantes e requisitos para concessão de crédito, de forma a evitar crédito mal parado.

Foi também visível uma contracção de vários indicadores, como o consumo e o PIB. A confiança dos consumidores em geral também se manteve em níveis muito reduzidos.

3.2.ECONOMIA AMERICANA

O ano de 2009 ficou marcado por uma forte mudança no mercado americano. A eleição de um novo líder capaz de apresentar uma alternativa política aos governos passados e ciente da necessidade de mudança para que o país da crise, constituiu uma fonte de esperança para o futuro. Ainda assim, o ano 2009 confirmou os elevados níveis de endividamento de uma das principais economias mundiais, com elevados gastos de governo e sem conseguir recuperar esses gastos através dos impostos cobrados, apresentando défice na balança de pagamentos.

A concessão de crédito sofreu fortes alterações verificando-se medidas mais restritivas no acesso a empréstimos, visando proteger as instituições da falência e de possíveis especuladores. Neste período a inflação verificada foi de 1,8%, valor considerado controlado ainda que mais elevado do que o verificado na zona euro.

Ao longo de 2009 o PIB Norte-Americano sofreu fortes alterações, terminando o ano com o decréscimo de 2,4%.

A taxa de desemprego, apesar de alta, manteve-se estável nos 10% e com tendência de redução no próximo ano.

3.3.ECONOMIA ZONA EURO

Uma das principais alterações verificada na zona euro em 2009 refere-se á redução gradual da taxa de juro de 2% para 1%, situação que confirmou a necessidade de fortes medidas para controlar a crise num espaço económico caracterizado nos últimos anos pelas elevadas taxas de juro. A inflação também apresentou uma forte descida depois de nos últimos anos ter aumentado gradualmente, em 2009 a inflação apresentou valores negativos.

No ano de 2009 o PIB dos países da zona euro contraiu cerca de 4%. A tendência mostrou-se negativa desde o primeiro trimestre. Contudo, no último trimestre do ano e devido às fortes medidas praticadas, a economia da zona euro apresentou uma taxa de crescimento positiva, ainda que reduzida (0,1%), contrariando o resto do ano.

Devido ao nível de desemprego crescente na zona euro durante o ano, o consumo interno diminuiu apesar das medidas tomadas para estimular o mesmo.

3.4.JAPÃO

A crise económica mundial foi muito sentida no Japão em 2009. No ano transacto o crescimento já mostrava uma pequena tendência negativa. Em 2009, o PIB contraiu 5,7%, valor bastante significativo numa economia da dimensão da japonesa. Outro indicador, e um dos mais preocupantes da economia japonesa, refere-se ao aumento da dívida pública, que já era bastante elevada, passando de 175% do PIB para 192% do PIB.

Apesar da contracção do PIB e da elevada dívida pública, as exportações japonesas superaram as importações ainda que ambas tenham diminuído cerca de 30%. Ainda assim, o défice externo bruto manteve-se bastante elevado.

3.5.ECONOMIA NACIONAL

Portugal, á semelhança do que se passou no resto do mundo, foi bastante afectado pela crise financeira que se sentiu nos últimos anos. Em 2009 verificou-se um crescimento negativo do PIB de cerca de 3,3%. A crise económica mundial tornou-se altamente penalizadora para o país uma vez que nos anos anteriores a 2008, ainda que em valores reduzidos, o PIB estava a ter uma evolução positiva.

O défice público aumentou 13,25%, passando a representar 75% do PIB nacional. O valor das exportações diminuiu cerca de 26,57% e o valor das importações diminuiu 33%. Apesar da descida mais acentuada das importações, Portugal ainda foi deficitário no que refere a trocas externas em 2009, o que é demonstrativo do peso que as importações têm no mercado nacional. Por sua vez, a dívida externa aumentou 4,6%.

De um modo similar ao que ocorreu na zona euro, a inflação desceu para níveis negativos, situando-se em cerca de -0,9%. Por outro lado, o desemprego aumentou para 9,2%.

3.6.ANGOLA

A economia angolana tem apresentado nos últimos anos um forte crescimento em grande parte motivado pelo sector petrolífero do país, actividade que representa uma parte importante do PIB do País. Apesar desta situação e após vários anos com um forte crescimento, o país não ficou imune á crise financeira e o PIB contraiu cerca de 0,2% em 2009. A construção de infra-estruturas também tem potenciado o desenvolvimento do país, criando condições para mais.

Apesar das exportações terem diminuído no último ano e as importações terem aumentado, a balança comercial de 2009 é positiva para Angola. O crescimento das exportações tem sido bastante acentuado durante a última década, situação que permitiu reduzir o défice externo.

3.7.BRASIL

Fazendo parte do restrito grupo dos BRIC's, as economias emergentes com maior potencial de crescimento, o Brasil é considerado como uma das economias mais entusiasmantes devido ao rápido crescimento que tem alcançado a vários níveis e devido aos recursos existentes no país.

Desde o início da década que o país fez um esforço enorme para melhorar a sua situação macroeconómica, aumentado as reservas e diminuindo os défices. Uma das medidas mais visadas pelo governo foi o controlo da inflação que tem vindo a decrescer ao longo da década, num país onde a inflação é tipicamente elevada. Em 2009, a inflação brasileira foi de 4,2% o que representou uma redução em relação a 2008.

O PIB brasileiro tem aumentado gradualmente nos últimos anos sendo que em 2009 o crescimento se situou em 0,1%, o que no cenário de crise global demonstra a estabilidade do país.

As exportações brasileiras, que nos últimos anos tinham aumentado consistentemente, decresceram 19,7% em 2009, contrariando essa tendência. Tal como as exportações, também as importações diminuíram 21,4%.

3.8.ESPANHA

O governo espanhol definiu como prioridade para 2009 a inversão da recessão económica que se instalou em 2008. Ao longo das últimas décadas a economia espanhola tornou-se uma das maiores da Europa e a 12ª maior do mundo. Contudo, a recessão em que mergulhou em 2008 veio contrariar esta tendência.

Em dois anos o desemprego aumentou de 8% (2007) para 19% (Dezembro de 2009). O défice fiscal piorou de 3,8% do PIB (2008) para 11% do PIB (2009). Também em 2009 o PIB cresceu negativamente 3,6% e a inflação seguiu a tendência do resto da Europa e foi negativa (-0,8%) sendo no ano anterior 4,1%.

As exportações e importações diminuíram após anos de crescimento. O défice externo, já muito elevado, aumentou 4,19% em 2009.

3.9.MERCADOS FINANCEIROS

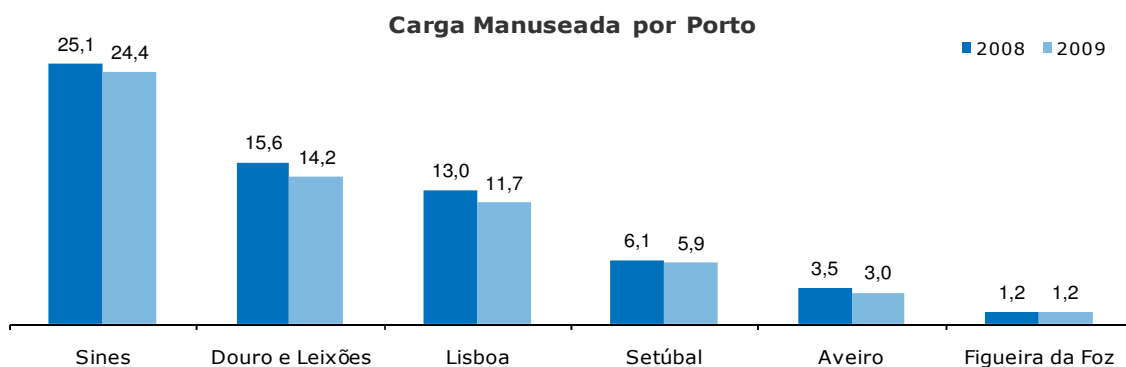
O ano de 2009 fica marcado pela contenção das empresas e instituições financeiras de forma a se protegerem de erros anteriormente cometidos. Este ano, os mercados financeiros apresentaram um aumento gradual, ainda que reduzido, face ao ano anterior, sendo que os três principais índices americanos exibiram uma melhoria anual. Os preços do petróleo também estiveram em destaque, uma vez que atingiram valores bastante baixos durante 2009, registando o mínimo no início do ano. Ao longo do ano e apesar de ainda se manterem em valores baixos foi notório o aumento gradual dos preços do petróleo.

O ano fica também marcado pelo desempenho de algumas economias emergentes que ganharam algum protagonismo no mercado financeiro devido às elevadas taxas de crescimento. Contudo, o seu peso relativo é ainda pequeno. Merecem especial destaque os BRIC's onde se destaca o bom desempenho da Rússia, China e Brasil.

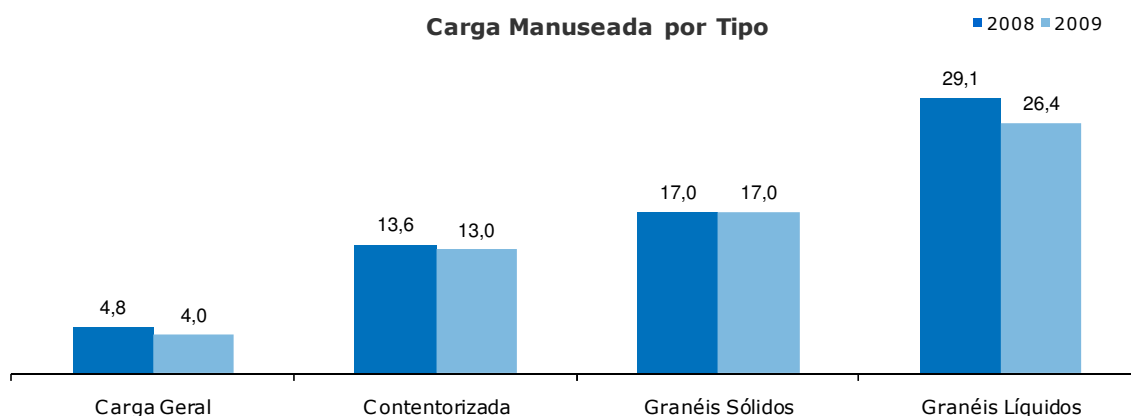
3.10.SECTOR PORTUÁRIO

Portugal

O total de mercadorias movimentadas nos principais portos de Portugal Continental em 2009 foi de 60,4 milhões de toneladas, o que representou um decréscimo de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução na tonelagem de mercadoria movimentada foi notória sobretudo nos portos de Lisboa e Douro e Leixões onde o decréscimo foi de 1,3 e 1,4 milhões, respectivamente. A repartição por porto foi a seguinte:



Analisando a carga por segmentos, temos as seguintes distribuições:



Análise sumária dos principais portos nacionais:



O Porto de Sines movimentou 24,4 milhões de toneladas, o que corresponde a um decréscimo de 3,1% em relação ao ano anterior. Os granéis líquidos são os grandes responsáveis por este decréscimo com uma redução de 10,1%, o correspondente a 1,8 milhões. Os graneis sólidos, comparativamente ao ano homólogo, cresceram 21,7%.



No Porto do Douro e Leixões verificou-se um decréscimo em 2009 (-9,2%) fixando-se o total de carga movimentada em 14,2 milhões de toneladas. Para esta performance contribuiu o desempenho do segmento graneis líquidos com um decréscimo de 12,8%.



O total de mercadorias movimentadas no Porto de Lisboa foi de 12 milhões de toneladas, o que corresponde a um decréscimo de 9,8% em relação a 2008. Esta evolução deveu-se sobretudo a um decréscimo no tráfego de carga contentorizada (-11,8%).



O total de mercadorias movimentadas no Porto de Setúbal ascendeu a 5,9 milhões de toneladas, o que correspondeu a um decréscimo de 3,6% em relação a 2008. Para esta evolução contribuíram sobretudo a redução da carga geral movimentada (-10,4%) e os granéis líquidos (-27,3%).



O Porto de Aveiro movimentou cerca de 3 milhões de toneladas em 2009, o que representa um decréscimo de 13,2% face a 2008. Para tal contribuiu a redução na Carga Geral movimentada.



O Porto da Figueira da Foz movimentou 1,2 milhões de toneladas em 2009 (+2,3%) face a 2008. O número de navios decresceu 2,5% correspondendo a um total de 383 navios em 2008 (-10). O principal factor para o aumento na carga movimentada foi o crescimento de 30,1% verificado na carga geral.



O Porto de Bilbao movimentou 31,6 milhões de toneladas em 2009, o que representa um decréscimo de 16,79% comparativamente a 2008. Esta diminuição de tráfego afectou todo o tipo de carga mas foi sobretudo evidente nos graneis líquidos, onde o decréscimo superou os 2,5 milhões de toneladas (-11,1%).

4. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1. PRINCIPAIS INDICADORES DO ANO DE 2009

Demonstração de Resultados consolidada (Unidade Monetária - Euro)	Dez. 2009	Dez. 2008	09/08 (%)
Vendas e Prestações de serviços	61.683.798	75.250.447	-18,0%
Custo das Vendas e Subcontratos	(39.296.475)	(52.873.364)	-25,7%
Margem Bruta	22.387.324	22.377.083	0,0%
Outros proveitos operacionais	1.772.053	2.524.132	-29,8%
Outros custos operacionais	(21.584.693)	(20.501.883)	5,3%
EBITDA	2.574.684	4.399.332	-41,5%
Amortizações do exercício	(1.198.605)	(1.407.354)	-14,8%
EBIT	1.376.079	2.991.978	-54,0%
Ganhos/ (Perdas) financeiras	(377.262)	(348.465)	-8,3%
EBT	998.817	2.643.513	-62,2%
Impostos sobre Lucros	302.274	(351.605)	-186,0%
Resultados das oper. em continuidade	1.301.091	2.291.908	-43,2%
Resultados de oper. descontinuadas	(2.558)	(19.471)	0,0%
Interesses Minoritários	995	(510)	-295,1%
Resultados Líquidos	1.299.528	2.271.927	-42,8%
ROE	4,71%	9,17%	-4,5 p.p.
ROA	1,67%	2,98%	-1,3 p.p.
Cash-flow	3.226.774	4.592.268	-29,7%
Margem Bruta (em %)	36,3%	29,7%	6,6 p.p.
Cost-to-Income	96,4%	91,6%	4,8 p.p.
Resultados Financeiros/Margem Bruta	-1,7%	-1,6%	-0,1 p.p.
EBITDA/Vendas	4,2%	5,8%	-1,7 p.p.
Margem EBITDA	11,5%	19,7%	-8,2 p.p.

No período em análise destacamos os seguintes factos:

Ao nível do desempenho financeiro:

- Margem Bruta de 22,4 milhões de Euros, apesar do decréscimo de 18% verificado nas Vendas e Prestações de Serviços.

Para tal evolução contribuíram positivamente os seguintes factos:

- Exclusão da consolidação do negócio da CMA-CGM Portugal e Delmas;

- Continuação da dinamização da actividade em Angola e evolução positiva nas comissões da Orey Financial Brasil.
- Aquisição da Contrafogo, Soluções de Segurança participada com actividade no segmento das Representações Técnicas.

Ao nível corporativo

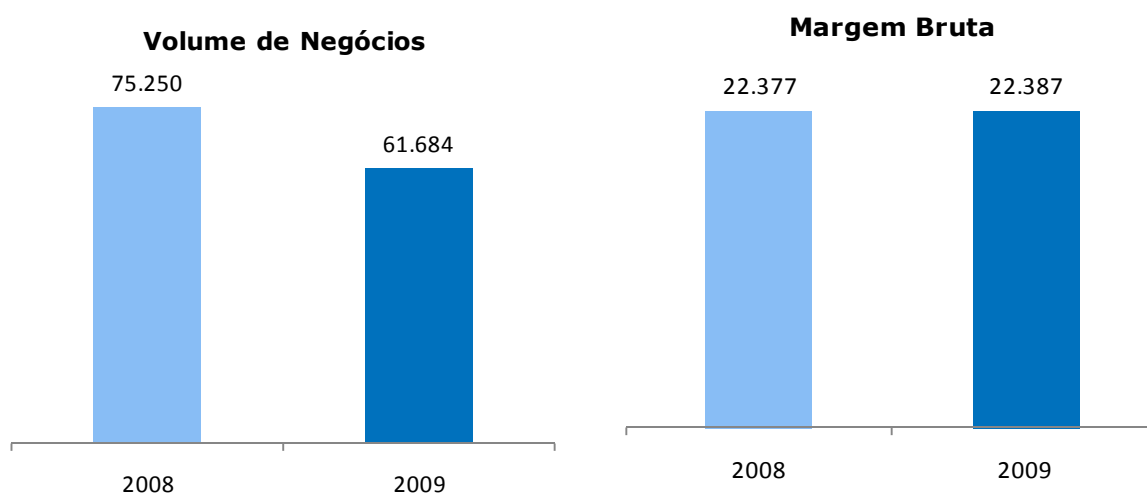
- A 15 de Abril os accionistas reuniram-se em Assembleia Geral onde foram aprovados o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2008 e se elegeram os órgãos sociais para o quadriénio 2009-2012.
- A 1 de Junho os accionistas reuniram-se em Assembleia Geral onde foram discutidas e aprovadas por unanimidade:
 - A venda das participações da Scoa nas empresas OA Agencies, OA Technical Representations, Orey Shipping SL e OA International BV a um Fundo de Private Equity na sequência da proposta de revisão estratégica aprovada na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2008;
 - A Transformação da Scoa numa holding de investimentos com uma alocação de activos dinâmica, constituída inicialmente por participações financeiras na Orey Financial, no Fundo de Private Equity e nas restantes empresas não englobadas no fundo e por investimentos no mercado financeiro, incluindo fundos de *private equity*, fundos imobiliários e fundos, mobiliários entre outros;
 - A atribuição de um prémio especial aos gestores de topo das empresas na sequência das duas propostas anteriores e em função da respectiva aprovação. Foi ainda aprovada a atribuição de um prémio especial posto à disposição da comissão de vencimentos para atribuição ao Conselho de Administração, de acordo com os critérios a definir pela mesma comissão de vencimentos. Este prémio está dependente da constituição do Fundo de Private Equity e da respectiva venda das empresas.

4.2.ANÁLISE FINANCEIRA

4.2.1.Volume de Negócios e Margem Bruta

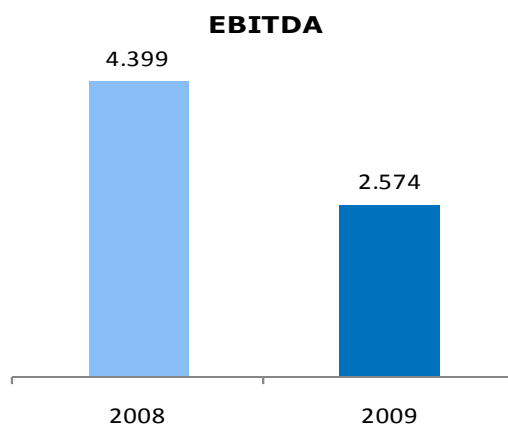
O volume de negócios consolidado do Grupo Orey atingiu os 61,7 milhões de Euros no ano de 2009, registando um decréscimo de 18% face ao ano de 2008 (valores em milhares de euros).

A margem bruta consolidada do Grupo foi de 22,4 milhões de Euros em 2009, mantendo-se o valor da margem bruta do exercício de 2008 (valores em milhares de euros).



4.2.2.EBITDA

O EBITA consolidado do Grupo Orey foi de 2,6 milhões de Euros em 2009, valor que compara com 4,4 milhões de Euros registado no ano de 2008 (valores em milhares de euros).



5. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano do Grupo Orey constitui um dos factores diferenciadores e de sucesso da Organização.

O desenvolvimento pessoal e profissional, bem como a exigência do cumprimento de todas as actividades operacionais e burocráticas, constitui uma das prioridades da Administração do Grupo.

Em termos estratégicos, pretende-se, cada vez mais, alinhar os macro processos de Recursos Humanos (recrutamento e selecção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos, etc.) com o *core business* da empresa, de forma a potenciar criação de valor.

5.1.Recrutamento

O Grupo Orey privilegia o Recrutamento Interno, por forma a promover o potencial humano, proporcionar oportunidades de progressão de carreira, bem como contribuir para a manutenção de elevados índices de satisfação e motivação dos quadros da empresa. No entanto, sempre que se verifica necessidade de recorrer a empresas externas, o Grupo Orey conta com a colaboração de alguns parceiros, nomeadamente, empresas de Recrutamento e Selecção e *Executive Search*.

O Grupo Orey procura investir cada vez mais no recrutamento de colaboradores chave, por forma tornar a organização cada vez mais competitiva e com um forte impacto no Mercado.

5.2.Formação e Desenvolvimento de Colaboradores

O Plano de Formação do Grupo Orey prevê um investimento contínuo na formação dos colaboradores, de forma a reforçar e otimizar as suas competências técnicas e comportamentais, adaptando-os cada vez mais às exigências provocadas pelo crescimento e expansão do Grupo.

A definição e implementação das acções de formação tem por finalidade o desenvolvimento e optimização das competências que se pretendem promover na organização, proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores,

bem como promover elevados índices de motivação e de produtividade e consequentemente a rentabilidade da empresa.

5.3.Sistemas de Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho actualmente em vigor no Grupo Orey é um procedimento que visa apoiar o desenvolvimento e o reconhecimento do desempenho dos colaboradores da organização.

Este procedimento tem uma periodicidade anual e constitui uma ferramenta importante para a gestão dos recursos humanos da organização.

O Sistema de Avaliação de Desempenho baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Identificação da contribuição de cada um na organização
- Identificação das necessidades de formação, bem como da adequação de cada colaborador à sua função
- Estimulação dos desempenhos considerados adequados e desejáveis à realidade de cada empresa do Grupo, sem perder de vista a plena integração dos colaboradores, oferecendo instrumentos facilitadores ao desempenho

Esta é uma ferramenta que auxilia o colaborador a clarificar para si mesmo e para a organização, quais as competências que possui e quais deverão desenvolver ou incrementar, por forma a estar alinhado com as competências da própria estrutura organizacional, bem como com os valores, missão e cultura do Grupo.

5.4.Sistemas de Remuneração e Incentivos

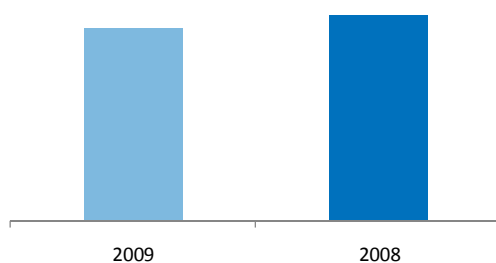
O Grupo Orey procura promover uma filosofia de remuneração e benefícios que proporcione um equilíbrio entre as necessidades dos seus colaboradores e os interesses da organização. Pretende-se, desta forma, ter um sistema de remuneração justo, adequado e competitivo, que promova comportamentos e desempenhos de excelência e que, por outro lado, permita atrair e reter talentos, necessários para o alcance do sucesso.

Ao longo dos anos, tem-se verificado um aumento dos vencimentos dos colaboradores, bem como o incremento de condições privilegiadas como um plano de Stock Options, entre outros.

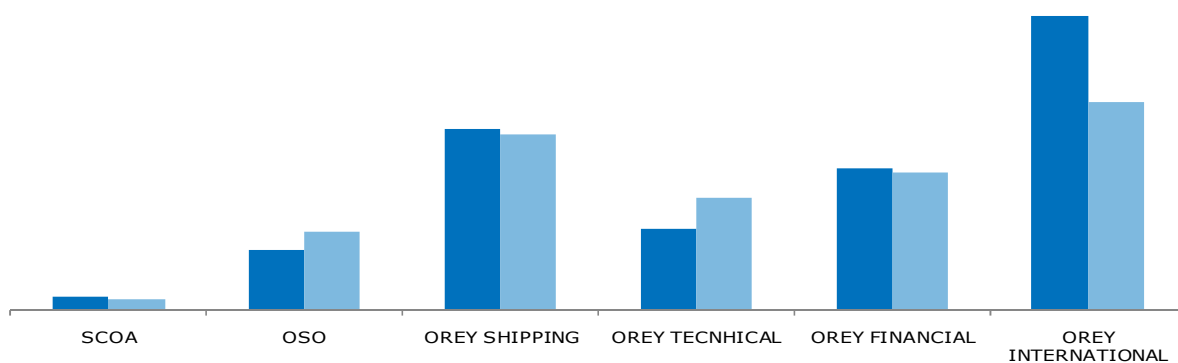
Holding		Sub-holdings				Total
SCOA	OSO	Orey Shipping	Orey Technical	Orey International	Orey Financial	
5	35	78	50	92	61	321

Em 2009, o número de colaboradores do Grupo era de 321.

Face ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de colabores de 9,3% (342 para 321).



5.5.Repartição de colaboradores por Sub-Holding



À excepção da OSO e da Orey Technical que, efectivamente, aumentaram o número de colaboradores, verifica-se uma diminuição de quadros no Grupo em geral.

6. EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NO ANO (INCLUINDO POSTERIORES)

04/03

A 4 de Março de 2009 a Orey informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2008.

13/03

A 13 de Março a Orey convocou os accionistas para se Reunirem em Assembleia Geral a realizar-se no dia 15 de Abril de 2009.

15/04

A 15 de Abril a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou sobre a eleição de novos órgãos sociais para o quadriénio 2009-2012.

15/04

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou o mercado, a 15 de Abril, da aprovação de contas individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2008, na Assembleia Geral da Sociedade.

20/04

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou no dia 20 de Abril de 2009 que, de acordo com o deliberado em Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, se encontrava a pagamento, a partir de 30 de Abril de 2009, o dividendo relativo ao exercício de 2008, com valor ílíquido de 0,11 Euros por acção.

29/04

A 29 de Abril a Orey convocou os accionistas para se reunirem em Assembleia Geral a realizar-se no dia 1 de Junho de 2009, onde foram discutidas:

Uma proposta de venda das participações da sociedade a um Fundo de Private Equity.

Uma proposta de estratégia a adoptar para o quadriénio 2009/2012;

15/05

A 15 de Maio a Orey informou sobre os Resultados Consolidados do primeiro trimestre de 2009.

01/06

A 1 de Junho a Orey informou que na Assembleia Geral da Sociedade realizada no mesmo dia foram aprovadas por unanimidade:

A venda das participações da sociedade, preferencialmente a um Fundo de Capital de Risco;

A Transformação da Orey numa *holding* de investimentos com uma alocação de activos dinâmica, constituída por participações financeiras em empresas e por investimentos no mercado financeiro, incluindo fundos de *private equity*, fundos imobiliários e fundos mobiliários entre outros.

A atribuição de um prémio global máximo com um valor económico até € 875.000 que poderá ser atribuído em acções da Orey, acções das empresas participadas, unidades de participação nos fundos ou em dinheiro, consoante os casos, e de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Uma proposta complementar relativa à atribuição de um prémio global máximo com um valor económico até € 625.000 posto à disposição da comissão de vencimentos para atribuição ao Conselho de Administração, de acordo com os critérios a definir pela mesma comissão de vencimentos.

22/06

A 22 de Junho a Orey informou sobre o vencimento da emissão capital Orey 2006-2009.

03/07

A 3 de Julho a Orey informou sobre o registo definitivo do aumento de capital para 13.750.000 Euros.

04/07

A 4 de Julho a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. confirmou, que a sua participada Orey Financial, Instituição Financeira de Crédito, S.A. se encontrava em estado avançado de conversações com a Privado Holding SGPS, S.A. com o objectivo de alcançar uma solução que permitisse resolver a situação dos clientes de Retorno Absoluto do Banco Privado Português, S.A., bem como uma solução de viabilidade do referido Banco. Esta solução estava ainda dependente de um entendimento favorável por parte das autoridades de supervisão, e bem assim da existência de

condições que permitam a assumpção efectiva pela Orey Financial da gestão do grupo económico do BPP.

10/07

No dia 10 de Julho de 2009, a Orey informou sobre o acordo para a aquisição, pela sua participada Orey Financial, Instituição Financeira de Crédito, S.A., da totalidade do capital do Banco Privado Português, S.A. e de duas empresas Holding do Grupo Privado Holding (Gest Advisors, Ltd. e Pcapital, SGPS, S.A.), pelo preço total de 1 Euro. O acordo alcançado encontrava-se sujeito à verificação de determinadas condições, em particular da autorização do Banco de Portugal.

Atenta à actual situação financeira do BPP, a Orey Financial acordou que fosse de imediato submetido à aprovação das Entidades Públicas e Privadas relevantes, por parte da administração do BPP, um plano de recapitalização para a recuperação e saneamento do BPP.

Simultaneamente, a Orey Financial apresentaria um programa de reestruturação do produto "Retorno Absoluto – Investimento Indirecto com Garantia" do BPP que visa assegurar aos clientes que subscreveram este produto uma solução de recuperação a médio prazo do capital investido. A aquisição do BPP e das referidas sociedades pela Orey Financial enquadrar-se na estratégia já anunciada de centrar a actividade do Grupo Orey na área financeira, desenvolvendo as actividades não financeiras através de um fundo de *Private Equity*, denominado Orey Capital Partners.

10/07

No dia 10 de Julho a Orey esclareceu sobre as notícias veiculadas na comunicação social acerca da solução proposta para os clientes de retorno absoluto, do plano de recapitalização do Banco. A Orey informou ainda que o pedido de autorização ao Banco de Portugal decorrente da assinatura do referido contrato tinha sido entregue ao final da manhã e que solução global para os clientes de retorno absoluto e para a recapitalização do banco apresentada, incorporava uma série de contributos e sugestões muito construtivas das diversas partes envolvidas e interessadas.

13/07

No dia 13 de Julho a Orey esclareceu que, relativamente à proposta de aquisição do Banco Privado Português, o preço foi determinado em função

da situação significativamente deficitária desta instituição de crédito, embora o valor económico associado a esta operação não estivesse limitado a 1 Euro.

Com efeito, a Sociedade Comercial Orey Antunes asseguraria a realização de capital no BPP num valor compreendido entre os 35 e os 50 milhões de Euros. Acresce que a contrapartida recebida pela Privado Holding SGPS, S.A. (PH) incluía ainda a atribuição de duas opções, uma compra de 10% do capital social do BPP, pelo preço de 1 Euro, e outra de subscrição de 30% do novo capital do banco, susceptíveis de exercício simultâneo e estando a segunda opção dependente da verificação de determinadas condições, nomeadamente a inexistência de processos judiciais ou administrativos que visem a condenação ou condenem os membros dos órgãos sociais ou accionistas da PH a sanções de qualquer natureza.

24/07

A Orey informou a 24 de Julho sobre notificação da decisão do Banco de Portugal de promover o encerramento da apreciação e o arquivamento do projecto de compra do Banco Privado Português, S.A. o qual englobava um plano de recuperação e saneamento.

O Banco de Portugal considerou:

Que o plano tinha como componente essencial a realização de várias operações que envolveriam dinheiros públicos;

Que o Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças, por comunicado também de 10 do corrente mês, reafirmou não existir interesse público relevante que justifique, além da salvaguarda dos depósitos, o envolvimento de dinheiros públicos no BPP;

Que não foi transmitida ao Banco de Portugal qualquer indicação em sentido contrário ao do referido comunicado.

A Orey Financial entende que o plano proposto, quer para o BPP quer para os clientes de Retorno Absoluto, tinha importantes vantagens para todas as partes envolvidas, incluindo o Estado português, e que era apropriado para

permitir alcançar a sua recuperação e saneamento. Não obstante a decisão agora conhecida, a Orey Financial mantém-se disponível para contribuir para a solução de viabilização daquela Instituição de crédito.

31/08

A 31 de Agosto de 2009 a Orey informou sobre os resultados consolidados e o relatório e contas do primeiro semestre de 2009.

09/11

A 9 de Novembro de 2009 a Orey informou era que totalmente alheia às notícias publicadas sobre a apresentação de um novo plano de recuperação do BPP. Adicionalmente, esclareceu que a sua participada Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A., na sequência do seu comunicado de 24 de Julho de 2009 e no âmbito da disponibilidade então demonstrada, continua a desenvolver os melhores esforços para encontrar uma solução que seja aceitável por todas as partes envolvidas.

16/12

A 16 de Dezembro de 2009 a Orey informou que tinha chegado a acordo para a abertura de 25% do capital da sua participada Orey Financial, à Sociedade Holdcontrol S.G.P.S, S.A., do Grupo Domus e que esta operação será efectuada por via de um aumento de capital.

A Orey informou ainda que o Grupo Domus terá preferência na aquisição futura do capital da Orey Financial, até ao limite de 49% do capital, podendo ultrapassar este limite mediante a emissão de novas acções preferenciais.

06/01

A 6 de Janeiro de 2010 a Orey informou que, na sequência do acordo para a abertura de 25% do capital da sua participada Orey à Sociedade Holdcontrol S.G.P.S, S.A., do Grupo Domus, o Dr. Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa passou a dedicar-se à administração executiva da Orey Financial, tendo, nesse sentido, apresentado em 30 de Dezembro de 2009 a carta de demissão de Administrador da SCOA, tendo sido deliberada a cooptação do mesmo pelo Dr. Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes que passou a desempenhar o cargo de Administrador Executivo da SCOA, até à próxima Assembleia Geral, na qual se proporá a respectiva ratificação.

Informou-se ainda que, em face desta alteração, o seu representante para as relações com o mercado passa a ser o Dr. Joaquim Paulo Claro dos Santos.

7. EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO

De seguida apresentamos a evolução do Grupo Orey e das suas diferentes áreas de negócio durante o ano de 2009, comparando com o período homólogo de 2008.

7.1.NAVEGAÇÃO

No sector da navegação, a Orey está presente em Portugal, Espanha e Angola, prestando diferentes tipos de serviços: Linhas Regulares, Trânsitos Marítimos e Aéreos, Agenciamento de Navios e Logística.

7.1.1. Navegação Portugal



Na navegação em Portugal, o Grupo presta todos os diferentes tipos de serviços referidos anteriormente.

No final do ano de 2009, o volume de vendas destas áreas de negócio totalizava 25,8 milhões de Euros, o que representa uma diminuição de 20,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior (32,5 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2008). Esta diminuição deveu-se sobretudo ao facto do negócio com a CMA-CGM Portugal e Delmas deixar de consolidar integralmente. Para além disto, teve também influência o abrandamento da actividade económica.

Vendas	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Linhas Regulares	778	2.763	-71,8%
Trânsitos	11.009	12.491	-11,9%
Agenciamento	13.278	16.832	-21,1%
Logística	772	455	69,8%
Total	25.838	32.541	-20,6%

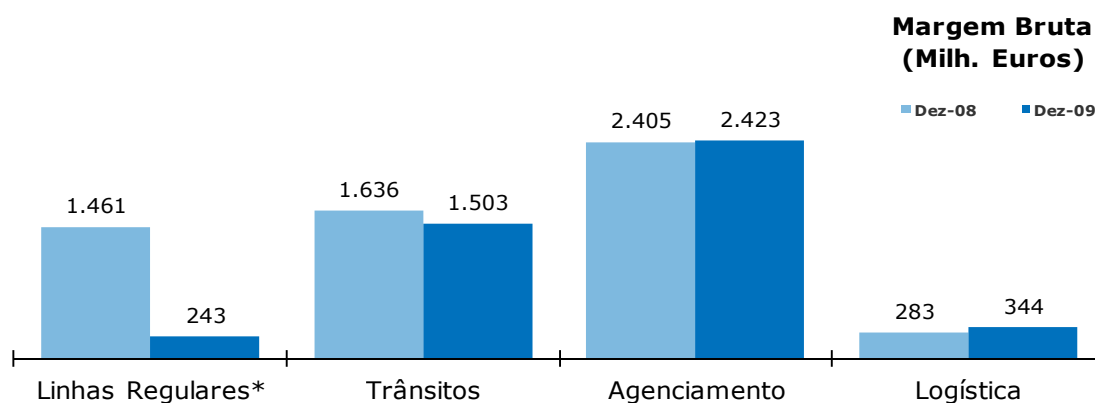
(Milhares de Euros)

A margem bruta totalizou 4,5 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 22,0% em relação ao ano de 2008. O seu detalhe por área de actuação é o seguinte:

Margem Bruta	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Linhas Regulares*	243	1.461	-83,4%
Trânsitos	1.503	1.636	-8,2%
Agenciamento	2.423	2.405	0,7%
Logística	344	283	21,6%
Total	4.513	5.785	-22,0%

(Milhares de Euros)

Ao nível da margem bruta há a destacar o desempenho das áreas de agenciamento e logística.



*Inclui efeito da exclusão da consolidação integral do negócio da CMA-CGM e Delmas

Linhas Regulares

A evolução dos principais dados de negócio neste segmento de actuação foi a seguinte, comparativamente com o ano anterior:

Linhas Regulares	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	778	2.763	-71,8%
Margem Bruta	243	1.461	-83,4%
Carga Contentorizada (TEUs)	2.266	7.863	-71,2%
Carga Contentorizada (Incluindo CMA-CGM)	30.722	40.148	-23,5%

(Milhares de Euros)

Salientamos que, conforme anunciado, em Novembro de 2007, a participada OA Agencies – Navegação e Trânsitos, S.A. (OA Agencies) estabeleceu um acordo para a constituição em Portugal de uma *joint venture* que concentra o negócio de agenciamento de linhas do Grupo CMA-CGM. O acordo produziu efeitos a partir de 1 de Março de 2008. A OA Agencies detém 40% da nova sociedade, sendo os restantes 60% detidos pela CMA-CGM. Tal como previsto, este negócio deixou de consolidar, pelo método integral, a

partir de 1 Março de 2008, passando a ser consolidado pelo método de equivalência patrimonial.

Assim sendo, os dados de negócio relativos à actividade da Casa Marítima – Agentes de Navegação, S.A. estão considerados nos quadros apresentados neste documento, apenas, para os meses de Janeiro e Fevereiro de 2008.

Durante todo o ano, esta actividade tem sofrido um decréscimo pela redução do nível dos fretes e pela redução do volume de importação.

Trânsitos

O segmento dos trânsitos é operado pela participada Orey Comércio e Navegação, S.A.. Os principais dados neste segmento de actividade são:

Trânsitos	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
<u>Marítimos</u>			
Vendas	10.534	11.922	-11,6%
Margem Bruta	1.245	1.360	-8,5%
Carga Contentorizada (TEUs)	14.543	11.352	28,1%
<u>Aéreos</u>			
Vendas	475	569	-16,5%
Margem Bruta	258	277	-6,7%
Carga (Kg.)	277.920	282.378	-1,6%
Vendas Totais	11.009	12.491	-11,9%
Margem Bruta Total	1.503	1.636	-8,2%

(Milhares de Euros)

No ano de 2009, a área de negócio dos Trânsitos diminuiu a margem bruta em 11,9%, comparativamente ao mesmo período de 2008.

Nos **trânsitos marítimos**, as vendas a 31 de Dezembro de 2009 tiveram um decréscimo de 11,6% relativamente a Dezembro de 2008, atingindo um montante 10,5 milhões de Euros. A margem bruta atingiu um montante de 1,2 milhões de Euros, um decréscimo de 8,5% face ao período homólogo de 2008.

Foi conseguido um aumento no volume da carga contentorizada mas com alguma deterioração da margem, principalmente por 3 razões:

- Contracção das exportações na indústria automóvel que obrigou a uma redução das exportações de um negócio com boa contribuição para a margem bruta;
- Aumento da base de clientes que levou a alguma degradação da margem bruta por unidade;
- Desvalorização do USD face ao Euro.

No segmento dos **trânsitos aéreos**, as vendas atingiram 475 milhares de Euros, tendo-se registado uma redução de 16,5%, comparativamente com o período homólogo de 2008. Em termos de margem bruta este segmento atingiu 258 milhares de Euros, o que representa um decréscimo de 6,7%.

No segmento da carga aérea sente-se um efeito muito pesado da quebra nas exportações e, sobretudo, na ponderação dos exportadores habituais em optar por este meio de transporte, que tem um custo mais elevado. Por esta razão, verificámos uma evolução negativa no volume de vendas e nas quantidades transportadas.

Agenciamento

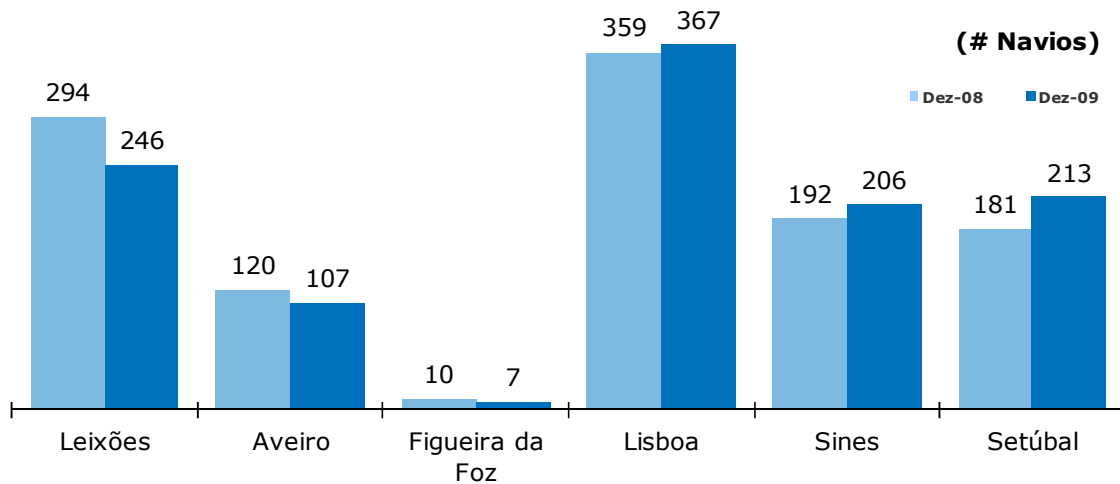
Em 31 de Dezembro de 2009, o número de navios agenciados e a margem bruta tiveram a seguinte evolução, relativamente a 31 de Dezembro de 2008:

Agenciamento	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	13.278	16.832	-21,1%
Margem Bruta	2.423	2.405	0,7%
Escalas (Número de Navios)	1.146	1.156	-0,9%

(Milhares de Euros)

A evolução positiva da margem bruta, apesar da quebra de 21,1% que se observou nas vendas, resulta, entre outros factores, de uma diversificação da actividade no sentido da prestação de serviços indirectos relacionados com navios que compensou a pressão sobre a margem da actividade tradicional de agenciamento de navios que, ao nível do número de navios agenciados, teve uma recuperação durante o ano.

O detalhe relativamente ao número de **navios agenciados por porto de actuação**, foi a seguinte:



Logística

No final do ano de 2009, o detalhe das vendas e margem bruta da Logística foi o seguinte:

Logística	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	772	455	69,8%
Margem Bruta	344	283	21,6%
Toneladas Manuseadas	28.746	19.727	45,7%

(Milhares de Euros)

No segmento da Logística mantém-se a tendência de conquista de quota de mercado na área da movimentação de papel, que se reflecte no aumento das toneladas movimentadas. Tem-se vindo a fazer uma optimização da utilização da infra-estrutura, com resultados positivos. No entanto, a angariação de novos clientes implicou alguma redução da margem bruta unitária.

Esta actividade continua a fazer uma oferta diversificada de novos serviços aos clientes.

7.1.2. Navegação Internacional



Na navegação internacional, o Grupo Orey está presente em Angola e Espanha, nos segmentos dos Trânsitos, Agenciamento de Navios, Operações Portuárias, Distribuição e Logística.

a) Angola

Angola sofreu, a partir do 2º trimestre de 2009, os efeitos da recessão internacional, agravados pelo efeito da diminuição do preço do petróleo no orçamento de estado.

As importações diminuíram bastante e o crescimento do PIB foi quase nulo durante o ano de 2009. Em consequência, o número de navios agenciados pela Orey diminuiu para 150 navios face a 175 no mesmo período de 2008. De referir contudo que a Orey continua a ser líder do segmento de agenciamento de navios de carga geral, desde 2007, tendo reforçado ainda mais a sua posição durante o ano corrente. Apesar da diminuição do número de navios, a quantidade de viaturas movimentadas cresceu 3,5% face ao idêntico período do ano de 2008.

Ao nível dos trânsitos, em resultado de uma crescente diversificação da base de clientes, o nível de actividade da empresa reflectiu um crescimento notável, em claro contra ciclo com a economia.

A área de transportes reflectiu uma diminuição no segundo semestre, decorrente da introdução progressiva, mas tardia, da nova frota.

A evolução das vendas e margem bruta foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2008:

Angola	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	19.549	22.669	-13,8%
Margem Bruta	6.348	6.122	3,7%
<u>Dos quais:</u>			
Trânsitos	1.315	468	180,8%
Agenciamento	2.251	1.287	75,0%
Logística	2.507	4.367	-42,6%
(Milhares de Euros)			
Carga rolante (Viaturas)	31.174	30.124	3,5%
Navios Agenciados	150	175	-14,3%

A margem bruta atingiu um valor 6,3 milhões de Euros no ano de 2009, o que significa um crescimento de 3,7% em relação ao exercício de 2008.

b) Espanha

O Grupo Orey está presente em Espanha através das sociedades Orey Shipping S.L. que opera na área de trânsitos e de consignação e da Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A., que opera na área das Operações Portuárias e que detém duas concessões (Reina Victoria e Príncipe das Astúrias até 2030) no Porto de Bilbao para a exploração de um terminal de carga geral. Em Fevereiro de 2008 a Orey anunciou a alienação de 50% do capital da Agemasa, à Maritima del Mediterrâneo, S.A. (MARMEDSA), passando esta actividade a ser contabilizada pelo método proporcional, a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Desta forma, a informação apresentada corresponde à totalidade da actividade desenvolvida pela Agemasa em 2009, sendo que, desta, o grupo Orey apropria apenas 50%.

Em 31 de Dezembro de 2009, os principais os valores da actividade total desenvolvida em Espanha são os seguintes:

Espanha	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	6.809	10.958	-37,9%

(Milhares de Euros)

Os dados relativos a **Operações Portuárias** são os apresentados abaixo.

Operações Portuárias	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	5.446	9.259	-41,2%
EBITDA	-1.396	458	-405,0%
Carga Geral (Tons.)	344.486	606.118	-43,2%

(Milhares de Euros)

No final de 2009, comparando com o ano de 2008, o Porto de Bilbao sofreu uma forte quebra na carga convencional não contentorizada. Todas as Empresas do Porto foram afectadas, sendo-o a Agemasa particularmente visto os seus clientes terem tido uma

redução de actividade superior à da concorrência, nomeadamente nos produtos siderúrgicos e na carga de projecto.

7.2. REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS

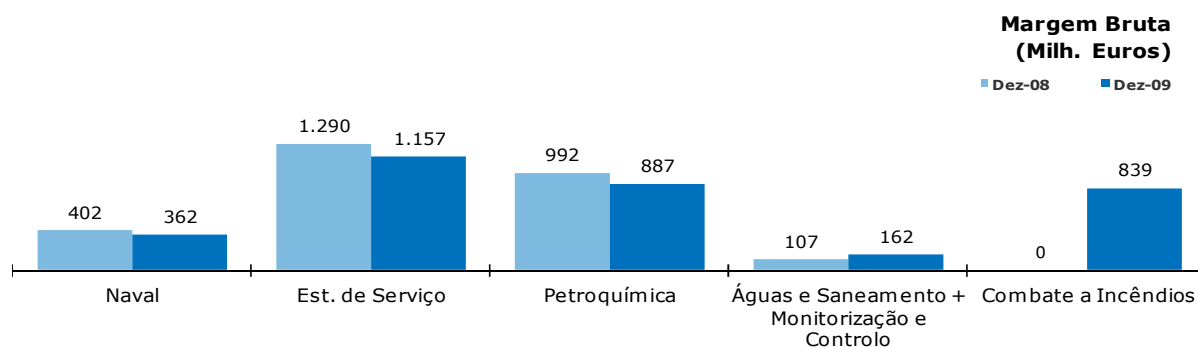
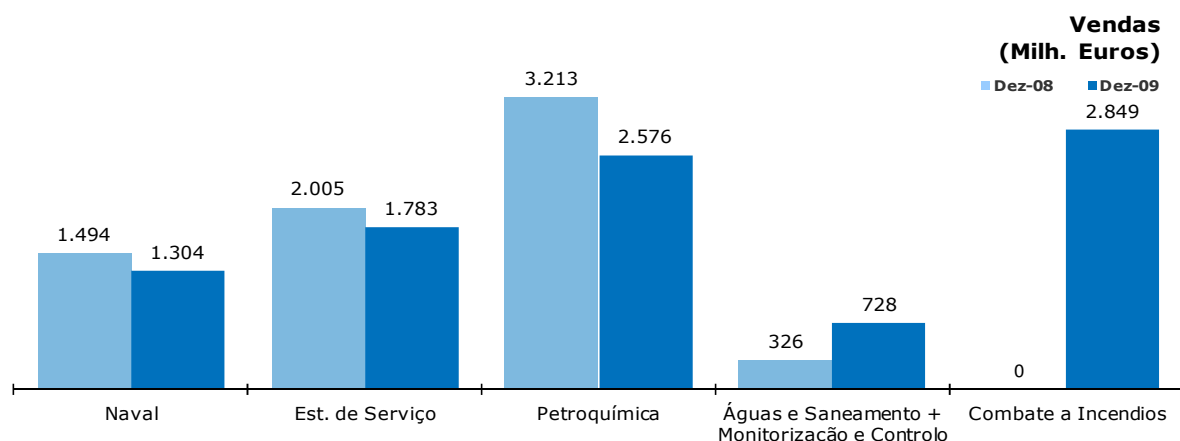


No sector das representações técnicas, o Grupo Orey está presente em diferentes áreas, tais como equipamentos navais e segurança no mar, petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento. Este ano, o Grupo passou também a estar presente no segmento do combate a incêndios através da aquisição da participada Contrafogo.

Orey Technical	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	9.241	7.038	31,3%
Margem Bruta	3.407	2.791	22,1%
(Margem Bruta em %)	36,9%	39,7%	-7,0%

(Milhares de Euros)

A repartição por segmento de negócio é a seguinte:



No exercício de 2009 verificou-se um aumento significativo, quer nas vendas quer na margem bruta, que advém sobretudo da inclusão da actividade da participada Contrafogo, adquida neste exercício. De registar, também, o bom desempenho verificado ao nível das Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo onde as vendas e a margem bruta tiveram um aumento de 123,4% e 51,5% respectivamente.

Naval

A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte, comparativamente com o ano 2008:

Naval	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	1.304	1.494	-12,8%
Margem Bruta	362	402	-10,1%
(Margem Bruta em %)	27,7%	26,9%	3,0%

(Milhares de Euros)

As vendas registaram uma diminuição de 12,8% face ao período homólogo de 2008 e a margem bruta registou uma diminuição de 10,1% para o mesmo período comparativo. Este decréscimo é resultado, sobretudo, do facto da participada Azimute ter saído do perímetro de consolidação e da sua actividade estar incluída nas unidades em descontinuação. Mantendo o mesmo perímetro do ano anterior a redução nas vendas e margem bruta seria apenas de 6,3% e 5,2% respectivamente.

Estações de Serviço

No segmento das estações de serviço, a evolução do volume de vendas e da margem bruta realizadas pelas empresas do Grupo Orey foi a seguinte:

Estações de Serviço	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	1.783	2.005	-11,1%
Margem Bruta	1.157	1.290	-10,3%
(Margem Bruta em %)	65%	64%	0,9%
Jangadas Inspeccionadas	2.402	2.550	-5,8%

(Milhares de Euros)

As participadas Orey Técnica Naval e Industrial, e Contrafogo inspeccionaram, até ao final de 2009, 2.402 jangadas, distribuídas pelo Algarve, Lisboa, Leixões, Setúbal e Açores, o que significa uma redução de 5,8% face a igual período de 2008. Esta redução

está relacionada com a diminuição do número de navios estrangeiros que atracaram em portos nacionais.

Também neste caso tem impacto a saída da Azimute do perímetro de consolidação do grupo. Mantendo a mesma base de comparação a redução de 2008 para 2009 seria 8,2% nas vendas e 8,6% na margem. No caso das jangadas a redução seria apenas de 3,5%.

Petroquímica

Neste segmento, os dados referentes às vendas realizadas e margem bruta são os seguintes:

Petroquímica	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	2.576	3.213	-19,8%
Margem Bruta	887	992	-10,5%
<i>(Margem Bruta em %)</i>	<i>34,4%</i>	<i>30,9%</i>	<i>11,6%</i>

(Milhares de Euros)

O volume de vendas e a margem bruta decresceram cerca de 19,8% e 10,5%, respectivamente, em comparação com o mesmo período de 2008.

Combate a Incêndios

A partir do ano de 2009 as representações técnicas passaram a incluir também a área de Combate a Incêndios, através da aquisição da participada Contrafogo. A 31 de Dezembro de 2009 o detalhe das vendas e da margem bruta desta actividade é o seguinte:

Combate a Incêndios	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Vendas	2.849	0	100,0%
Margem Bruta	839	0	100,0%
<i>(Margem Bruta em %)</i>	<i>29,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>100,0%</i>

(Milhares de Euros)

7.3. ÁREA FINANCEIRA



Na área financeira, o Grupo Orey presta serviços de Gestão de Carteiras, Gestão de Fundos de Investimento, Corretagem on-line e off-line, Corporate Finance e Family Office com subsidiárias em Portugal e no Brasil.

A 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o total dos activos sob gestão, relativos às áreas de Gestão de Carteiras e Fundos de Investimento, e das comissões líquidas era o seguinte:

Activos sob Gestão	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Portugal	107.806	98.803	9,1%
Brasil	165.501	89.264	85,4%
Total	273.307	188.067	45,3%

(Milhares de Euros)

Comissões Líquidas*	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Portugal	2.782	2.398	16,0%
Brasil	1.864	1.473	26,6%
Total	4.646	3.870	20,0%

* Inclui comissões que não estão relacionadas com os activos sob gestão

(Milhares de Euros)

a) Gestão de Carteiras

Gestão de Carteiras	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Activos sob gestão - Portugal *	64.716	55.817	15,9%
Activos sob gestão -Brasil	115.089	60.892	89,0%
Total	179.805	116.709	54,1%

* Exclui acções da Sociedade Comercial Orey Antunes pertencentes a clientes.

(Milhares de Euros)

Portugal

Neste segmento de negócio e comparativamente com 2008, há a realçar um aumento do volume de activos sob gestão, como se ilustra de seguida:

Gestão de Carteiras	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Activos sob Gestão *	64.716	55.817	15,9%
Número de clientes	116	124	-6,5%

* Exclui acções da Sociedade Comercial Orey Antunes pertencentes a clientes.

(Milhares de Euros)

O aumento em activos sob gestão deveu-se ao efeito de mercado (5.247 milhares de Euros) e a depósitos de clientes (3.652 milhares de Euros).



A diminuição no número de clientes deve-se, sobretudo, à regularização de contas de baixo montante sob gestão

Brasil

Gestão de Carteiras	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Activos sob Gestão	115.089	60.892	89,0%
Número de clientes	264	221	19,5%

(Milhares de Euros)

A actividade de gestão de carteiras de investimento da Orey Financial Brasil apresentou uma variação percentual positiva de 89,0% em Euros e 42,3% em moeda local, comparando-se os anos de 2008 e 2009. Este crescimento foi motivado pela recuperação dos valores dos activos no mercado local e, fundamentalmente, através da entrada de novos recursos. O acumulado de captação de recursos no ano de 2009 ascende, aproximadamente, a 28 milhões de Euros. Em relação ao número de clientes houve uma recomposição da base em relação ao período pré-crise de 2008. Atingiu-se 264 clientes, perfazendo um incremento de 43 clientes no período em observação.

b) Gestão de Fundos de Investimento

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Activos sob gestão - Portugal	43.090	42.986	0,2%
Activos sob gestão - Brasil	50.412	28.372	77,7%
Total Gerido	93.501	71.358	31,0%

(Milhares de Euros)

Portugal

Ao nível dos fundos de investimento geridos pelas subsidiárias da Orey Financial em Portugal, no final do ano de 2009, os dados relativamente aos valores patrimoniais geridos são os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Hedge Funds	16.799	17.800	-5,6%
Fundos Harmonizados (Portugal)	26	126	-79,8%
Fundos Imobiliários (Portugal)	26.265	25.060	4,8%
Total Gerido	43.090	42.986	0,2%

(Milhares de Euros)

Os resultados verificados devem-se ao aumento da procura por activos com um maior grau de liquidez e de menor risco, originando um decréscimo de activos sob gestão nos Fundos Mobiliários. O Fundo Harmonizado encontra-se em fase de liquidação e por tal sofreu uma forte redução em activos sob gestão devido aos resgates de clientes.

Em relação aos Fundos de Investimento Imobiliário, estes verificaram um aumento de 4,8% apesar da crise internacional ter sido iniciada no mercado imobiliário. Este facto deveu-se, principalmente, à estratégia utilizada de criação e desenvolvimento dos fundos imobiliários geridos, que foi direccionada para nichos de mercado específicos com valor acrescentado. O resultado dessa estratégia foi o aumento dos activos sob gestão, mesmo num ambiente não favorável.

Brasil

Ao nível dos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil, a 31 de Dezembro de 2009, os dados relativamente aos valores patrimoniais geridos eram os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Orey Multigestor	12.338	6.654	85,4%
Orey Previdência	1.885	1.324	42,4%
Orey Acções Brasil	1.088	1.008	7,9%
Orey Crédito	3.064	0	100,0%
Orey Renda Fixa	3.705	1.307	183,5%
Orey Obrigações Brasil	28.331	18.079	56,7%
Total Gerido	50.412	28.372	77,7%

(Milhares de Euros)

O ano de 2009 apresentou-se de duas maneiras distintas. Os primeiros meses do ano, ainda marcados pelos efeitos da crise financeira que teve os EUA como epicentro, foram de cautela por parte dos investidores e exigiram medidas de impulso económico por parte do Governo Brasileiro. Destas, destacam-se o programa habitacional destinado às classes mais desfavorecidas e a redução de impostos sobre os sectores automobilísticos e de electrodomésticos. Estas e outras acções mantiveram o nível de actividade económica relativamente estimulado, principalmente quando comparado com os mercados americano e europeu. A partir do 2º trimestre do ano, com a percepção de que os fundamentos da Economia Brasileira tinham uma boa actuação face ao cenário externo, e verificada a robusta situação de capitais próprios dos Bancos locais, houve uma retoma na procura dos activos locais por parte dos investidores estrangeiros.

Estas condições propiciaram um ano extremamente favorável ao mercado bolsista, que apresentou um aumento de 82,3% (Ibovespa), claramente um dos maiores desempenhos no mercado accionista global durante este período. A partir do 2º semestre de 2009, frente à janela de oportunidades, retomaram-se as emissões de dívidas e aberturas de capital, em níveis comparados ao da pré-crise financeira.

No mercado financeiro, as taxas de juro básicas da economia (*Selic*) estabilizaram-se em 8,75% ao ano. Desta forma, o Banco Central do Brasil reduziu as taxas internas em aproximadamente 500bps durante o ano. Em relação às principais moedas, como o Dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), o Real (BRL) apresentou valorização de 25,5% e 22,6% respectivamente.

Em relação aos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil observou-se um aumento de 77,7% em Euros e 33,7% em moeda local. A performance dos fundos esteve em consonância com a do mercado local, com obtenção de índices de retornos bastante significativos. De realçar que em 2009 houve o lançamento do fundo Orey Crédito, especializado em activos de crédito privado.

c) Corretagem

Na corretagem verificou-se um aumento significativo no número de clientes que não se reflectiu nas comissões líquidas, dada a corrente situação dos mercados.

Corretagem Portugal	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Volume de transacções (CFD e FX)	20.214.498	14.971.101	35,0%
Nº de Contratos Futuros	19.413	24.508	-20,8%

(Milhares de Euros)

Corretagem Espanha	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Volume de transacções (CFD e FX)	2.587.778	0	100,0%
Nº de Contratos Futuros	1.871	0	100,0%

(Milhares de Euros)

Corretagem Portugal	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Número de clientes	804	436	84,4%
Comissões Líquidas Acumuladas	1.504	1.262	19,1%

(Milhares de Euros)

Corretagem Espanha	Dez-09	Dez-08	09 vs 08
Número de clientes	182	0	100,0%
Comissões Líquidas Acumuladas	215	0	100,0%

(Milhares de Euros)

O crescimento verificado na área da Corretagem surge como resultado da estratégia de implementação da estratégia actualmente em prática direccionada para a corretagem *online* (Orey iTrade) com a prestação de um serviço de valor acrescentado ao cliente.

O crescimento verificado, quer ao nível de número de clientes, quer ao nível de volumes de transacções efectuadas, foi muito significativo e resultado de um esforço de marketing e disciplina de trabalho importantes, principalmente num período marcado por um decréscimo global dos volumes de transacções e diminuição das exposições ao risco por parte da generalidade dos investidores, principalmente no período até Março de 2009.

Em Espanha, os resultados estão a aparecer tal como planeado, notando-se já um aumento significativo no número de clientes, no valor de comissões e no número de transacções. A estratégia reflecte o sucesso das mesmas técnicas de angariação de clientes aplicadas em Portugal, focando principalmente a actuação através de canais de distribuição *online*.

8. ACÇÕES PRÓPRIAS

Ao abrigo do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade adquiriu, fora de bolsa, durante o exercício de 2009, 630.663 acções ao preço médio de 2,66 Euros, com o detalhe que segue abaixo. Assim, a 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade detém directa e indirectamente 1.119.048 acções.

Acções Próprias	Quantidade	Custo médio	Valor Total
Detidas a 31/12/08 por: -SCOA	488.385	2,838	1.386.010
Adquiridas a 22/01/09 por: -SCOA	259.752	2,760	715.914
Adquiridas a 01/07/09 por: -SCOA	114.050	2,530	288.052
Adquiridas a 20/08/09 por: -SCOA	256.861	2,625	674.301
Detidas a 31/12/09 por: -SCOA	1.119.048	2,738	3.064.277

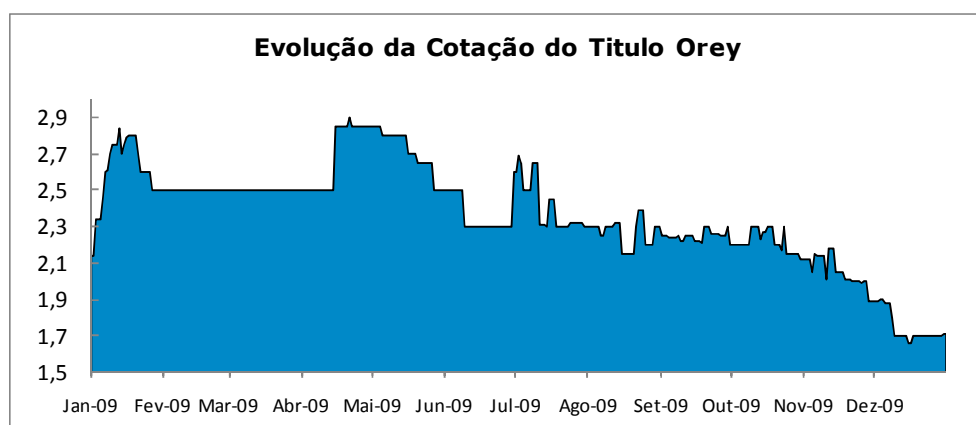
(Unidade Monetária - Euro)

9. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY

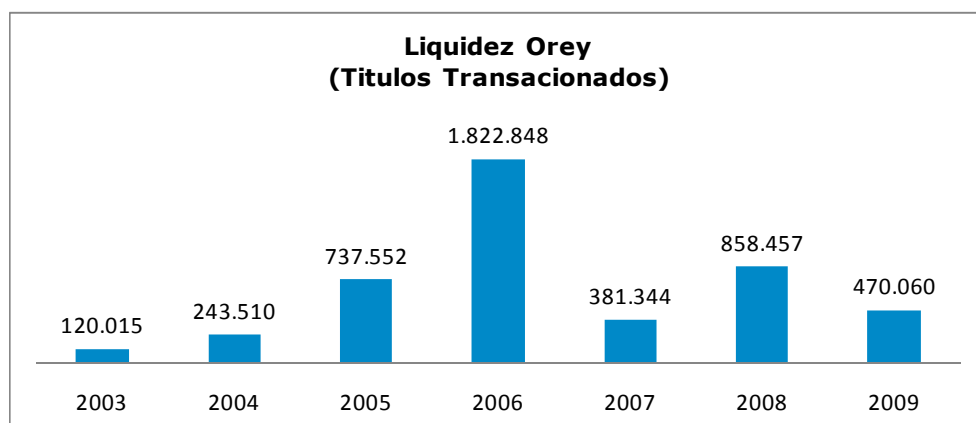
O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. encontra-se presentemente representado por 13.750.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Eurolist by Euronext Lisbon.

A acção Orey teve uma desvalorização de 34,5% entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009. A acção fechou, no último dia de 2008, a 2,30 Euros e fechou, em 31 de Dezembro de 2009, a 1,71 Euros.

A evolução durante o ano de 2009 das cotações do título Orey foi a seguinte:



A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até ao final de 2009 foi a seguinte:



A Sociedade mantém em vigor um contrato de "liquidity provider" com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. encerrou o exercício de 2009 com um resultado líquido positivo, apurado em base consolidada, de 1.299.527,64 Euros e com um resultado positivo, apurado em base individual, de 506.544,40 Euros.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte aplicação de resultados:

- Para reserva legal (5%): 25.327,22 Euros;
- O remanescente para resultados transitados.

Lisboa, 31 de Março de 2010

O Conselho de Administração,

11. ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

(Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 7 do artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM)

Membros do Conselho de Administração	Detidas em 31-12-2008	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2009
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	-	-	-	-
Joaquim Paulo Claro dos Santos	-	-	-	-
Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa	1.108	-	-	1.108
Juan Celestino Lázaro González	-	-	-	-
Jorge Delclaux Bravo	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Membros do Conselho Fiscal	Detidas em 31-12-2008	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2009
José Martinho Soares Barroso	-	-	-	-
Acácio Augusto Lougares Pita Negrão	-	-	-	-
José Eliseu Chasqueira Mendes	-	-	-	-
Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro	-	-	-	-
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	-	-	-	-
João Carlos Miguel Alves (ROC)	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey: Não detém directamente acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.. Detém indirectamente 72,72% dos direitos de voto da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Joaquim Paulo Claro dos Santos: Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

Francisco Manuel Lemos dos Santos Bessa: Detém, a 31 de Dezembro de 2009, 1.108 acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

Juan Celestino Lázaro González: Não detém qualquer acção directamente. Detém indirectamente 182.510 acções representativas de 1,33% dos direitos de voto, nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Jorge Delclaux Bravo: Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

12. LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

(Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea b) do n.º 1 do artigo 8º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM)

Em 31 de Dezembro de 2009, os accionistas detentores de participações qualificadas no capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., eram os seguintes:

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	0,00%	0,00%
Directamente:			
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.350.000	31,64%	31,64%
- Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A.	5.304.721	38,58%	38,58%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	343.981	2,50%	2,50%
SUB-TOTAL	9.998.702	72,72%	72,72%
Jochen Michalski	370.044	2,69%	2,69%
MCFA, SGPS, S.A.	275.000	2,00%	2,00%
MRF, SGPS, S.A.	275.000	2,00%	2,00%
SUB-TOTAL	920.044	6,69%	6,69%
TOTAL	10.918.746	79,41%	79,41%

13. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaração

Para os efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários os abaixo assinados, na sua qualidade de Administradores da sociedade comercial anónima com a firma "SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.", sociedade aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto nº 17, 6º andar A, em Lisboa, com o número único de registo e pessoa colectiva 500255342, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida nas demonstrações financeiras condensadas, foi elaborada de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação.

Mais declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução de negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação.

Lisboa, 31 de Março de 2010

O Conselho de Administração

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey

Francisco Manuel Lemos dos Santos Bessa

Joaquim Paulo Claro dos Santos

Juan Celestino Lázaro González

Jorge Delclaux Bravo

14.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

14.1.DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA

ACTIVO		Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
ACTIVOS NÃO CORRENTES				
Activos Fixos Tangíveis	4	221.189	289.143	
Propriedades de Investimento	5	4.379.000	4.296.000	
Activos Intangíveis		451	451	
Investimentos Financeiros em Subsidiárias	3	82.836.924	63.672.305	
Outros Activos Financeiros		6.058	6.058	
Activos por Impostos Diferidos	6	588.230	380.598	
Total dos Activos Não Correntes			88.031.851	68.644.555
ACTIVOS CORRENTES				
Inventários		0	0	
Contas a Receber- Clientes		515.932	191.101	
Contas a Receber- Outras	7	9.385.586	10.054.471	
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	128.580	1.638.011	
Total dos Activos Correntes			10.030.099	11.883.584
TOTAL DO ACTIVO			98.061.950	80.528.139

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			31-Dez-09	31-Dez-08
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital		13.750.000	13.640.834	
Acções Próprias		-3.064.277	-1.386.010	
Prémios de Emissão		8.236.204	8.127.038	
Reservas	10	56.043.127	39.884.895	
Resultados Transitados	10	3.106.734	-330.020	
Resultado Líquido do Período		506.544	1.985.666	
Total do Capital Próprio			78.578.333	61.922.403
PASSIVO				
PASSIVOS NÃO CORRENTES				
Provisões	20	8.635	17.615	
Financiamentos e Descobertos Bancários		5.416.666	6.500.000	
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	12	462.021	714.654	
Passivos por Impostos Diferidos	6	757.126	735.131	
Total dos Passivos Não Correntes			6.644.448	7.967.400
PASSIVOS CORRENTES				
Contas a Pagar- Fornecedores		165.798	587.182	
Financiamentos e Descobertos Bancários	11	11.989.043	9.101.409	
Contas a Pagar- Outras	13	684.328	949.744	
Passivo por Impostos Correntes		0	0	
Responsabilidades por Benefícios de Reforma		0	0	
Total dos Passivos Correntes			12.839.169	10.638.335
Total do Passivo			19.483.617	18.605.735
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			98.061.950	80.528.139

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

14.2.DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos Resultados por Naturezas	Notas	Dez-09	Dez-08
Proveitos Operacionais			
Prestações de Serviços	14	844.023	845.340
Outros Proveitos Operacionais	15	226.485	104.095
Total dos Proveitos Operacionais		1.070.509	949.435
Custos Operacionais			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	21	-1.643.564	-1.637.929
Gastos com o Pessoal	22	-768.303	-931.950
Provisões		0	-15.000
Imparidade		0	-63.884
Outros Gastos Operacionais		-68.380	-27.065
Total dos Custos Operacionais		-2.480.247	-2.675.827
EBITDA		-1.409.738	-1.726.392
Gastos de Depreciação e de Amortização		-38.191	-98.278
EBIT		-1.447.929	-1.824.670
Resultados Financeiros	16	-628.815	-761.986
Ganhos/Perdas em Empresas Subsidiárias e Associadas		2.295.000	4.470.000
Ganhos/Perdas em Propriedades de Investimento	5	112.206	108.911
Resultado Antes de Impostos		330.462	1.992.256
Gastos (Rendimentos) de Impostos	17	176.082	-6.589
Resultado Líquido do Período		506.544	1.985.666
Resultado Líquido do Período por Ação			
Básico		0,040	0,151
Diluído		0,040	0,150

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

14.3.DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO RESULTADO INTEGRAL

Demonstração Separada do Resultado Integral	31-Dez-09	31-Dez-08
Resultado Líquido	506.544	1.985.666
Revalorização de Investimentos Financeiros em Subsidiárias	19.028.069	-1.701.337
Revalorização de Propriedades de Investimento	0	151.516
Impostos Diferidos	0	-515.426
Gratificações	0	-145.016
Resultado Integral	19.534.613	-224.597

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

14.4.DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital emitido	Acções próprias valor nominal	Acções próprias descontos e prêmios	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	10.000.000	-159.886	-289.657	4.830.550	931.001	2.778.638	37.212.701	0	1.826.692	57.130.040
Resultado Integral						-363.911	-1.701.337	-145.016	1.985.666	-224.597
Aumento de Capital	3.640.834			3.296.488						6.937.322
Transferência do Resultado de 2007								1.826.692	-1.826.692	0
Dividendos de 2007								-983.895		-983.895
Aquisição Acções Próprias		-328.499	-607.968		936.467			-936.467		-936.467
Aplicação do Resultado 2007					91.335			-91.335		0
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	13.640.834	-488.385	-897.625	8.127.038	1.958.802	2.414.728	35.511.364	-330.020	1.985.666	61.922.402
Resultado Integral							19.028.069		506.544	19.534.613
Aumento de Capital	109.166			109.166						218.332
Transferência do Resultado de 2008								1.985.666	-1.985.666	0
Dividendos de 2008								-1.418.748		-1.418.748
Transferencia 2009					-3.064.277	-1.583.110		4.647.387		0
Aquisição de Acções Próprias		-630.663	-1.047.605		1.678.267			-1.678.267		-1.678.268
Aplicação de Resultados					99.283			-99.283		0
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	13.750.000	-1.119.048	-1.945.230	8.236.204	672.075	831.618	54.539.433	3.106.734	506.544	78.578.333

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

14.5.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1.035.072	1.393.591
Pagamentos a Fornecedores		-1.885.426	-1.343.528
Pagamentos ao Pessoal		-1.042.323	-537.086
Fluxos Gerado pelas Operações		-1.892.677	-487.023
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-166.241	-85.829
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-1.248.583	-513.829
Outros Fluxos Relacionados com a Actividade Operacional		-1.414.824	-599.658
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		-3.307.501	-1.086.682
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos Fixos Tangíveis		0	508
Juros e Proveitos Similares		0	50.233
Dividendos		1.568.845	3.770.000
		1.568.845	3.820.741
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos Financeiros		-29.800	-8.214.629
Activos Fixos Tangíveis		0	-40.358
Activos Fixos Intangíveis		0	
		-29.800	-8.254.986
Fluxos das Actividades de Investimentos (2)		1.539.045	-4.434.246
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos		12.020.451	17.957.254
Venda de Acções Próprias		0	
Aumentos de Capital e prémios de emissão		218.332	6.937.322
		12.238.783	24.894.576
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos		-8.377.874	-15.231.016
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		0	
Juros e Custos Similares		-426.654	-754.708
Aquisição de Acções Próprias		-1.678.267	-936.467
Dividendos		-1.496.962	-983.895
		-11.979.757	-17.906.086
Fluxos de Actividades de Financiamento (3)		259.026	6.988.490
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		-1.509.431	1.467.563
Efeito das Diferenças de Câmbio		0	-213
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	8	1.638.011	170.661
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	8	128.580	1.638.011

(Unidade monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

14.6. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

Nota introdutória

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., sociedade aberta ("Sociedade" ou "SCOA"), foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & CIA. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.

Actualmente a SCOA é uma holding que maioritariamente gere participações financeiras em outras sociedades que actuam em Portugal e nos PALOP em três actividades diferentes:

- Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo, Águas e saneamento e Combate a Incêndios);
- Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

A SCOA é uma sociedade de direito português com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6º A no Edifício Amoreiras Square.

1. Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por "IAS/IFRS".

Adicionalmente, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas ainda não adoptadas:

Norma	Data de aplicação*
IAS 27 Alteração - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Julho 2009
IAS 39 Alteração - Eligible Hedged Items	1 de Julho 2009
IFRS 1R - Alteração Estrutural	1 de Julho 2009
IFRS 1R - Excepções adicionais para first-time adopters	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 17 - Distribuição de activos não monetários	1 de Julho 2009
IFRS 2 - Group cash-settled share-based Payment Transactions	1 de Janeiro de 2010
IFRS 3R - Business Combinations	1 de Julho 2009
IFRIC 18 - Transferência de Activos Provenientes de clientes	1 de Janeiro de 2010
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1 de Janeiro de 2011
IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas	1 de Janeiro de 2011
IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados relacionados com requisitos de financiamento mínimo (Alterações)	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 19 - Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital	1 de Janeiro de 2011

* Exercícios iniciados em ou após a data referida

A Administração entende que, a aplicação futura destas normas e interpretações, não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais.

Julgamentos, estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras individuais obriga a Administração a proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os valores reportados de proveitos, gastos, activos, passivos e divulgações. Contudo, a incerteza em volta destas estimativas e pressupostos podem resultar em ajustamentos futuros susceptíveis de afectarem os activos e passivos futuros.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras individuais. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

Concluimos no entanto que as alterações que daqui poderiam advir não serão representativas.

Estimativas e pressupostos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras individuais, incluem:

- Revalorização das propriedades de investimento;
- Reavaliação dos investimentos financeiros;
- Benefícios de reforma;
- Impostos diferidos activos;

Rédito e Especialização de Exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os gastos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Contas a Receber – Outras" e "Contas a Pagar – Outras".

Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas "Propriedades de Investimento", "Terrenos", "Edifícios e Outras Construções", "Investimentos Financeiros em Subsidiárias", que se encontram revalorizados de forma a reflectir o seu justo valor.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	<u>Anos de Vida Útil</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 – 4
Equipamento administrativo	4 – 8

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados pelo modelo do justo valor.

Nenhum dos imóveis sofreu durante o último ano obras de beneficiação significativa. Na determinação dos valores dos imóveis foi considerado o facto de os edifícios onde as fracções avaliadas estão inseridas se encontrarem em propriedade horizontal. Os valores utilizados em trabalhos anteriores foram devidamente actualizados, tendo em atenção a evolução do mercado mobiliário e a sua realidade actual. As áreas consideradas neste estudo foram as mesmas que as consideradas em estudos anteriores. Foram determinados o Valor Financeiro das áreas arrendadas, tendo por base as rendas mensais actualmente praticadas. Foi igualmente determinado o Valor de Mercado dos imóveis, considerando que este deverá traduzir o máximo e melhor uso de cada uma das propriedades. Foi considerado que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. Importa ainda realçar que neste processo de reavaliação não são tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios exercidos nos imóveis, sendo estes avaliados tal como se encontram e com os seus usos actuais.

Desta forma entende-se que as avaliações foram efectuadas ao valor de mercado, entendendo-se por Valor de Mercado, ou "Presumível Valor de Transacção em Mercado Aberto" ("Open Market Value"), como "a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data de avaliação, a propriedade poderá ser trocada num mercado livre aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que actuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afectado por estímulos específicos ou indevidos".

Relativamente ao imóvel sito na Rua do Patrocínio, o estudo assentou no pressuposto de que o inquilino estará disposto a adquirir a fracção, sendo o valor do imóvel representado pelo Valor Base de Negociação com o inquilino.

Dos edifícios avaliados em 31 de Dezembro de 2009, se estivessem registados pelo custo histórico, o seu valor, a 31 de Dezembro de 2009, seria de 65.342 euros.

A avaliação foi efectuada por um avaliador independente que possui qualificação profissional reconhecidamente relevante, CPU Consultores de avaliação Lda., reconhecido e registado junto da CMVM.

Imóvel	Valor Financeiro (Áreas Arrendadas)	Valor de Mercado do Imóvel considerado Livre e Disponível	Valor Base de Negociação de venda ao Inquilino	Valor do Imóvel tal como se encontra
Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB - Lisboa	12.500	168.000	90.000	90.000
Rua Luísa Holstein, 20 / Rua Maria Santa Isabel Saint-Léger, 5, Alcântara - Lisboa	0	2.891.000	0	2.891.000
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	5.200	1.830.000	0	1.598.000
Total	17.700	4.689.000	90.000	4.379.000

Outros Activos Intangíveis

Os outros activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método das quotas constantes.

Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) pelo controlo do activo seja esperado que fluam benefícios económicos futuros; (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Impostos sobre o Rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 6% pela Derrama, que corresponde a um acréscimo de 1,5%, que resulta numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

A Sociedade é tributada em sede de IRC conjuntamente com a maioria das suas participadas sedeadas em Portugal, por serem detidas há mais de um ano e numa percentagem superior a 90% e por serem tributadas segundo o regime geral do IRC.

A sociedade é tributada no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, sendo a sociedade dominante. O Grupo tributável neste âmbito abrange todas as participações em que a empresa participa directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento (IRC)”

(i) Impostos correntes

Os impostos correntes têm por base o lucro ou prejuízo das actividades ordinárias ajustado relativamente aos itens dos resultados que não são dedutíveis ou tributáveis para efeitos fiscais (de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades) e são calculados usando as taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço. O valor a receber das participadas encontra-se registado na rubrica “Contas a Receber - Outras”.

(ii) Impostos diferidos

Desde o exercício de 2002, a Sociedade contabilizou, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais), bem como os derivados de eventuais prejuízos fiscais reportáveis que a Sociedade tenha fundamentadas expectativas de vir a recuperar, face ao plano de negócios existente.

Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que exista uma segurança razoável de que serão gerados lucros

tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

A Sociedade adoptou o modelo do corredor, conforme preconizado no IAS 19.

Imparidade

Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiciem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das "Contas a Receber – Clientes" e "Contas a Receber – Outras", por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Activos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respectivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos no futuro seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Um activo contingente é um possível activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade se constitui parte na respectiva relação contratual.

a) Investimentos Financeiros em Subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias encontram-se registados de acordo com a IAS 39, sendo classificados na categoria residual de "activos financeiros disponíveis para venda" prevista naquela norma. Assim, aquando da mensuração inicial, estes investimentos são registados pelo seu justo valor mais eventuais gastos de transacção que sejam imputáveis à aquisição ou constituição do activo financeiro; e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. Os dividendos resultantes destes investimentos são reconhecidos nos resultados quando é estabelecido o direito da sociedade de receber o pagamento.

Na determinação do justo valor dos investimentos em subsidiárias e uma vez que não existem preços cotados num mercado activo, a Sociedade procede à sua determinação através de avaliações efectuadas por peritos independentes, com referência à data de reporte das demonstrações financeiras.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas de realização estimadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de

tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

d) Instrumentos de Capital

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Sociedade, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Sociedade são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Financiamentos

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao justo valor, na data de reconhecimento, visto que as diferenças destas valorizações para a valorização segundo o custo amortizado não são materiais.

f) Contas a Pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de acções próprias são registados em "Outras Reservas".

Durante o exercício de 2009 não havia expectativa de que a opção sobre as acções fosse exercida no futuro, pelo que não se procedeu ao reconhecimento de qualquer impacto na Demonstração de resultados.

Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

2. Alterações de políticas, estimativas e erros

Considerando as alterações mencionadas na nota 1 sobre as bases de apresentação decorrentes das alterações aos normativos da IAS e das IFRS a Administração entende que a sua aplicação futura não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras separadas.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2008, apresentada em comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. Investimentos Financeiros em Subsidiárias

Os Investimentos Financeiros em Subsidiárias são registados de acordo com a IAS 39 (categoria residual de Activos Financeiros Disponíveis para Venda) e tiveram a seguinte evolução em 2009:

Reconhecimento dos Investimentos Financeiros ao justo valor					
Participadas Directas	Saldo Inicial	Aumento / Diminuição de participação	Outras correcções de capitais próprios das subsidiárias	Variações para o Justo Valor	Saldo Final
Orey Financial IFIC, S.A.	31.483.000	-	-	8.403.000	39.886.000
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	15.583.000	-	-	143.000	15.726.000
OA Technical Representations- Rep Nav Ind SA	4.533.000	-	-	2.005.000	6.538.000
OA International BV	10.363.000	-	-	7.343.000	17.706.000
Orey (Angola) Comércio e Serviços Lda	1.637.000	-	-	1.049.000	2.686.000
Orey Serviços e Organização Lda	48.978	-	-	10.784	59.762
Horizon View	-	29.800	-	-	29.800
Orey - Gestão Imobiliária Lda	24.327	42.087	-	138.948	205.362
Valor Líquido	63.672.305	71.887	-	19.092.732	82.836.924

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme previsto na IAS 39, estes investimentos em subsidiárias encontram-se registados ao justo valor, o qual foi determinado através de avaliações efectuadas por peritos independentes, reportadas a 31 de Dezembro de 2009.

Os principais pressupostos utilizados para as avaliações foram os seguintes:

Pressupostos	Agemasa	Orey Financial IFIC	Orey Financial Brasil	Contrafogo	OA Agencies	OCN	Storkship
Método utilizado	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados
Base utilizada	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013
Taxas de crescimento dos cash-flows de 2014 a 2018	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Taxas de crescimento dos cash-flows a partir de 2018	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%
Probabilidades de sucesso do business plan	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%
Taxa de desconto utilizada	4,7%	8%	18,0%	9,2%	-	6,5%	6,5%

4. Activos Fixos Tangíveis

Durante o ano de 2009, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo em 31-12-2008	Revalorizações	Aumentos	Transferencias	Abates	Saldo em 31-12-2009
Terrenos e Recursos Naturais	26.935	-	-	-	(26.935)	0
Edifícios e O/ construções	49.381	-	-	-	(49.381)	0
Equipamento Básico	207.227	-	-	-	-	207.227
Equipamento Transporte	34.200	-	-	-	-	34.200
Ferramentas e Utensílios	1.727	-	-	-	-	1.727
Equipamento Administrativo	227.098	-	10.271	-	-	237.369
Outras Imobilizações Corpóreas	16.722	-	-	-	-	16.722
Imobilizações em Curso	107.300	-	-	-	-	107.300
	670.590	-	10.271	-	(76.316)	604.545

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo em 31-12-2008	Revalorizações	Aumentos	Transferencias	Abates	Saldo em 31-12-2009
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e O/ construções	35.624	-	658	-	(36.282)	-
Equipamento Básico	183.518	-	956	-	-	184.474
Equipamento Transporte	17.100	-	8.550	-	-	25.650
Ferramentas e Utensílios	1.727	-	-	-	-	1.727
Equipamento Administrativo	131.569	-	26.979	-	-	158.547
Outras Imobilizações Corpóreas	11.909	-	1.047	-	-	12.957
Imobilizações em Curso	-	-	-	-	-	-
	381.447	-	38.191	-	(36.282)	383.356
Valor Líquido	289.143	-	(27.920)	-	(40.034)	221.189

(Unidade Monetária - Euro)

As imobilizações em curso referem-se a obras nos edifícios da sociedade que não se encontravam terminadas a 31 de Dezembro de 2009.

5. Propriedades de Investimento

Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2008. Este financiamento, efectuado no Banco Espírito Santo, tem um valor actual de 6.500.000 de Euros.

I - Quadro Evolução

Saldo Inicial em 31-Dez-2008	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Transferências	Saldo Final em 31-Dez-2009
4.296.000	0	0	83.000	0	4.379.000

(Unidade Monetária - Euro)

As transferências devem-se à desafecção de imóveis à actividade de arrendamento e consequente transferência para a rubrica de Edifícios e Outras Construções.

II – Quantias reconhecidas nos resultados

	31-12-2009	31-12-2008
Rendimentos de rendas	112.206	108.911

(Unidade Monetária - Euro)

Durante o exercício não foram incorridas despesas com reparações e manutenção dos edifícios em questão.

6. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Durante o ano de 2009, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2008	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2009
Benefícios de Reforma	189.383	-	(189.383)	(0)
Prejuízos Fiscais	164.106	574.675	(164.106)	574.675
Encargos com o aumento de Capital	27.110	-	(13.555)	13.555
Total	380.598	574.675	(367.043)	588.230

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2008	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2009
Reavaliações	735.131	21.995	-	757.126
Total	735.131	21.995	-	757.126

(Unidade Monetária - Euro)

Os acréscimos verificados nos activos por impostos diferidos referem-se, essencialmente, a prejuízos fiscais reportados na Orey Financial IFIC e Scoa, os quais, em virtude da aprovação dos planos de negócio para o triénio 2009 – 2011 a Sociedade tem fundamentadas expectativas de vir a recuperar.

7. Contas a Receber - Outras

Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-Dez-09	31-Dez-08
Estado e Outros Entes Públicos		
- IVA	183.011	72.282
- IRC	109.989	61.072
Financiamentos a Subsidiárias	8.663.880	9.378.410
Outros Devedores	287.457	271.226
Acréscimos de Proveitos	-	-
Custos Diferidos	141.250	271.482
Total	9.385.586	10.054.471

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica de Empréstimos a Empresas do Grupo tem a seguinte composição:

Financiamentos a Empresas do Grupo	31-Dez-09	31-Dez-08
OA International BV	725.167	29.011
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	38.021	2.390.000
OA Technical Representations- Rep Nav Ind SA	698.929	1.227.079
Orey - Gestão Imobiliária Lda	2.131.593	1.830.706
Orey Financial SGPS SA		400.000
Orey Serviços e Organização Lda	660.965	668.605
Orey Shipping SL	4.329.205	2.832.091
OTNI	80.000	-
Outras		917
Total	8.663.880	9.378.410

(Unidade Monetária - Euro)

Durante o exercício de 2009 não foram cobrados juros pelos financiamentos às do grupo.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31-Dez-09	31-Dez-08
Caixa	6.826	4.718
Depósitos à Ordem	121.754	633.293
Depósitos a Prazo	-	1.000.000
Total	128.580	1.638.011

(Unidade Monetária - Euro)

9. Capital e Prémios de Emissão

Concretização no início de Julho de 2006 de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de Euros através da emissão de 5 milhões de novas acções com valor nominal de 1 euro e um prémio de emissão de 1 euro e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de Euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

A emissão dos valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, foi reservada aos accionistas da sociedade, com a emissão de 3.750.000 títulos, ao valor nominal de 2 Euros, com um preço de subscrição de 2,66 Euros, que perfaz o montante total de 9,975 milhões de Euros, tendo vencido em 30 de Junho de 2009.

Em Dezembro de 2008 foi feita uma conversão antecipada dos VMOPs, que originou o aumento de capital para 13.640.834, tendo os restantes 109.166 títulos sido convertidos em 30 de Junho de 2009 e o capital aumentado para 13.750.000 Euros.

10. Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe das reservas é o seguinte:

Reservas	31-Dez-09	31-Dez-08
Reservas de Revalorização	831.618	2.414.728
Reservas		
-Reservas Legais	672.076	1.958.803
-Reserva de Valorização dos Investimentos Financeiros ao justo valor	54.539.433	35.511.365
Total	56.043.127	39.884.895

(Unidade Monetária - Euro)

As reservas de revalorização incluem reservas relativas a activos fixos tangíveis entretanto transferidos para propriedades de investimento e ainda não realizadas.

As reservas legais, de acordo com o artigo 296 do Código das Sociedades Comerciais só podem ser utilizadas para:

- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- Incorporação no Capital

A reserva de valorização dos investimentos Financeiros ao justo valor não é distribuível aos accionistas porque não se encontra realizada.

Os resultados transitados incluem os seguintes valores não distribuíveis:

- | | |
|--|-----------|
| ▪ Revalorizações de Propriedades de investimento | 4.018.274 |
| ▪ Reservas Relativas a acções próprias | 3.064.277 |

11. Financiamentos e Descobertos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Empréstimos e Descobertos Bancários		
Passivo Não Corrente	31-Dez-09	31-Dez-08
- Banco Espírito Santo	5.416.666	6.500.000
- Caixa Geral de Depósitos	-	-
Total	5.416.666	6.500.000
Passivo Corrente		
- Fortis Bank	1.673.187	1.991.972
- Banco Espírito Santo	3.414.586	-
- Caixa Geral de Depósitos	1.000.000	1.250.000
- Banco Santander Totta	2.000.000	2.000.000
- Banco Comercial Português	1.678.905	1.909.853
- Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	1.004.173	1.000.000
- Banco Português de Negócios	718.192	500.165
- Caja Duero	500.000	441.413
- Outros	-	8.006
Total	11.989.043	9.101.409

(Unidade Monetária - Euro)

As condições de financiamento, para os financiamentos mais significativos, são as seguintes:

Banco	Forma	Valor total aprovado	Montante em dívida	Taxa de Juro
Banco Espírito Santo	- Médio/Longo Prazo	6.500.000	6.500.000	Euribor 3M + Spread de 2,5%
Banco Espírito Santo	- Descoberto autorizado	2.500.000	2.331.252	Euribor 3M + Spread de 2,25%
Caixa Geral de Depósitos	- Curto Prazo	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread de 2,0%
Fortis Bank	- Médio/Longo Prazo	2.000.000	1.673.187	Euribor 3M + Spread de 2,5%
Banco Santander Totta	- Conta Corrente Cauconada	3.000.000	2.000.000	Euribor 3M + Spread de 2,5%
Millennium BCP	- Descoberto autorizado	2.000.000	1.678.905	Euribor 3M + Spread de 3,5%
Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	- Conta Corrente Cauconada	1.000.000	1.004.173	Euribor 3M + Spread de 1,25%
Total		18.000.000	16.187.517	

(Unidade Monetária - Euro)

12. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

Conforme referido na nota 1, a sociedade tem um plano de benefícios definidos de reforma, atribuível aos trabalhadores admitidos até 1980, que cobre a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma. Este plano é de benefícios definidos, com fundo constituído e gerido por uma entidade terceira.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites, os quais, para o estudo reportado a 31 de Dezembro de 2009, são como segue nos quadros seguintes:

Evolução das Responsabilidades Líquidas	31-12-2009		
	Reformados	Activos	Total
Saldo Inicial	-	714.654	714.654
Benefícios e prémios pagos	-	-	-
- Contribuições para o fundo	-	(276.714)	(276.714)
- Benefícios pagos	-	-	-
Custo serviços correntes	-	13.525	13.525
Cortes/liquidações	-	-	-
Custo dos juros	36.956	41.562	78.518
Retorno real dos activos	(45.358)	(4.656)	(50.014)
Ganhos e perdas actuariais	8.402	(26.350)	(17.948)
Total	-	462.021	462.021

Valor do fundo de pensões	31-12-2009	31-12-2008
Saldo Inicial	927.288	880.268
Contribuições para o fundo	276.714	289.466
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(105.620)	(103.519)
Rendimento dos activos do fundo	50.014	(138.927)
Total	1.148.396	927.288

Responsabilidade e Valor dos activos do fundo	31-12-2009	31-12-2008
Valor das responsabilidades	1.716.033	1.805.412
Valor do fundo	1.148.396	927.288
Déficit	567.637	878.124

Descriminação dos custos	2009		
	Reformados	Activos	Total
Custo serviços correntes	-	13.525	13.525
Custo dos juros	36.956	41.562	78.518
Perdas actuariais	8.402	(26.350)	(17.948)
Rendimento dos activos do fundo	(45.358)	(4.656)	(50.014)
Total	-	24.081	24.081

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2009	2008
Pressupostos financeiros		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	5,0%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	1,0%	1,0%
Pressupostos demográficos		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	SR	SR

Os saldos reportados no balanço são os de 31 de Dezembro de 2009, efectuando-se em 31 de Dezembro de 2010 uma nova avaliação das responsabilidades. No exercício de 2008 a sociedade passou a aplicar o método do "Corridor". Existem perdas acumuladas

actuariais não reconhecidas pela utilização do método do "Corridor" no valor de 105.016 euros.

13. Contas a Pagar - Outras

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-Dez-09	31-Dez-08
Impostos	14.927	46.630
Accionistas	41.963	36.258
Outros credores	379.306	378.000
Acréscimo de Custos	239.056	441.528
Proveitos Diferidos	9.076	47.329
Total	684.328	949.744

(Unidade Monetária - Euro)

Na rubrica de outros credores incluem-se os pagamentos por conta de IRC no valor de 83.343 Euros, devido à tributação em IRC pelo Grupo de sociedades, em que a responsabilidade pelos pagamentos por conta e especial por conta é da SCOA, e são registados nesta conta os pagamentos das empresas do grupo à SCOA, por conta daqueles pagamentos.

14. Prestações de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Prestações de Serviços	31-Dez-09	31-Dez-08
Serviços de Administração e Gerência	540.750	749.049
Diversos	303.273	96.292
Total	844.023	845.340

(Unidade Monetária - Euro)

15. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-Dez-09	31-Dez-08
Proveitos suplementares	82.986	81.145
Ganhos em Imobilizações	21.797	273
Outros	121.702	22.676
Total	226.485	104.095

(Unidade Monetária - Euro)

16. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-Dez-09	31-Dez-08
Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros		
- Juros Obtidos	25.130	107.638
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	3.606	2.313
- O/Reversões	-	1.016
Total	28.736	110.967
Outros Gastos e Perdas Financeiros		
- Juros Suportados	(583.827)	(769.512)
- Serviços Bancários	(72.899)	(102.024)
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	(826)	(1.404)
- Outros	-	(12)
Total	(657.551)	(872.953)
Outros Resultados Financeiros	(628.815)	(761.986)

(Unidade Monetária - Euro)

17. Gastos (Rendimentos) de Impostos

O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

Gastos (rendimentos de impostos)	31-Dez-09	31-Dez-08
Imposto Corrente	(31.550)	(61.667)
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias	207.632	55.078
Total	176.082	(6.589)

(Unidade Monetária - Euro)

18. Dividendos

Durante o ano de 2009, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. efectuou pagamento de dividendos aos accionistas, no montante de 0,11 euros por acção.

19. Activos e Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2009, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

Garantias prestadas a favor de outras empresas 557.750,00 Euros

Garantias prestadas a favor do estado 803.635,31 Euros

À data de 31 de Dezembro de 2009, existem contra a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., um conjunto de processos fiscais em sede de IRC, sendo que alguns se encontram em fase reclamação graciosa e os restantes em fase de impugnação judicial. O total do montante em causa no conjunto destes processos ascende a 803.635,31 euros.

A Administração da Sociedade, suportada pelos seus consultores jurídicos, considera como pouco provável que o desfecho destes litígios sejam desfavoráveis à Sociedade pelo que não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras para este risco.

20. Provisões

O movimento verificado na rubrica de provisões foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-08	Reforço	Utilizações	Saldo em 31-12-09
Provisões	17.615	9.607	(18.587)	8.635

(Unidade Monetária - Euro)

21. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

FSE	31-Dez-09	31-Dez-08
Subcontratos	34.043	73.077
Electricidade	29.932	17.227
Combustíveis	11.566	13.590
Água	3.177	4.082
Livros e Documentação Técnica	403	379
Material de Escritório	2.635	3.566
Artigos para Oferta	379	5.111
Rendas e Alugueres	235.256	228.151
Despesas de Representação	81.700	79.366
Comunicação	51.813	42.226
Seguros	13.621	9.267
Deslocações e Estadias	259.383	147.380
Honorários	63.005	70.254
Contencioso e Notariado	4.139	3.453
Conservação e Reparação	87.528	91.588
Limpeza e Higiene	17.664	15.061
Vigilância e Segurança	22.789	24.386
Trabalhos Especializados	671.576	743.462
Outros	52.955	66.303
Total	1.643.564	1.637.929

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica de trabalhos especializados refere-se, entre outros, a débitos efectuados pelas empresas do grupo à Sociedade, por serviços prestados, nomeadamente, Serviços de Informática, Centro de Serviços Partilhados e Processamento de Vencimentos.

22. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição:

Pessoal	31-Dez-09	31-Dez-08
Remunerações dos Órgãos Sociais	355.937	526.255
Remunerações do Pessoal	212.449	185.934
Prémios para Pensões	24.081	81.738
Encargos sem Remunerações	76.773	92.373
Seguros Acidentes de Trabalho	16.721	19.384
Outros	82.341	26.264
Total	768.303	931.950

(Unidade Monetária - Euro)

23. Partes relacionadas

a) Participações directas e indirectas

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe das participações da Sociedade (directas ou indirectas) era o seguinte:

NOME	SEGMENTO	SEDE	Capital Social	Moeda	Proporção Detida
Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.	Holding	Lisboa	13.750.000	EUR	-----
Orey Serviços e Organização, Lda.	Outros	Lisboa	25.000	EUR	100,00%
Orey- Gestão Imobiliária S.A.	Outros	Lisboa	100.000	EUR	100,00%
Horizon View	Navegação	Lisboa	50.000	EUR	59,60%
OA Agencies - Navegação e Trânsitos S.A.	Navegação	Lisboa	1.200.000	EUR	100,00%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navegação	Lisboa	850.000	EUR	100,00%
Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A.* ²	Navegação	Lisboa	50.000	EUR	100,00%
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	Navegação	Porto	5.000	EUR	100,00%
OA International BV	Navegação	Amsterdão- Holanda	18.000	EUR	100,00%
OA International Antilles NV	Navegação	Curacao-Antilhas Holandesas	6.000	USD	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Navegação	Funchal	50.000	EUR	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Navegação	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%
Orey Shipping SL	Navegação	Bilbao- Espanha	3.100	EUR	100,00%
Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A. * ³	Navegação	Lisboa	150.000	EUR	100,00%
Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda	Navegação	Luanda-Angola	485.884	Kwanza	99,00%
Orey Super Transportes e Distribuição Lda	Navegação	Luanda-Angola	400.000	Kwanza	99,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	450.000	EUR	100,00%
Orey Técnica Serviços Navais, Lda.* ⁴	Representações Técnicas	Lisboa	350.000	EUR	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	811.972	EUR	100,00%
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%
Azimute- Aprestos Marítimos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	70.000	EUR	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	6.000	EUR	100,00%
Orey Financial IFIC, S.A.* ¹	Sector Financeiro	Lisboa	11.500.000	EUR	100,00%
Orey Capital Partners GP, Sàrl	Sector Financeiro	Luxemburgo	35.000	EUR	100,00%
Orey Capital Partners SCA SICAR	Sector Financeiro	Luxemburgo	31.000	EUR	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	1.250.000	EUR	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%
Orey Management BV	Sector Financeiro	Amsterdão- Holanda	5.390.000	EUR	100,00%
Orey Investments NV	Sector Financeiro	Curacao-Antilhas Holandesas	6.081	USD	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	40.000	EUR	100,00%
TRF Initiatoren GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000	EUR	70,00%
TRF Transferrechtsholdings 1 Management GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000	EUR	70,00%
Orey Financial Brasil, S.A.	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	251.020	Real	99,99%

*¹ Orey Financial IFIC, S.A. - Sociedade resultante da fusão da Orey Valores, Soc. Corretora, SA na Orey Financial - SGPS, SA e consequente transformação em Instituição Financeira de Crédito.

*² Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A. - Sociedade resultante da fusão da Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda, na ATN - Atlantic Transportes e Navegação

*³ Storkship - Navegação Transitos e Logística S.A. - Incorporou a Sociedade Casa Marítima - Agencia de Navegação S.A.

*⁴ Empresas resultantes da cisão da Orey Técnica Serviços Navais

b) Constituição de Subsidiárias

- A 21 de Maio de 2009, foi constituída, através da cisão da participada Orey Técnica Naval e Industrial, Lda, a sociedade Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A., com uma participação de 100% através da participada OA Technical. Desta cisão resultou também a alteração da denominação social da Orey Técnica Naval e Industrial para Orey Técnica – Serviços Navais Lda.
- Em 27 de Julho de 2009 foi também constituída a sociedade Horizon View com uma participação de 59,6% detida directamente.
- Em 31 de Dezembro de 2009 foi adquirida a empresa Contrafogo, Soluções de Segurança S.A. com o Capital Social de 811.972 Euros com uma participação de 100% o qual é detido pela Sociedade em 100% através da participada Orey Technical.
- A 1 de Julho de 2009 registou-se a fusão das participadas ATN - Atlantic Transportes e Navegação e Lusofrete, Afretamentos e Navegação Lda. Desta fusão surgiu a empresa Atlantic – Lusofrete, Afretamentos Transportes e Navegação S.A..
- A 1 de Julho registou-se também a fusão, por incorporação, da participada Casa Maritima – Agencia de Navegação S.A. na participada Storkship – Navegação Transitos e Logistica S.A.
- Em Dezembro de 2009 foram ainda constituídas as Sociedades Orey Capital Partners GP, Sàrl e Orey Capital Partners SCA SICAR, sedeadas no Luxemburgo.

c) Saldos e transacções com Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos e transacções com partes relacionadas são como se segue:

Saldos com Partes Relacionadas	Contas a Receber - Clientes	Contas a Receber - Outras	Contas a Pagar - Fornecedores
AZIMUTE	40.839	0	0
OREY INTERNATIONAL BV		725.167	0
LALIZAS MARINE	3.340	0	0
OREY TÉCNICA - SERVIÇOS NAVAIS	52.592	80.000	0
OREY SERVIÇO E ORGANIZAÇÃO	44.259	660.965	0
SOFEMA	26.367	0	0
OREY COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO	22.763	0	59.654
ATLANTIC LUSOFRETE	597	0	0
CASA MARITIMA-AGENTE	1.393	0	0
OREY (ANGOLA)	8.753	0	0
OREY - GESTAO IMOBILIARIA	999	2.131.593	0
OREY CAYMAN	4.063	0	0
LUSOFRETE - AFRETAMENTOS	-10	0	0
OREY FINANCIAL IFIFIC	29.379	0	0
OA AGENCIES	1.535	38.021	0
OA - TECHNICAL	9.005	698.929	0
OREY MANAGEMENT CAYMAN	389	0	0
STORKSHIP	13.982	0	0
AGEMASA	12	0	0
OREY SHIPPING SL	258.410	4.329.205	0
CONTRAFOGO	0	0	154
Total	518.667	8.663.880	59.808

Transacções com Partes Relacionadas	Receitas	FSE
AZIMUTE	25.500	-
OREY INTERNATIONAL BV	-	-
LALIZAS MARINE	-	-
OREY TÉCNICA - SERVIÇOS NAVAIS	122.210	-
OREY SERVIÇO E ORGANIZAÇÃO	98.477	382.013
SOFEMA	40.819	-
OREY COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO	135.387	266
ATLANTIC LUSOFRETE	36.301	-
OREY ACTIVOS	1.709	45
OREY (ANGOLA)	4.561	-
OREY - GESTAO IMOBILIARIA	62.468	-
OREY CAYMAN	-	-
OREY FINANCIAL IFIFIC	139.338	9.607
OA AGENCIES	30.137	-
OA - TECHNICAL	29.552	1.990
OREY MANAGEMENT CAYMAN	-	-
STORKSHIP	9.496	-
AGEMASA	-	-
OREY SHIPPING SL	256.432	-
MENDES E FERNANDES	3.750	-
Total	996.136	393.920

24. Gestão de riscos financeiros

As principais responsabilidades financeiras da Sociedade incluem empréstimos obtidos, contas a pagar e garantias financeiras prestadas. O principal objectivo destas

responsabilidades financeiras é de financiar as operações do Grupo quer curto, quer de médio/longo prazo.

Os activos financeiros correntes incluem montantes provenientes de contas a receber assim como os montantes disponíveis de caixa e equivalentes de caixa, que resultam essencialmente das operações da Sociedade.

A gestão dos riscos financeiros (taxa de juro, flutuação cambial, liquidez e risco de crédito) é desenvolvida numa base diária pelo departamento financeiro sob as orientações e supervisão directa da Administração. O acompanhamento regular pela Administração permite a implementação efectiva de uma política de agregação do risco ao nível do Grupo assim como uma intervenção rápida, directa e centralizada.

25. Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2009 e 2008, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade foram as seguintes:

Remuneração dos Órgãos Sociais	31-Dez-09	31-Dez-08
Conselho de Administração	641.743	622.419
Conselho Fiscal	24.000	24.000
Total	665.743	646.419

Na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 3 de Abril de 2007 foi deliberada a alteração da forma do órgão de fiscalização da Sociedade. Assim a estrutura deste órgão foi alterada de Fiscal Único, cargo desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para Conselho Fiscal com a nomeação de três membros efectivos.

26. Plano de Acções aos Colaboradores

Foi apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores a qual foi aprovada:

I- Objectivos:

- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
- 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
- 3) Atrair e reter Recursos Humanos
- 4) Incentivar e partilhar o sucesso
- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado

II- Condições de Acesso

- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
- 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;

- 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções;
 - 3.2 Pontuação > = 50% e <= a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos;
 - 3.3 Pontuação < 50% - perde todas as opções.
- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100 (cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores:
 - Que tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - Que tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).

III- Ficha Técnica

- 1) Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores da OREY e das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
 Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da sociedade cada um;
 Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.
- 2) O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
- 3) Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
- 4) "Strike Price": € 3,081 (três euros, oito cêntimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título "OREY" nos últimos seis meses de 2006.
- 5) Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
- 6) Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.
- 7) Ajustamentos ao "strike price":
 - O preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, "stock split", etc.

- Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por “Capital Orey 2006 – 2009” uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

Para satisfazer as necessidades deste plano de opções de acções a SCOA detém uma carteira de acções próprias. Estas acções permaneceram em carteira até ao momento do seu exercício (entre Janeiro e Junho de 2010) e são desreconhecidas com a respectiva transferência de propriedade para os colaboradores. Nesta data é reconhecida uma mais ou menos valia correspondente à diferença entre o preço de exercício e o custo médio da carteira de acções próprias afecta à cobertura do programa.

À data de 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 não foram atribuídas opções a nenhum colaborador do Grupo. À data de 31 de Dezembro de 2009 a carteira de acções próprias afecta a este plano é composta por 1.119.048 acções com um custo médio de aquisição de 2,738 Euros por acção.

Durante o exercício de 2009 não havia expectativa de que a opção sobre as acções fosse exercida no futuro, pelo que não se procedeu ao reconhecimento de qualquer impacto na Demonstração de resultados.

27. Eventos subsequentes

Tal como comunicado ao mercado, no dia 16 de Dezembro de 2009, a Sociedade chegou a acordo para a abertura de 25% do capital da participada Orey Financial à Sociedade Holdcontrol S.G.P.S, S.A., do Grupo Domus. Esta operação será efectuada por via de um aumento de capital.

O Grupo Domus terá ainda preferência na aquisição futura do capital da Orey Financial, até ao limite de 49% do capital, podendo ultrapassar este limite mediante a emissão de novas acções preferenciais.

A operação de abertura de 25% do capital da Orey Financial inclui o negócio financeiro em Portugal e Espanha nas áreas de gestão de activos, fundos imobiliários, private equity e corretagem online. Para o efeito, a Orey Financial alienará a totalidade do capital da sociedade Orey Financial Brasil à SCOA. A parceria estabelecida prevê, ainda, que a Orey Financial Brasil e a Orey Financial Portugal desenvolvam em conjunto no Brasil o negócio de gestão de créditos vencidos (Non Performing Loans, NPLs), baseado no modelo e tecnologia do Grupo Domus.

A operação de aumento de 25% do capital da Orey Financial e a alienação interna da participação na Orey Financial Brasil não terão impactos nos resultados da SCOA.

O Grupo Domus é uma holding que opera em várias actividades, nomeadamente na aquisição e gestão de carteiras de crédito em incumprimento (Non Performing Loans, NPLs), através da DomusVenda S.A, na área de Corporate Finance, através da MidFinance, e no sector imobiliário, onde detém um fundo de investimento imobiliário (Real Estate Fund).

A Orey Financial terá por missão lançar o novo negócio de concessão de crédito, bem como criar condições para a integração de actividades de ambos os grupos, captando todas as sinergias possíveis.

A concretização deste negócio aguarda autorização das autoridades de supervisão.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

- 1.** Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 98.061.950 Euros e um total de capital próprio de 78.578.333 Euros, incluindo um resultado líquido de 506.544 Euros), a Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2.** É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

- 3.** A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.
- 4.** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5.** O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6.** Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
- 7.** Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro

tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Abril de 2010

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2009 a actividade da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal reuniu com a frequência que considerou adequada tendo obtido junto dos responsáveis das áreas financeira e da contabilidade, bem como dos auditores externos, todos os esclarecimentos e informações solicitados. Neste âmbito procedeu à: (i) fiscalização da Administração da Sociedade; (ii) vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade; (iii) verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; (iv) verificação da extensão da caixa e da existência de bens e valores pertencentes à sociedade; (v) verificação dos documentos de prestação de contas; (vi) verificação que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados; e (vii) fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal procedeu ainda à fiscalização: (i) do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; (ii) da revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade; e (iii) da independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 29 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso - Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

José Eliseu Chasqueira Mendes

DECLARAÇÃO

Ao abrigo da c) do nº 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 29 de Abril de 2010

O Conselho Fiscal

José Martinho Soares Barroso – Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

José Eliseu Chasqueira Mendes

15. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

15.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

ACTIVO	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Activos Fixos Tangíveis	6	9.905.758	10.585.324
Propriedades de Investimento	7	4.831.926	4.374.900
Goodwill	8	15.375.758	14.831.363
Outros Activos Intangíveis	9	58.244	44.190
Investimentos Financeiros em Associadas	10	227.869	382.253
Outros Activos Financeiros	11	457.548	190.111
Activos por Impostos Diferidos	12	1.625.550	886.814
Total dos Activos Não Correntes		32.482.654	31.294.955
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários	13	1.843.842	983.778
Contas a Receber- Clientes	14	12.979.337	12.699.457
Contas a Receber- Outras	15	17.472.866	12.601.671
Caixa e Equivalentes de Caixa	16	13.507.659	19.391.696
Total dos Activos Correntes		45.803.703	45.676.602
Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		78.286.357	76.971.557
Activo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação	17	132.587	105.400
TOTAL DO ACTIVO		78.418.944	77.076.957

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31-Dez-09	31-Dez-08
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	18	13.750.000	13.640.834
Acções Próprias		-3.064.277	-1.386.010
Prémios de Emissão	18	8.236.204	8.127.038
Reservas	19	3.458.422	5.985.443
Resultados Transitados	19	3.101.111	-255.046
Resultado Líquido do Período		1.299.528	2.271.927
Capital Próprio Atribuível ao Grupo		26.780.988	28.384.186
Interesses Minoritários		-7.837	-27.042
Total do Capital Próprio		26.773.151	28.357.144
PASSIVO			
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	25	184.495	358.391
Financiamentos	20	10.273.096	13.234.821
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	21	462.021	714.654
Contas a Pagar- Outras		0	61.336
Passivos por Impostos Diferidos	12	828.652	856.359
Passivos por Locação Financeira	22	427.838	433.830
Total dos Passivos Não Correntes		12.176.102	15.659.392
PASSIVOS CORRENTES			
Contas a Pagar- Fornecedores		8.816.253	10.598.600
Financiamentos e Descobertos Bancários	20	13.350.560	10.103.595
Contas a Pagar- Outras	23	16.710.126	11.771.014
Passivo por Impostos Correntes	24	74.231	170.801
Passivos por Locação Financeira	22	104.330	102.534
Responsabilidades por Benefícios de Reforma		0	0
Total dos Passivos Correntes		39.055.499	32.746.544
Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		51.231.602	48.405.936
Passivo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação	17	414.191	313.877
Total do Passivo		51.645.793	48.719.813
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		78.418.944	77.076.957

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

15.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	Notas	Dez-09	Dez-08
Proveitos Operacionais			
Vendas		7.301.082	5.389.218
Prestações de Serviços		54.382.717	69.861.229
Outros Proveitos Operacionais	26	1.772.053	2.524.132
Total dos Proveitos Operacionais		63.455.851	77.774.579
Custos Operacionais			
Custo das Vendas		-4.793.900	-3.645.390
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	27	-42.738.898	-57.023.656
Custos com o Pessoal		-11.106.546	-10.315.503
Provisões		-191.779	-211.197
Imparidade		-728.641	-912.987
Outros Custos Operacionais		-1.321.403	-1.266.513
Total dos Custos Operacionais		-60.881.168	-73.375.246
EBITDA		2.574.683	4.399.333
Amortizações		-1.198.605	-1.407.354
EBIT		1.376.079	2.991.979
Resultados Financeiros	28	-611.057	-1.111.326
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas	10	94.008	631.267
Ganhos/Perdas em Propriedades de Investimento	7	139.788	131.594
Resultado Antes de Impostos		998.817	2.643.514
Gastos (Rendimentos) de Impostos	29	302.274	-351.605
Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade		1.301.091	2.291.909
Resultado das Unidades Operacionais em Descontinuação		-2.558	-19.471
Resultado Consolidado		1.298.533	2.272.438
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa Mãe		1.299.528	2.271.927
Interesses Minoritários		-995	510
Resultado Líquido do Período por Ação			
Básico	32	0,103	0,173
Diluído	32	0,103	0,171

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

15.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO INTEGRAL

Demonstração Consolidada do Resultado Integral	31-Dez-09	31-Dez-08
Resultado Líquido Consolidado	1.298.533	2.272.437
Variação nas Reservas de Conversão Cambial	-56.407	76.584
Valorização Orey 7	194.227	0
Revalorização dos Activos	77.977	0
Constituição de Reservas Livres	69.025	0
Constituição de Outras Reservas	15.089	0
Gratificações	-111.538	-238.316
Imparidade de Investimentos Financeiros	0	-81.225
Outros	-212.417	0
Resultado Integral	1.274.489	2.029.480
Atribuível a:		
Detentores de Capital	1.275.466	2.029.025
Interesses Minoritários	-977	455

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

15.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital emitido	Ações próprias valor nominal	Ações próprias descontos e prêmios	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas livres	Resultados transitados	Resultado líquido	Outras Reservas	Total	Interesses minoritários	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	10.000.000	-191.696	-350.449	4.830.550	1.623.403	3.235.866	354.757	256.010	1.450.151	0	21.208.591	-27.591	21.181.000
Resultado Integral							-81.225	-161.732	2.271.927		2.028.970	510	2.029.480
Aumento de Capital	3.640.834			3.296.488							6.937.322		6.937.322
Transferência do Resultado de 2007								1.450.151	-1.450.151		0		0
Dividendos de 2007								-983.895			-983.895		-983.895
Constituição					148.498						148.498		148.498
Aquisição Ações Próprias		-328.499	-607.968		936.467			-936.467			-936.467		-936.467
Venda Ações Próprias		31.810	60.792					87.412			180.014		180.014
Outras Alterações						-213.946	-18.376	33.476			-198.807		-198.807
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	13.640.834	-488.385	-897.625	8.127.038	2.708.368	3.021.920	255.156	-255.046	2.271.927	0	28.384.186	-27.042	28.357.144
Resultado Integral						83.900	263.252	-386.285	1.299.528	15.089	1.275.484	-995	1.274.489
Aumento de Capital	109.166			109.166							218.332		218.332
Transferência do Resultado de 2008								2.271.927	-2.271.927		0		0
Constituição Sociedade											0	20.200	20.200
Dividendos de 2008								-1.418.748			-1.418.748		-1.418.748
Transferencia 2009					-3.064.277	-1.602.535		4.666.812			0		0
Aplicação de Resultados					99.283			-99.283			-0		-0
Aquisição Ações Próprias		-630.663	-1.047.605		1.678.267			-1.678.267			-1.678.268		-1.678.268
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	13.750.000	-1.119.048	-1.945.230	8.236.204	1.421.641	1.503.284	518.408	3.101.110	1.299.528	15.089	26.780.988	-7.837	26.773.151

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

15.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		63.135.768	78.462.769
Pagamentos a Fornecedores		-50.752.973	-58.480.670
Pagamentos ao Pessoal		-11.117.731	-9.225.522
Fluxos Gerado pelas Operações		1.265.064	10.756.576
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-148.481	-85.829
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-3.135.657	-4.291.477
Outros Fluxos relacionados com a Actividade Operacional		-3.284.138	-4.377.306
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		-2.019.074	6.379.270
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Outros Activos Financeiros		280.000	0
Activos Fixos Tangíveis		686.010	0
Juros e Proveitos Similares		228.274	321.000
		1.194.283	321.000
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos Financeiros		0	-214.629
Activos Fixos Tangíveis		-645.069	-4.160.387
Activos Fixos Intangíveis		-44.714	-30.162
		-689.782	-4.405.178
Fluxos das Actividades de Investimentos (2)		504.501	-4.084.178
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos		3.246.965	17.669.877
Venda de Acções Próprias		0	92.602
Aumentos de Capital e prémios de emissão		218.332	6.937.322
		3.465.297	24.699.801
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos		-2.961.724	-15.086.438
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		-263.648	-85.926
Juros e Custos Similares		-785.987	-1.346.386
Aquisição de Acções Próprias		-1.678.267	-936.467
Dividendos		-1.496.962	-983.895
		-7.186.589	-18.439.112
Fluxos de Actividades de Financiamento (3)		-3.721.292	6.260.688
 Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		-5.235.865	8.555.780
Efeito das Diferenças de Câmbio		-648.172	-259.837
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	16	19.391.696	11.095.754
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	16	13.507.659	19.391.697

(Unidade monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

15.6. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

Nota Introdutória

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. ("Sociedade" ou "SCOA") foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.

Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, em Espanha, em Angola e no Brasil em três actividades diferentes:

- Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo, Águas e saneamento e Combate a Incêndios);
- Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

A SCOA é uma sociedade de direito português com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6º A no Ed. Amoreiras Square.

1. Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por "IAS/IFRS".

Adicionalmente, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas ainda não adoptadas pelo Grupo:

Norma	Data de aplicação*
IAS 27 Alteração - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Julho 2009
IAS 39 Alteração - Eligible Hedged Items	1 de Julho 2009
IFRS 1R - Alteração Estrutural	1 de Julho 2009
IFRS 1R - Excepções adicionais para first-time adopters	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 17 - Distribuição de activos não monetários	1 de Julho 2009
IFRS 2 - Group cash-settled share-based Payment Transactions	1 de Janeiro de 2010
IFRS 3R - Business Combinations	1 de Julho 2009
IFRIC 18 - Transferência de Activos Provenientes de clientes	1 de Janeiro de 2010
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1 de Janeiro de 2011
IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas	1 de Janeiro de 2011
IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados relacionados com requisitos de financiamento mínimo (Alterações)	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 19 - Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital	1 de Janeiro de 2011

* Exercícios iniciados em ou após a data referida

A Administração entende que, a aplicação futura destas normas e interpretações, não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos, estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo obriga a Administração a proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os valores reportados de proveitos, gastos, activos, passivos e divulgações. Contudo, a incerteza em volta destas estimativas e pressupostos podem resultar em ajustamentos futuros susceptíveis de afectarem os activos e passivos futuros.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

Estimativas e pressupostos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício, incluem:

- Revalorização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento
- Testes de imparidade ao goodwill e a outros activos intangíveis
- Benefícios de reforma
- Impostos diferidos activos
- Estimativas de proveitos e de custos associados a processos de navegação e trânsitos em curso

Princípios de Consolidação

a) Empresas Controladas

As subsidiárias ou filiais são as empresas controladas, directa ou indirectamente pela SCOA. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras. As subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global desde a data em que o Grupo passou a deter o seu controlo.

Nas concentrações empresariais, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são mensurados ao seu justo valor na data de aquisição, conforme estabelecido no IFRS 3 – “Concentrações de Actividades Empresariais”. Qualquer excesso (défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como goodwill e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício. Para a mensuração do custo com a concentração de actividades empresariais são também levados em linha de conta quaisquer ajustamentos decorrentes de acordos (ou opções de compra) que possam estar dependentes de futuros acontecimentos, desde que sejam prováveis e desde que possam ser mensurados com fiabilidade.

Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício são incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda de relato na data em que ocorrem. Os activos e passivos financeiros são transpostos para a moeda de relato ao câmbio da data do balanço.

b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente (caso único aplicável à Agemasa – Agencia Maritima de Consignaciones, S.A.- Bilbao – detida em 50%) foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo foi partilhado. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e gastos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

c) Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Presumiu-se a existência de influência significativa quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, 20% ou mais do poder de voto da investida.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer as partes do Grupo nos resultados das investidas depois das datas de aquisição; as partes do Grupo nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados dos interesses maioritários; as distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos; as alterações nos interesses proporcionais do Grupo nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio do Grupo.

d) Partes relacionadas

Para os efeitos das presentes demonstrações financeiras consolidadas, uma parte é considerada como sendo relacionada com o Grupo se: (i) a parte for membro do pessoal chave de gerência da entidade ou da sua empresa-mãe; (ii) a parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido no ponto (i) anterior; (iii) a parte for uma entidade controlada, controlada conjuntamente ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, directa ou indirectamente, qualquer indivíduo referido nos pontos (i) e (ii) anteriores; ou (iv) a parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

A posição financeira e os resultados contidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas não foram afectados pela existência de partes relacionadas com o Grupo.

Relato por segmentos

A informação segmental é apresentada tendo em conta que cada segmento de negócio é um componente distinto do Grupo, que fornece produtos ou serviços distintos sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um componente distinto do grupo que fornece produtos ou serviços sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos geográficos.

Foram identificados quatro segmentos de negócio e quatro segmentos geográficos:

Segmentos de Negócio:

(i) Navegação (ii) Representações Técnicas (iii) Área Financeira e (iv) Outras operações.

Segmentos Geográficos:

(i) Portugal (ii) Espanha (iii) Brasil e (iv) Angola

Na nota 3 encontram-se identificadas as empresas incluídas na consolidação pelo método integral e proporcional que foram associadas aos segmentos acima identificados.

O relato por segmentos de negócio consta nos mapas apresentados na Nota 5, nos quais se complementa a informação requerida na IFRS 8, obtendo-se para cada negócio o detalhe sobre a formação do seu resultado e a síntese dos activos e passivos das empresas nele incluídas.

Rédito e Especialização de Exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os gastos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Contas a Receber – Outras" e "Contas a Pagar – Outras".

Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas "Propriedades de Investimento", "Terrenos", "Edifícios e Outras Construções", e "Outros activos Financeiros" que se encontram revalorizados por forma a reflectir o seu justo valor.

Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

A transposição para a moeda de relato, Euro, das demonstrações financeiras em moeda estrangeira, foi feita do seguinte modo:

- Activos e passivos à taxa de câmbio da data do balanço
- Rendimentos e gastos à taxa de câmbio da data das operações
- Capitais próprios à taxa de câmbio histórica
- As diferenças de câmbio que surjam com esta transposição são registadas directamente no Capital Próprio

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados pelo modelo do custo, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são revalorizados. Os activos ao custo, ou revalorizados, encontram-se deduzidos das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	4
Equipamento de Transporte	4
Ferramentas e Utensílios	3 - 4
Equipamento Administrativo	4 - 8

Os terrenos e edifícios estão revalorizados e têm a data de eficácia da última avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2009. A avaliação foi efectuada por um avaliador independente que possui qualificação profissional reconhecidamente relevante, CPU Consultores de Avaliação, Lda.

Nenhum dos imóveis sofreu durante o último ano obras de beneficiação significativa. Na determinação dos valores dos imóveis foi considerado o facto de os edifícios onde as fracções avaliadas estão inseridas se encontrarem em propriedade horizontal. Os valores utilizados em trabalhos anteriores foram devidamente actualizados, tendo em atenção a evolução do mercado mobiliário e a sua realidade actual. As áreas consideradas neste estudo foram as mesmas que as consideradas em estudos anteriores. Foi determinado o Valor de Mercado dos imóveis, considerando que este deverá traduzir o máximo e melhor uso de cada uma das propriedades. Foi considerado que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. Importa ainda realçar que neste processo de reavaliação não são tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de

obsolescência económica dos negócios exercidos nos imóveis, sendo estes avaliados tal como se encontram e com os seus usos actuais.

As avaliações foram efectuadas ao valor de mercado, entendendo-se por Valor de Mercado, ou “Presumível Valor de Transacção em Mercado Aberto” (“Open Market Value”), como “a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data de avaliação, a propriedade poderá ser trocada num mercado livre aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que actuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afectado por estímulos específicos ou indevidos”.

Dos edifícios avaliados em 31 de Dezembro de 2009, se estivessem registados pelo custo histórico, o seu valor consolidado seria de 4.562.000 Euros, o que representaria uma diminuição líquida do capital próprio, a 31 de Dezembro de 2009, em 547.900 Euros.

Imóvel	Valor Financeiro (Áreas Arrendadas)	Valor de Mercado do Imóvel considerado Livre e Disponível	Valor Base de Negociação de venda ao Inquilino	Valor do Imóvel tal como se encontra
Morada localizada na Rua Sacadura Cabral, nº3 - Sines	0	231.000	0	231.000
Rua dos trabalhadores do Mar, nº16, 2º piso, sala D, Setúbal	0	246.000	0	246.000
Prédio localizado na Rua Pinto Araújo nº187 Leça da Palmeira - Matosinhos	0	770.000	0	770.000
Imóvel localizado na Rua Roberto Ivens, 317 - Matosinhos - Porto	0	239.900	0	239.900
Armazéns localizados no Lezíria Park em Forte da Casa - Vila Franca de Xira	0	3.623.000	0	3.623.000
Total	0	5.109.900	0	5.109.900

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor e não são amortizados. As propriedades de investimento foram sujeitas a avaliação independente por parte da CPU Consultores de Avaliação, Lda com referência à data de 31 de Dezembro de 2009.

A metodologia utilizada para a sua mensuração é igual à descrita na nota anterior sobre os activos fixos tangíveis reavaliados.

Relativamente ao imóvel sito na Rua do Patrocínio, o estudo assentou no pressuposto de que o inquilino estará disposto a adquirir a fracção, sendo o valor do imóvel representado pelo Valor Base de Negociação com o inquilino.

Dos edifícios avaliados em 31 de Dezembro de 2009, se estivessem registados pelo custo histórico, o seu valor consolidado, a 31 de Dezembro de 2009, seria de 132.591 euros, o que representaria uma diminuição líquida no Capital Próprio, a 31 de Dezembro de 2009, de 4.964.658 euros.

Imóvel	Valor Financeiro (Áreas Arrendadas)	Valor de Mercado do Imóvel considerado Livre e Disponível	Valor Base de Negociação de venda ao Inquilino	Valor do Imóvel tal como se encontra
Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB - Lisboa	12.500	168.000	90.000	90.000
Fracção de escritório localizado na Travessa do Corpo Santo, 10 - 3ºDto Lisboa	0	341.000	0	341.000
Rua Luísa Holstein, 20 / Rua Maria Santa Isabel Saint-Léger, 5, Alcântara - Lisboa	0	2.691.000	0	2.691.000
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	5.200	1.830.000	0	1.598.000
Campo Caído, Guimarães	0	67.249	0	67.249
Total	17.700	5.097.249	90.000	4.787.249

O valor contabilístico do terreno situado no Campo Caído em Guimarães é igual ao seu justo valor.

Goodwill

O goodwill registado nas contas consolidadas, em resultado das aquisições de subsidiárias, representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, ou entidade conjuntamente controlada, na data da respectiva aquisição. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como um gasto na demonstração dos resultados.

Outros Activos Intangíveis

Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.

Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) pelo controlo do activo seja esperado que fluam benefícios económicos futuros; (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Unidades Operacionais em Descontinuação

Os activos, passivos e resultados das operações em descontinuação referem-se às empresas subsidiárias Leme – Agência de Navegação, Lda e à Azimute, Aprestos Marítimos, Lda.

Impostos sobre o rendimento

A SCOA e a generalidade das suas empresas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 6% pela Derrama, que corresponde a um acréscimo de 1,5%, que resulta numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A tributação da Sociedade em sede de IRC e da maioria das

suas subsidiárias portuguesas é efectuada conjuntamente, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais), bem como os derivados de eventuais prejuízos fiscais reportáveis das empresas do Grupo em que existam fundamentadas expectativas de que os mesmos venham a ser recuperados, face ao plano de negócios existente.

Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por “Projected Unit Credit” e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

A Sociedade adoptou o modelo do corredor, conforme preconizado no IAS 19.

Imparidade

Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiciem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros correntes, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das “Contas a Receber – Clientes” e “Contas a Receber – Outras”, por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição sempre que este seja inferior ao respectivo valor de realização, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas. São registados ajustamentos por depreciação de existências sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda) seja inferior ao seu valor de custo.

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Activos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respectivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos no futuro seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Um activo contingente é um provável activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos em associadas são reconhecidos / desreconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Os investimentos em associadas são investimentos em instrumentos de capital próprio que no entanto estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial conforme descrito na alínea c) dos princípios de consolidação incluídos na presente nota.

Instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respectiva relação contratual.

a) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas de realização estimadas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

c) Instrumentos de Capital

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

d) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os empréstimos são mensurados ao justo valor, na data de reconhecimento, visto que as diferenças destas valorizações para a valorização segundo o custo amortizado não são materiais.

e) Contas a Pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

f) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de acções próprias são registados em "outras reservas".

g) Outros activos financeiros

Esta rubrica inclui activos financeiros detidos para venda. Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Esta rubrica também inclui instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura.

O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Alterações de políticas, estimativas e erros

Considerando as alterações mencionadas na nota 1 sobre as bases de apresentação decorrentes das alterações aos normativos da IAS e das IFRS a Administração entende que a sua aplicação futura não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2008, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. Alterações no perímetro de consolidação

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2009 respeitam a:

- Constituição da Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A. com o Capital Social de 100 mil Euros o qual é detido, indirectamente, pela Sociedade em 100%. A Empresa é consolidada pelo método integral.
- Constituição da Horizon View, com o Capital de Social de 50.000, dos quais 29.800 Euros (59,60%) são detidos pela Sociedade. A empresa é consolidada pelo método integral.
- Aquisição da empresa Contrafogo, Soluções de Segurança com o Capital Social de 811.972 Euros o qual é detido pela Sociedade em 100%. A empresa é consolidada pelo método integral.
- Fusão das participadas ATN - Atlantic Transportes e Navegação e Lusofrete, Afretamentos e Navegação Lda. Desta fusão surgiu a empresa Atlantic - Lusofrete, Afretamentos Transportes e Navegação S.A..
- Fusão, por incorporação, da participada Casa Maritima - Agencia de Navegação S.A. na participada Storkship - Navegação Transitos e Logistica S.A..
- Constituição da Orey Capital Partners GP, Sàrl e Orey Capital Partners SCA SICAR, sedeadas no Luxemburgo.
- Integração da Op. Incrível SGPS, S.A. sedeadada em Lisboa e detida indirectamente pela sociedade em 40%.

1. Empresas Incluídas na Consolidação

Empresas do grupo consolidadas pelo método integral:

Em 31 de Dezembro de 2009, as empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido, foram as seguintes:

NOME	SEGMENTO	SEDE	Capital Social	Moeda	Proporção Detida
Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.	Holding	Lisboa	13.750.000	EUR	-----
Orey Serviços e Organização, Lda.	Outros	Lisboa	25.000	EUR	100,00%
Orey- Gestão Imobiliária S.A.	Outros	Lisboa	100.000	EUR	100,00%
Horizon View	Navegação	Lisboa	50.000	EUR	59,60%
OA Agencies - Navegação e Trânsitos S.A.	Navegação	Lisboa	1.200.000	EUR	100,00%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navegação	Lisboa	850.000	EUR	100,00%
Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A.* ²	Navegação	Lisboa	50.000	EUR	100,00%
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	Navegação	Porto	5.000	EUR	100,00%
OA International BV	Navegação	Amesterdão- Holanda	18.000	EUR	100,00%
OA International Antilles NV	Navegação	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000	USD	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Navegação	Funchal	50.000	EUR	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Navegação	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%
Orey Shipping SL	Navegação	Bilbao- Espanha	3.100	EUR	100,00%
Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A. * ³	Navegação	Lisboa	150.000	EUR	100,00%
Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda	Navegação	Luanda-Angola	485.884	Kwanza	99,00%
Orey Super Transportes e Distribuição Lda	Navegação	Luanda-Angola	400.000	Kwanza	99,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	450.000	EUR	100,00%
Orey Técnica Serviços Navais, Lda.* ⁴	Representações Técnicas	Lisboa	350.000	EUR	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	811.972	EUR	100,00%
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%
Azimute- Aprestos Marítimos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	70.000	EUR	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	6.000	EUR	100,00%
Orey Financial IFIC, S.A.* ¹	Sector Financeiro	Lisboa	11.500.000	EUR	100,00%
Orey Capital Partners GP, Sàrl	Sector Financeiro	Luxemburgo	35.000	EUR	100,00%
Orey Capital Partners SCA SICAR	Sector Financeiro	Luxemburgo	31.000	EUR	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	1.250.000	EUR	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%
Orey Management BV	Sector Financeiro	Amesterdão- Holanda	5.390.000	EUR	100,00%
Orey Investments NV	Sector Financeiro	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.081	USD	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	40.000	EUR	100,00%
TRF Initiator GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000	EUR	70,00%
TRF Transferrechtsholding 1 Management GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000	EUR	70,00%
Orey Financial Brasil, S.A.	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	251.020	Real	99,99%

*¹ Orey Financial IFIC, S.A. - Sociedade resultante da fusão da Orey Valores, Soc. Corretora, SA na Orey Financial - SGPS, SA e consequente transformação em Instituição Financeira de Crédito.

*² Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A. - Sociedade resultante da fusão da Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda, na ATN - Atlantic Transportes e Navegação

*³ Storkship - Navegação Transitos e Logística S.A. - Incorporou a Sociedade Casa Maritima - Agencia de Navegação S.A.

*⁴ Empresas resultantes da cisão da Orey Tecnica Serviços Navais

Empresas do grupo consolidadas pelo método proporcional:

Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A. com sede em Bilbao, Espanha. A percentagem detida é de 50%, sendo considerada uma empreendimento conjunto.

Empresas do grupo consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

CMA-CGM Portugal – Agentes de Navegação, S.A. com sede em Lisboa. A percentagem detida é de 40% sendo considerada uma empresa associada.

Op. Incrível SGPS, S.A. com sede em Lisboa. A percentagem detida é de 40% sendo considerada uma empresa associada.

5. Relato por segmentos

O grupo está organizado em diferentes unidades de negócio baseadas nos seus produtos e serviços e tem 4 segmentos operacionais e geográficos distintos:

- Navegação - empresas com serviços de linhas regulares, trânsitos marítimos e aéreos, agenciamento de navios e logísticos prestados em Portugal, Espanha e Angola.

- Representações técnicas - empresas cuja actividade inclui a venda e prestação de serviços relacionados com equipamentos navais e segurança no mar, petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.
- Serviços Financeiros – empresas com serviços de Gestão de Carteiras, Gestão de Fundos de Investimento, Corretagem on-line e off-line, Corporate Finance e Family Office prestados por subsidiárias em Portugal e no Brasil.
- Outras Operações - empresas da área operacional, cujos serviços são prestados às restantes empresas do Grupo.

Não foram agregados quaisquer segmentos para formar os segmentos operacionais que se descrevem acima.

Os resultados operacionais destas unidades são analisados separadamente pela gestão e todos os gastos e proveitos são geridos separadamente e individualmente alocados nas unidades de cada segmento operacional.

As receitas inter-segmentais são eliminadas da consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a repartição por segmentos por actividade era a seguinte:

Por Segmento	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras Operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em Descontinuação	Total
	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09
Vendas e Prestação de Serviços								
Vendas externas	47.225.810	8.869.445	5.248.635	339.908	-	61.683.798	270.846	61.954.644
Vendas inter-segmentais	1.877.188	686.198	0	2.346.971	(4.910.357)	-	14.170	14.170
Réditos totais	49.102.998	9.555.643	5.248.635	2.686.879	(4.910.357)	61.683.798	285.016	61.968.814
Resultados								
Resultados segmentais	2.083.750	405.769	126.824	(279.935)	489.264	2.825.673	3.007	2.828.679
Gastos Gerais Administrativos						(1.449.594)	-	(1.449.594)
Resultados operacionais						1.376.079	3.007	1.379.085
Custos e gastos financeiros	(2.941.141)	(109.015)	(69.115)	(729.835)	803.068	(3.046.038)	(5.576)	(3.051.615)
Proveitos e ganhos financeiros	2.874.107	38.743	323.455	496.652	(1.064.181)	2.668.777	92	2.668.869
Resultado Antes de Impostos						998.817	(2.477)	996.340
Impostos s/ os lucros						302.274	(81)	302.193
Resultados Líquido Consolidado						1.301.091	(2.558)	1.298.533
Interesses Minoritários						995	-	995
Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						1.302.086	(2.558)	1.299.528
Património e Outras informações								
Activos do segmento	33.212.350	6.016.157	25.510.171	6.482.885	(2.969.215)	68.252.348	132.587	68.384.935
Investimento em Associadas	177.137	-	50.752	-	-	227.889	-	227.889
Activos da holding não imputados a segmentos								9.806.120
Activos totais consolidados						-	-	78.418.944
Passivos do segmento	29.656.271	5.571.404	16.568.334	3.449.926	(26.788.945)	28.456.989	414.191	28.871.180
Passivos da holding não imputados a segmentos							-	22.774.613
Passivos totais consolidados							-	51.645.793

(Unidade Monetária - Euro)

Por Segmento	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em descontinuação	Total
	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08
Vendas e Prestação de Serviços								
Vendas externas	64.043.642	6.668.346	4.244.384	294.075		75.250.447		75.250.447
Vendas inter-segmentais	7.510.013	858.027	380.932	2.501.943	(11.250.914)			
Réditos totais	71.553.655	7.526.373	4.625.315	2.796.018	(11.250.914)	75.250.447	-	75.250.447
Resultados								
Resultados segmentais	4.297.509	477.948	115.789	(122.269)	47.671	4.816.648	(16.706)	4.799.942
Gastos Gerais Administrativos	-	-	-	-	-	(1.824.670)		(1.824.670)
Resultados operacionais						2.991.978	(16.706)	2.975.272
Custos e gastos financeiros	(1.046.011)	(73.648)	(214.102)	(1.106.449)	129.753	(2.310.458)		(2.310.458)
Proveitos e ganhos financeiros	743.676	32.402	506.140	1.219.552	(539.778)	1.961.993	(2.765)	1.959.228
Resultado Antes de Impostos						2.643.514	(19.471)	2.624.042
Impostos s/los lucros						(351.605)		(351.605)
Resultados Líquido Consolidado						2.291.908	(19.471)	2.272.437
Interesses Minoritários						(510)		(510)
Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						2.291.397	(19.471)	2.271.927
Património e Outras informações								
Activos do segmento	36.693.983	5.558.242	18.825.984	6.668.419	2.255.979	70.002.607	105.400	70.108.007
Investimento em Associadas								
Activos da holding não imputados a segmentos								6.968.950
Activos totais consolidados								77.076.957
Passivos do segmento	26.214.173	2.371.905	8.516.582	4.082.604	(10.498.788)	30.686.476	313.877	31.000.353
Passivos da holding não imputados a segmentos								17.719.460
Passivos totais consolidados								48.719.813

(Unidade Monetária - Euro)

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços por mercados geográficos	31-Dez-09	31-Dez-08
Portugal	41.490.511	45.560.302
Brasil	1.965.340	2.052.179
Espanha	4.099.735	11.746.203
Angola	19.024.399	27.142.678
Ajustamentos	-4.896.187	-11.250.914
Total das Operações em Continuidade	61.683.798	75.250.447
Operações em Descontinuação	270.846	0
Ajustamentos das Operações em Descontinuação	14.170	0
Total	61.968.814	75.250.447

(Unidade Monetária - Euro)

A informação das Vendas e Prestações de Serviço acima descritas são baseadas na localização dos clientes.

6. Activos Fixos Tangíveis

Durante o ano de 2009, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2008	Revalorizações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2009
Terreno e Recursos Naturais	1.271.180	11.420	-	(110.005)	-	-	1.172.595
Edifícios e o construções	7.327.197	34.260	16.673	(384.286)	-	(45.619)	6.948.225
Equipamento Básico	4.784.177	-	165.586	(119.939)	110.790	(300.612)	4.640.003
Equipamento Transporte	1.316.805	-	213.407	-	105.553	(330.077)	1.305.688
Ferramentas e Utensílios	315.315	-	58.723	-	3.578	(6.908)	370.708
Equipamento Administrativo	2.690.713	-	300.122	(52.816)	47.656	(285.901)	2.699.774
Outras Imobilizações Corpóreas	616.430	-	53.069	-	-	(1.514)	667.986
Imobilizações em Curso	115.234	-	195.953	(18.964)	-	(117.132)	175.091
	18.437.051	45.680	1.003.534	(686.010)	267.577	(1.087.763)	17.980.069

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2008	Revalorizações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2009
Terreno e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e o construções	1.059.049	-	151.582	(228.202)	-	-	982.429
Equipamento Básico	3.217.422	-	377.484	(119.115)	50.128	(202.633)	3.323.286
Equipamento Transporte	935.902	-	113.240	-	66.746	(193.750)	922.138
Ferramentas e Utensílios	137.562	-	7.405	-	3.071	(1.913)	146.125
Equipamento Administrativo	1.855.423	-	327.907	(32.495)	19.199	(142.711)	2.027.322
Outras Imobilizações Corpóreas	646.370	-	105.863	-	-	(79.222)	673.011
	7.851.728	-	1.083.480	(379.812)	139.145	(620.229)	8.074.311
Valor Líquido	10.585.324	45.680	(79.947)	(306.197)	128.432	(467.534)	9.905.758

Conforme referido na nota 1, os terrenos e os edifícios e outras construções encontram-se registados pelo modelo de revalorização. As respectivas quantias revalorizadas, referem-se à avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2009, correspondentes ao justo valor desses activos, foram determinadas através de avaliações, efectuadas nessa mesma data por peritos avaliadores. Efectuar-se-ão novas avaliações em 31 de Dezembro de 2010.

7. Propriedades de Investimento

Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2008. Este financiamento, efectuado no Banco Espírito Santo, tem um valor actual de 6.500.000 de Euros.

I - Quadro Evolução

Saldo Inicial em 31-12-2008	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Transferências	Saldo Final em 31-12-2009
4.374.900	0	0	139.788	317.239	4.831.926

(Unidade Monetária - Euro)

As transferências devem-se à desafecção de imóveis à actividade de arrendamento e consequente transferência para a rubrica de Edifícios e Outras Construções.

II – Quantias reconhecidas nos resultados

	31-12-2009	31-12-2008
Rendimentos de rendas	139.788	131.594

(Unidade Monetária - Euro)

Durante o exercício não foram incorridas despesas com reparações e manutenção dos edifícios em questão.

8. Goodwill

O goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em empresas do grupo, discrimina-se da seguinte forma:

Empresa	Aquisições	31-12-2008	Aumentos	31-12-2009
Orey Shipping SL	Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones S.A.	2.578.769		2.578.769
Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.	Orey Financial IFIC, S.A.	8.009.266		8.009.266
Orey Financial IFIC, S.A.	Orey Valores- Sociedade Correctora S.A.	83.937		83.937
Orey Financial IFIC, S.A.	TRF Initiatoren GmbH	2.100		2.100
Orey Financial IFIC, S.A.	TRF Transferrechtetfonds 1 Management GmbH	2.100		2.100
Orey Financial IFIC, S.A.	Orey Financial Brasil S.A.	1.983.915		1.983.915
Orey Financial IFIC, S.A.	Full Trust -Soc Gestora de Patrimónios S.A.	498.428		498.428
OA Agencies - Navegação e Trânsitos S.A.	Martanque - Agência de Navegação e Logística de Transportes Lda	198.033		198.033
OA Agencies - Navegação e Trânsitos S.A.	Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda e Mendes & Fernandes, Lda	639.213		639.213
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navecor	718.241		718.241
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S	Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.		544.395	544.395
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navecor	117.360		117.360
	Total	14.831.363	544.395	15.375.758

Euros

Conforme referido na nota 1, o goodwill resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Durante o exercício não ocorreram quaisquer perdas de imparidade.

O aumento registado no valor do goodwill resulta da aquisição de 100% da empresa Contrafogo, Soluções de Segurança SA, em 31 de Dezembro de 2009.

Os pressupostos utilizados para testar a imparidade do goodwill foram os seguintes:

Pressupostos	Agemasa	Orey Financial IFIC	Orey Financial Brasil	Contrafogo	OA Agencies	OCN	Storkship
Goodwill	2.578.769	8.009.266	1.983.915	544.395	837.246	117.360	718.241
Método utilizado	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados
Base utilizada	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013	Business Plans 2010 - 2013
Taxas de crescimento dos cash-flows de 2014 a 2018	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Taxas de crescimento dos cash-flows a partir de 2018	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%
Probabilidades de sucesso do business plan	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%
Taxa de desconto utilizada	4,7%	8%	18,0%	9,2%		6,5%	6,5%

(Unidade Monetária - Euro)

Efectuar-se-ão novas avaliações em 31 de Dezembro de 2010.

9. Outros Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2008	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-09
Vida útil definida							
Outros	282.005	(55)	44.714	(3.727)	-	-	322.936
	282.005	(55)	44.714	(3.727)	-	-	322.936

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2008	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-09
Vida útil definida							
Outros	237.815	(32)	30.533	(3.624)	-	-	264.692
	237.815	(32)	30.533	(3.624)	-	-	264.692
Valor Líquido	44.190	(23)	14.181	(103)	-	-	58.244

10. Investimentos Financeiros em Associadas

O detalhe da rubrica de investimentos financeiros em associadas, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

Investimentos Financeiros em Associadas	31-12-2008	Resultado do Exercício	Outras Alterações	31-12-2009
CMA-CGM Portugal	311.267	114.008	(248.138)	177.137
BAFT	37.500	-	-	37.500
OP Incrível	20.000	(20.000)	-	-
Orey Moçambique	13.486	-	(254)	13.232
Total	382.253	94.008	(254)	227.869

(Unidade Monetária - Euro)

11. Outros Activos Financeiros

A rubrica de outros activos financeiros teve a seguinte evolução, em 31 de Dezembro de 2008 e 2009:

Outros Activos Financeiros	31-12-2009	31-12-2008
Depósitos Bancários	5.036	9.580
Orey 7	363.002	168.775
Interest Rate Cap	78.656	-
Outros	10.854	11.756
Total	457.548	190.111

(Unidade Monetária - Euro)

A SCOA recorreu a um instrumento financeiro derivado de taxa de juro (Cap de taxa de juro) no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento de modo a fixar um valor máximo para o seu custo de financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2009 estava em vigor o seguinte contrato de derivados:

Instrumento Derivado	Participada	Contraparte	Nocional	Tipo	Vencimento	Justo valor
Interest Rate Cap	Orey Gestão Imobiliária, Lda	BBVA	3.100.000	Cap de taxa de juro da Euribor a 1 mês a 4,5%	Junho de 2027	78.656
Total						78.656

Este contrato foi celebrado pela Orey Gestão Imobiliária, Lda. no seguimento da contratação de um empréstimo de taxa variável a 20 anos no valor de 3.100.000 Euros relativo à aquisição de dois armazéns no Lezíria Park de forma a limitar o seu custo de financiamento a 4,5%. Este instrumento corresponde a uma cobertura económica. A taxa de juro e a taxa de desconto utilizada foi a Euribor a 1 mês.

Este instrumento foi classificado como especulação por não cumprir a totalidade dos requisitos de cobertura dos normativos em vigor (IAS39).

O impacto anual nos resultados foi de 6.000 euros.

12. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Durante o ano de 2009, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2008	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2009
Benefícios de Reforma	189.383	-	(189.383)	(0)
Prejuízos Fiscais Reportáveis	627.115	946.156	-	1.573.271
Aumento de Capital	27.110	-	(13.555)	13.555
Provisões Cobrança Duvidosa	41.094	12.691	(16.239)	37.545
Outros	2.112	-	(935)	1.177
Total	886.814	958.847	(220.111)	1.625.550

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2008	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2009
Revalorizações	821.783	28.128	(65.431)	784.481
Amortizações Aceleradas	45.271	-	-	45.271
Amortização fiscal do Goodwill	-	-	-	-
Outros	(10.696)	9.596	-	(1.100)
Total	856.359	37.724	(65.431)	(828.652)

(Unidade Monetária - Euro)

13. Inventários

O detalhe desta rubrica em 2009 e em 2008 era o seguinte:

Inventários	31-12-2009	31-12-2008
Valor bruto	1.951.986	1.059.273
Perdas de imparidade acumuladas	(108.144)	(75.495)
Total	1.843.842	983.778

(Unidade Monetária - Euro)

14. Contas a Receber – Clientes

O detalhe desta rubrica em 2009 e em 2008 era o seguinte:

Contas a Receber - Clientes	31-12-2009	31-12-2008
Valor Bruto	15.030.013	14.577.366
Perdas de Imparidade Acumuladas	(2.050.677)	(1.877.909)
Total	12.979.337	12.699.457

(Unidade Monetária - Euro)

Esta rubrica inclui cerca de 0,5 milhões de Euros correspondentes a documentos vencidos há mais de um ano e não provisionados. Este valor refere-se à rubrica de sobreestadias relativas à área de navegação. O risco associado a este saldo encontra-se mitigado pela existência de um saldo de igual montante no passivo associado a estas sobreestadias. O valor remanescente corresponde a dois tipos de situações, processos em curso ainda não finalizados e a saldos que se encontram em processo de encontro de contas com fornecedores, nomeadamente despachantes, o que não permitiu ainda a sua regularização.

15. Contas a Receber - Outras

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-12-2009	31-12-2008
Estado e Outros Entes Públicos		
- IVA	727.001	612.601
- IRC	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	100.070	2.074
Empréstimos Empresas Associadas	1.041.000	400.000
Outros Devedores	11.147.101	4.586.990
Acréscimos de Proveitos	3.850.491	5.787.435
Custos Diferidos	607.202	1.212.571
Total	17.472.866	12.601.671

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica "Acréscimos de Proveitos" refere-se principalmente aos proveitos estimados (por facturar) nos processos de navegação.

A rubrica "outros devedores" inclui as transferências efectuadas para o Saxobank por conta de clientes do negócio da corretagem no montante de 10.146.367,47 euros.

16. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31-12-2009	31-12-2008
Caixa	217.289	160.171
Depósitos à Ordem	1.780.647	8.433.851
Depósitos a Prazo	11.407.847	10.235.948
Títulos negociáveis	101.797	361.727
Outras Aplicações de Tesouraria	80	200.000
Total da caixa e equivalentes de caixa	13.507.659	19.391.696

(Unidade Monetária - Euro)

17. Unidades Operacionais em Descontinuação

Conforme referido na nota 1 os valores relativos a Unidades Operacionais em Descontinuação, referem-se ao negócio da Leme – Agência de Navegação, Lda, com sede em Moçambique e ao negócio da Azimute, Aprestos Marítimos Lda.

Os activos e passivos referentes a estas unidades operacionais discriminam-se da seguinte forma:

Activos	31-12-2009	31-12-2008
Contas a Receber- Clientes	-	100.779
Contas a Receber- Outras	13.527	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	85.944	4.621
Activos por Imp. Diferidos	1.125	-
Existências	31.991	-
Activo Total	132.587	105.400

Passivos	31-12-2009	31-12-2008
Contas a Pagar - Fornecedores	141.501	241.603
Contas a Pagar - Outras	209.283	72.274
Empréstimos e Descobertos Bancários	50.000	-
Provisões	13.408	-
Passivo Total	414.191	313.877

(Unidade Monetária - Euro)

18. Capital e Prémios de Emissão

Concretização no início de Julho de 2006 de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de Euros através da emissão de 5 milhões de novas acções com valor nominal de 1 euro e um prémio de emissão de 1 euro e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de Euros

de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em ações Orey, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

A emissão dos valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em ações Orey, foi reservada aos accionistas da sociedade, com a emissão de 3.750.000 títulos, ao valor nominal de 2 Euros, com um preço de subscrição de 2,66 Euros, que perfaz o montante total de 9,975 milhões de Euros, tendo vencido em 30 de Junho de 2009.

Em Dezembro de 2008 foi feita uma conversão antecipada dos VMOPs, que originou o aumento de capital para 13.640.834, tendo os restantes 109.166 títulos sido convertidos em 30 de Junho de 2009 e o capital aumentado para 13.750.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, a estrutura accionista da Sociedade era a seguinte:

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	0,00%	0,00%
Directamente:			
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.350.000	31,64%	31,64%
- Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A.	5.304.721	38,58%	38,58%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	343.981	2,50%	2,50%
SUB-TOTAL	9.998.702	72,72%	72,72%
Jochen Michalski	370.044	2,69%	2,69%
MCFA, SGPS, S.A.	275.000	2,00%	2,00%
MRF, SGPS, S.A.	275.000	2,00%	2,00%
SUB-TOTAL	920.044	6,69%	6,69%
TOTAL	10.918.746	79,41%	79,41%

19. Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Reservas	31-12-2009	31-12-2008
Reservas de Reavaliação	1.503.284	3.021.920
Reservas Legais	1.421.641	2.708.368
Reservas Livres	518.408	255.155
Outras Reservas	15.089	-
Total	3.458.422	5.985.443

(Unidade Monetária - Euro)

As reservas de revalorização incluem reservas relativas a activos fixos tangíveis entretanto transferidos para propriedades de investimento e ainda não realizadas.

As reservas legais, de acordo com o artigo 296 do Código das Sociedades Comerciais só podem ser utilizadas para:

- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- Incorporação no Capital

A reserva de valorização dos investimentos Financeiros ao justo valor não é distribuível aos accionistas porque não se encontra realizada.

Os resultados transitados incluem os seguintes valores não distribuíveis:

Revalorizações de Propriedades de investimento	4.018.274
Reservas Relativas a acções próprias	3.064.277

20. Financiamentos e Descobertos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Financiamentos e Descobertos Bancários		
Passivo Não Corrente	31-12-2009	31-12-2008
- Sociedade Comercial Orey Antunes	5.416.666	6.500.000
- Orey Shipping S.L.	597.222	1.791.667
- Agemasa - Ag. Marítima de Consignaciones S.A.	1.078.706	1.417.136
- OA Technical Representations	375.254	527.334
- Orey Gestão e Imobiliária, Lda	2.805.248	2.998.683
Total	10.273.096	13.234.821
Passivo Corrente	31-12-2009	31-12-2008
- Sociedade Comercial Orey Antunes		
- Empréstimos bancários	7.248.837	4.250.000
- Descobertos bancários	4.740.206	4.851.409
- Orey Financial, SGPS, S.A.	320.000	320.000
- OA Technical Representations	549.141	322.016
- Orey Gestão e Imobiliária, Lda	22.156	-
- Outras Empresas	470.219	360.170
Total	13.350.559	10.103.595

(Unidade Monetária - Euro)

As condições de financiamento para os principais empréstimos bancários são as seguintes:

Empresa	Banco	Forma	Valor total aprovado	Montante em dívida	Taxa de Juro
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Espírito Santo	- Médio/Longo Prazo	6.500.000	6.500.000	Euribor 3M + Spread de 2,5%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Espírito Santo	- Descoberto autorizado	2.500.000	2.331.252	Euribor 3M + Spread de 2,25%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Caixa Geral de Depósitos	- Curto Prazo	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread de 2,0%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Fortis Bank	- Médio/Longo Prazo	2.000.000	1.673.187	Euribor 3M + Spread de 2,5%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Santander Totta	- Conta Corrente Caucionada	3.000.000	2.000.000	Euribor 3M + Spread de 2,5%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Millennium BCP	- Descoberto autorizado	2.000.000	1.678.905	Euribor 3M + Spread de 3,5%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	- Conta Corrente Caucionada	1.000.000	1.004.173	Euribor 3M + Spread de 1,25%
Orey Gestão Imobiliária	Banco Comercial Português	- Médio/Longo Prazo	3.100.000	2.827.403	Euribor 1M + Spread de 0,375%
Orey Shipping SL	Caixa Nova	- Médio/Longo Prazo	7.175.000	139.986	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Total	Total		28.275.000	19.154.906	

(Unidade Monetária - Euro)

21. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

Conforme referido na nota 1, a sociedade tem um plano de benefícios definidos de reforma, atribuível aos trabalhadores admitidos até 1980, que cobre a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma.

Este plano é de benefícios definidos, com fundo constituído e gerido por uma entidade terceira.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites, os quais, para o estudo efectuado em 31 de Dezembro de 2009, são como segue nos quadros seguintes:

Evolução das Responsabilidades Líquidas	31-12-2009		
	Reformados	Activos	Total
Saldo Inicial	-	714.654	714.654
Benefícios e prémios pagos	-	-	-
- Contribuições para o fundo	-	(276.714)	(276.714)
- Benefícios pagos	-	-	-
Custo serviços correntes	-	13.525	13.525
Cortes/liquidações	-	-	-
Custo dos juros	36.956	41.562	78.518
Retorno real dos activos	(45.358)	(4.656)	(50.014)
Ganhos e perdas actuariais	8.402	(26.350)	(17.948)
Total	-	462.021	462.021

Valor do fundo de pensões	31-12-2009	31-12-2008
Saldo Inicial	927.288	880.268
Contribuições para o fundo	276.714	289.466
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(105.620)	(103.519)
Rendimento dos activos do fundo	50.014	(138.927)
Total	1.148.396	927.288

Responsabilidade e Valor dos activos do fundo	31-12-2009	31-12-2008
Valor das responsabilidades	1.716.033	1.805.412
Valor do fundo	1.148.396	927.288
Déficit	567.637	878.124

Descriminação dos custos	2009		
	Reformados	Activos	Total
Custo serviços correntes	-	13.525	13.525
Custo dos juros	36.956	41.562	78.518
Perdas actuariais	8.402	(26.350)	(17.948)
Rendimento dos activos do fundo	(45.358)	(4.656)	(50.014)
Total	-	24.081	24.081

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2009	2008
Pressupostos financeiros		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	5,0%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	1,0%	1,0%
Pressupostos demográficos		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	SR	SR

A Sociedade, em 2008, passou a aplicar o método do "Corridor". Existem perdas acumuladas actuariais não reconhecidas pela utilização do método do "Corridor" no valor de 105.016 euros.

Efectuar-se-ão novas avaliações em 31 de Dezembro de 2010.

22. Passivo por Locação Financeira

O detalhe desta rubrica é o seguinte:

Passivos por locação financeira	31-Dez-09		31-Dez-08	
	Passivo Corrente	Passivo não corrente	Passivo Corrente	Passivo não corrente
Edifícios, Terrenos e Recursos Naturais	45.878	336.551	48.921	375.221
Equipamento de Transporte	58.452	91.287	53.613	58.609
Total	104.330	427.838	102.534	433.830

Tipo de Activo	Futuros Pagamentos	Não mais de 1 ano	Mais de um ano e não mais de 5 anos	Mais de 5 anos
Edifícios Terrenos e Recursos Naturais	669.250	80.286	212.577	209.104
Equipamento de Transporte	149.738	58.452	91.287	-
Total	532.167	138.739	303.863	209.104

23. Contas a Pagar - Outras (Passivos Correntes)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-12-2009	31-12-2008
Adiantamentos de Clientes	63.070	1.599
Impostos	607.316	674.398
Accionistas	267.070	261.768
Outros Credores	11.625.599	5.175.940
Acréscimos de Custos	3.923.515	5.398.696
Proveitos diferidos	223.555	258.613
Total	16.710.126	11.771.014

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica "Outros Credores" diz respeito principalmente aos fluxos financeiros nos processos de navegação e às transferências efectuadas pelos clientes no negócio da corretagem, para investimentos na plataforma do Saxobank no montante de 11.595.779,09 euros.

Na rubrica "Acréscimos de Custos" registam-se os custos estimados com os processos de navegação.

24. Passivos por Impostos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
IRC estimado	399.385	415.288
Retenções na fonte por terceiros	(52.878)	(55.269)
Pagamento especial por conta	(256.150)	(177.192)
Pagamento por conta	(10.598)	(17.804)
Imposto a pagar	-	5.877
Imposto a recuperar	(5.528)	(99)
Total	74.231	170.801

(Unidade Monetária - Euro)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais relativas ao imposto sobre o rendimento estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2004 a 2008 ainda poderão estar sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da SCOA entende que eventuais correcções a efectuar pelas autoridades fiscais a essas declarações não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009.

25. Imparidade e Provisões

Durante o ano de 2009, o movimento efectuado na rubrica dos ajustamentos e provisões foi o seguinte:

Imparidade de Activos e Provisões	Saldo em 31/12/08	Reforço	Utilizações / Reversões	Saldo em 31/12/09
Imparidades				
- Devedores Cobrança Duvidosa	1.919.091	679.996	(548.410)	2.050.677
- Depreciação de Existências	75.495	48.645	(1.012)	123.128
Provisões	358.391	191.779	(365.675)	184.495
Total	2.352.977	920.420	(915.097)	2.358.300

(Unidade Monetária - Euro)

26. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-12-2009	31-12-2008
Proveitos Suplementares	735.393	649.815
Reversão de Amortizações	22.217	-
Reversão de Imparidades	263.348	63.790
Ganhos em Imobilizações	134.448	390.964
Redução de Provisões	234.985	15.491
Benefícios de Penalidades Contratuais	95.673	9.127
Outros	285.989	1.394.945
Total	1.772.053	2.524.132

(Unidade Monetária - Euro)

27. Fornecimentos e serviços terceiros

A rubrica de fornecimentos e serviços terceiros é decomposta da seguinte forma:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2009	31-12-2008
Subcontratos	34.494.759	49.284.824
Electricidade	93.277	68.617
Combustíveis	202.975	223.153
Água	17.375	19.865
Ferramentas	121.674	86.950
Material de escritório	100.148	77.845
Artigos para oferta	21.151	14.911
Rendas e alugueres	2.019.889	1.687.104
Despesas de representação	231.098	274.159
Comunicação	715.981	459.229
Seguros	265.234	181.982
Transporte de mercadorias	121.732	89.592
Transporte de pessoal	12.983	12.113
Deslocações e estadas	1.078.366	899.686
Comissões	1.526	0
Honorários	486.712	421.030
Contencioso e notariado	36.263	24.767
Conservação e reparação	568.021	482.249
Publicidade e propaganda	664.504	326.075
Limpeza, higiene	124.756	75.725
Vigilância	78.664	62.971
Trabalhos especializados	734.284	1.787.504
Outros	547.528	463.305
Total	42.738.898	57.023.656

28. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-12-2009	31-12-2008
Rendimentos e Ganhos Financeiros		
- Juros Obtidos	233.347	321.000
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	1.648.623	476.810
- Outros	533.010	401.322
Total	2.414.981	1.199.133
Gastos e Perdas Financeiros		
- Juros Suportados	(820.505)	(1.312.256)
- Serviços Bancários	(173.277)	(202.219)
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	(2.022.485)	(736.647)
- Outros	(9.771)	(59.336)
Total	(3.026.039)	(2.310.458)
Resultados Financeiros	(611.057)	(1.111.326)

(Unidade Monetária - Euro)

29. (Gastos) | Rendimentos de Impostos

O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

(Gastos) / Rendimentos de impostos	31-12-2009	31-12-2008
Imposto Corrente	(458.558)	(568.430)
Impostos Diferidos	-	-
- Origem e reversão de diferenças temporárias	760.833	216.825
Total	302.274	(351.605)

(Unidade Monetária - Euro)

30. Dividendos

Durante primeiro semestre de 2009, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. pagou dividendos aos accionistas no valor de 0,11 Euros por acção em circulação, relativos ao exercício de 2008.

31. Activos e passivos contingentes

A 31 de Dezembro de 2009, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

- ✓ Garantias prestadas a favor de outras empresas EUR 2.975.870,04
- ✓ Garantias prestadas a favor do Estado EUR 1.039.460,13

À data de 31 de Dezembro de 2009, existem contra a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., um conjunto de processos fiscais em sede de IRC, sendo que alguns se encontrem em fase reclamação graciosa e os restantes em fase de impugnação judicial. O total do montante em causa no conjunto destes processos ascende a 915.541,62 milhares de Euros.

A Administração da Sociedade, suportada pelos seus consultores jurídicos, considera como pouco provável que o desfecho destes litígios sejam desfavoráveis à Sociedade pelo que não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras para este risco.

Existe uma contingência fiscal, fora do País, de valor não estimado, que a Administração estima que a probabilidade de ocorrência é bastante diminuta.

32. Resultados por acção

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados por acção têm a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-12-2009	31-12-2008
Resultado por acção básico	0,10	0,17
Resultado por acção diluído	0,10	0,17

O resultado por acção básico é calculado tendo em conta o resultado líquido atribuível à casa-mãe e capital número de acções em circulação, o que corresponde a 31 de Dezembro de 2009 a 12.630.952 acções tendo em conta a existência de 1.119.048 acções próprias.

O resultado por acção diluído é consistente com o resultado por acção básico, visto que não existem acções ordinárias potenciais.

33. Gestão de riscos financeiros

As principais responsabilidades financeiras do Grupo, para além dos derivados, incluem empréstimos obtidos, contas a pagar e garantias financeiras prestadas. O principal objectivo destas responsabilidades financeiras é de financiar as operações do Grupo quer curto, quer de médio/longo prazo.

Os activos financeiros correntes incluem montantes provenientes de contas a receber assim como os montantes disponíveis de caixa e equivalentes de caixa, que resultam essencialmente das operações do Grupo.

O acompanhamento regular pela Administração permite a implementação efectiva de uma política de agregação do risco ao nível do Grupo assim como uma intervenção rápida, directa e centralizada.

Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee).

O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).

34. Remunerações dos Órgãos Sociais

No ano de 2009 e 2008, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade foram as seguintes:

Remuneração dos Órgãos Sociais	31-Dez-09	31-Dez-08
Conselho de Administração	641.743	622.419
Conselho Fiscal	24.000	24.000
Total	665.743	646.419

(Unidade Monetária - Euro)

Na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 3 de Abril de 2007 foi deliberada a alteração da forma do órgão de fiscalização da Sociedade. Assim a estrutura deste órgão foi alterada de Fiscal Único, cargo desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para Conselho Fiscal com a nomeação de três membros efectivos.

35. Partes Relacionadas

As participadas da SCOA têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única entidade se tratasse.

Relativamente a transacções com entidades relacionadas que sejam pessoas chave da administração definiu o Conselho de Administração da SCOA que este conjunto de pessoas seria composto pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, pelos membros dos Conselhos de Administração das sub-holdings (OA Agencies - Navegação e Trânsitos SA, OA Technical Representations-Rep.Nav.Ind. SA, OA International BV e Orey Financial – IFIC, S.A.) e pelos Gerentes da Orey Serviços e Organização, Lda. e da Orey Gestão Imobiliária, Lda., os quais se passam a enumerar:

- Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa
- Joaquim Paulo Claro dos Santos
- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delclaux Bravo
- Rui Maria de Campos de Albuquerque d'Orey
- Henrique Manuel Garcia Teles Feio
- João Carlos Alves Mendonça Arrais
- Gonçalo Magalhães Saraiva Mendes
- José Carlos Conceição Santos
- Marcos Francisco F. A. Q. Saldanha
- Miguel Carvalho Albuquerque d'Orey
- Rogério Paulo Caiado Raimundo Celeiro

Remunerações auferidas pelo pessoal chave	31-Dez-09	31-Dez-08
Conselho de Administração SCOA	641.743	622.419
Membros dos Conselhos de Administração das Subholdings e Gerentes	757.237	773.948
Total	1.398.980	1.396.367

(Unidade Monetária - Euro)

36. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe do número de colaboradores do Grupo, repartido por área de negócio é o seguinte:

Pessoal	31-Dez-09		31-Dez-08		Diferença	
	Médio	Total	Médio	Total	Médio	Total
Navegação (Portugal)	80	78	80	80	-	(2)
Navegação (Internacional)	109	92	100	130	9	(38)
Representações Técnicas	51	50	36	36	15	14
Sector financeiro	60	61	60	63	(0)	(2)
Serviços Administrativos	36	40	33	33	3	7
Total	336	321	309	342	27	(21)

37. Plano de Acções aos Colaboradores

Foi apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores a qual foi aprovada:

I- Objectivos:

- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
- 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;

- 3) Atrair e reter Recursos Humanos
- 4) Incentivar e partilhar o sucesso
- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado

II- Condições de Acesso

- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
- 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
- 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções
 - 3.2 Pontuação > = 50% e <= a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
 - 3.3 Pontuação < 50% - perde todas as opções
- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100 (cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores:
 - Que tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - Que tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).

III- Ficha Técnica

- 1) Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores da OREY e das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
 Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da sociedade cada um;
 Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.
- 2) O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
- 3) Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
- 4) "Strike Price": € 3,081 (três Euros, oito centimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título "OREY" nos últimos seis meses de 2006.

- 5) Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
- 6) Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.
- 7) Ajustamentos ao "strike price":
 - O preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, "stock split", etc.
 - Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por "Capital Orey 2006 – 2009" uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

Para satisfazer as necessidades deste plano de opções de acções a SCOA detém uma carteira de acções próprias. Estas acções permanecerão em carteira até ao momento do seu exercício (entre Janeiro e Junho de 2010) e são desreconhecidas com a respectiva transferência de propriedade para os colaboradores. Nesta data é reconhecida uma mais ou menos valia correspondente à diferença entre o preço de exercício e o custo médio da carteira de acções próprias afecta à cobertura do programa.

À data de 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 não foram atribuídas opções a nenhum colaborador do Grupo. À data de 31 de Dezembro de 2009 a carteira de acções próprias afecta a este plano é composta por 1.119.048 acções com um custo médio de aquisição de 2,738 Euros por acção.

38. Eventos subsequentes

Tal como comunicado ao mercado, no dia 16 de Dezembro de 2009, a Sociedade chegou a acordo para a abertura de 25% do capital da participada Orey Financial à Sociedade Holdcontrol S.G.P.S, S.A., do Grupo Domus. Esta operação será efectuada por via de um aumento de capital.

O Grupo Domus terá ainda preferência na aquisição futura do capital da Orey Financial, até ao limite de 49% do capital, podendo ultrapassar este limite mediante a emissão de novas acções preferenciais.

A operação de abertura de 25% do capital da Orey Financial inclui o negócio financeiro em Portugal e Espanha nas áreas de gestão de activos, fundos imobiliários, private equity e corretagem online. Para o efeito, a Orey Financial alienará a totalidade do capital da sociedade Orey Financial Brasil à SCOA. A parceria estabelecida prevê, ainda, que a Orey Financial Brasil e a Orey Financial Portugal desenvolvam em conjunto no Brasil o negócio de gestão de créditos vencidos (Non Performing Loans, NPLs), baseado no modelo e tecnologia do Grupo Domus.

A operação de aumento de 25% do capital da Orey Financial e a alienação interna da participação na Orey Financial Brasil não terão impactos nos resultados da SCOA.

O Grupo Domus é uma holding que opera em várias actividades, nomeadamente na aquisição e gestão de carteiras de crédito em incumprimento (Non Performing Loans, NPLs), através da DomusVenda S.A, na área de Corporate Finance, através da MidFinance, e no sector imobiliário, onde detém um fundo de investimento imobiliário (Real Estate Fund).

A Orey Financial terá por missão lançar o novo negócio de concessão de crédito, bem como criar condições para a integração de actividades de ambos os grupos, captando todas as sinergias possíveis.

A concretização deste negócio aguarda autorização das autoridades de supervisão.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

- 1.** Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 78.418.944 Euros e um total de capital próprio de 26.773.151 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.299.528 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, a Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Responsabilidades

- 2.** É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e

- f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
- 3.** A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4.** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5.** O nosso exame abrangiu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

- 6.** Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7.** Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Abril de 2010

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2009 a actividade da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal reuniu com a frequência que considerou adequada tendo obtido junto dos responsáveis das áreas financeira e da contabilidade, bem como dos auditores externos, todos os esclarecimentos e informações solicitados. Neste âmbito procedeu à: (i) fiscalização da Administração da Sociedade; (ii) vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade; (iii) verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; (iv) verificação da extensão da caixa e da existência de bens e valores pertencentes à sociedade; (v) verificação dos documentos de prestação de contas; (vi) verificação que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados; e (vii) fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal procedeu ainda à fiscalização: (i) do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; (ii) da revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade; e (iii) da independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados consolidados das suas operações e dos fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso - Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

José Eliseu Chasqueira Mendes

DECLARAÇÃO

Ao abrigo da c) do nº 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 29 de Abril de 2010

O Conselho Fiscal

José Martinho Soares Barroso – Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

José Eliseu Chasqueira Mendes

16. EXTRACTO DE ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRINTA E UM DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ

Ao trigésimo primeiro dia do mês de Maio de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniu na sua sede social, sita na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, número dezassete, sexto andar A em Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade comercial anónima com a firma "SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.", Sociedade Aberta, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social integralmente subscrito e realizado de treze milhões setecentos e cinquenta mil euros, com o número único de registo e Identificação de Pessoa Colectiva 500 255 342.

A reunião havia sido regularmente convocada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por anúncios publicados em trinta de Abril de 2010 nos sítios da Internet www.mj.gov.pt/publicações, www.cmvm.pt e ainda www.euronext.com, para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO DOIS: Apreciação do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas, nos termos do nº 2 do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO TRÊS: Deliberar sobre uma proposta de aplicação de resultados nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade nos termos da alínea c) número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO QUINTO: Deliberar sobre a ratificação da cooptação do Administrador Dr. Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes para o mandato em curso.

PONTO SEXTO: Proceder à eleição de três novos Administradores não executivos para o mandato em curso.

PONTO SÉTIMO: Proceder à eleição de um membro da Comissão de Vencimentos para o mandato em curso.

PONTO OITAVO: Deliberar sobre uma proposta de aditamento de um n.º 5 ao artigo 17.º.

PONTO NONO: Deliberar sobre uma proposta de alienação de acções próprias.

PONTO DÉCIMO: Deliberar sobre uma proposta de redução de capital.

Para dar cumprimento a imperativos legais, procedeu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a um aditamento à Convocatória, cujo pedido de publicação foi feito em vinte e nove de Abril para deliberar sobre o seguinte ponto:

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Analisar e deliberar acerca da comunicação da Comissão de Remunerações sobre a política de remunerações dos membros do órgão de administração.

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr. Rui Machete, começou por desejar as boas vindas aos accionistas presentes, e após verificação de que se encontravam efectuadas as publicações legais, a legalidade da reunião e que se encontravam presentes e representados accionistas detentores de acções correspondentes a 72% (setenta e dois por cento) do capital social e correspondentes a 72% (setenta e dois por cento) dos direitos de voto a Assembleia estava em condições de, validamente, deliberar, declarou-a aberta.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi de imediato dada entrada no **primeiro ponto** da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Conselho de Administração para que o mesmo apresentasse o relatório de gestão e as contas do exercício. (...)

O Senhor Presidente da Mesa perguntou, seguidamente, se alguém queria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer, submeteu à votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício relativos ao ano de dois mil e nove, tendo os referidos documentos sido aprovados por unanimidade.

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, foi mais uma vez dada a palavra ao Conselho de Administração para que o mesmo se pronunciasse sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas. (...)

(...) o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra relativamente ao relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas e como ninguém o quisesse fazer submeteu-o à aprovação da Assembleia tendo sido aqueles documentos aprovados por unanimidade, bem como aprovado foi o resultado consolidado de €1.299.527,64 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil quinhentos e vinte e sete euros e sessenta e quatro cêntimos).

Entrando no **ponto terceiro** da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa referiu que tinha em seu poder uma proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração do seguinte teor: (...)

Informou ainda que foi entregue na mesa uma proposta alternativa apresentada pelo accionista TRIÂNGULO MOR do seguinte teor:

"Vimos por este meio fazer a seguinte proposta alternativa à do Conselho de Administração para distribuição dos resultados líquidos individuais no montante de € 506.544,00.

Para Reserva Legal (5%) € 25.327,22

Para Gratificações ao Conselho de Administração, 10% dos resultados líquidos consolidados, correspondentes a € 129.952,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e dois euros). Propõe-se também que as gratificações individuais de cada membro do Conselho de Administração sejam atribuídas de acordo com a deliberação da Comissão de Vencimentos."

(...)

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se mais alguém queria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer, decidiu submeter à votação em primeiro lugar a proposta alternativa, porquanto merecendo esta aprovação, tornará desnecessária a votação da primeira. Posta à votação a proposta da TRIÂNGULO MOR foi a mesma aprovada por unanimidade.

Entrando no **ponto quarto** da ordem de trabalhos e no que respeita à apreciação geral da Administração e Fiscalização, o Senhor Presidente perguntou se alguém queria usar da palavra.

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, atendendo aos resultados apresentados e que mereceram a aprovação por unanimidade desta Assembleia, propôs a aprovação de um voto de louvor e confiança em todos e cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, pela forma como conduziram os negócios da sociedade e desempenharam o seu papel.

Posta à votação essa proposta foi a mesma aprovada por unanimidade.

Já no **ponto quinto**, pelo Dr. Duarte d'Orey foi pedida a palavra para informar que, na sequência do facto de o Senhor Dr. Francisco Bessa ter assumido em exclusivo o lugar de Presidente da Comissão Executiva da Orey Financial, foi necessário cooptar mais um Administrador, para o mandato em curso, tendo a escolha recaído sobre o Senhor Dr. Tristão José da Cunha Mendonça e Meneses.

(...)

Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta à votação pelo Senhor Presidente da Mesa tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Entrando no **ponto seis** da ordem de trabalhos, foi dada a possibilidade de intervenção, tendo o Presidente do Conselho de Administração tomado a palavra para, antes de mais agradecer ao Senhor Dr. Alexander Somerville Gibson, o Senhor Dr. Miguel Ribeiro Ferreira e o Senhor Eng.º Francisco Van Zeller o facto de terem aceite o convite que lhes foi endereçado de integrarem o Conselho de Administração enquanto Administradores não executivos. (...)

(...)foi pelo Presidente da Mesa considerado poder ser dispensado o voto secreto, bem como a votação em separado, colocando à votação a proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade.

Para o **ponto sete** da ordem de trabalhos, foi de imediato dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração (...)

(.....)

Assim, foi convidada a Senhora Dra. Maria Teresa de Sousa Botelho, que detém no seu *curriculum* uma vasta experiência na área de recursos humanos, bem como na área de *coaching*, essenciais para o desenvolvimento do cargo em causa.

Não havendo mais nenhuma intervenção, e não tendo havido oposição a que fosse dispensado o voto secreto, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade.

Entrando no **ponto oito** da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa verificou a presença da maioria necessária à alteração estatutária, nos termos previstos no artigo 13.º dos Estatutos, pelo que procedeu à leitura da proposta de alteração que prevê o aditamento ao artigo 17.º de um ponto 6 (e não 5 conforme, por lapso, foi referido na convocatória), prevendo esse ponto o seguinte teor:

“6- Caso o Conselho seja constituído por um número par de Administradores e se se verificar empate nas decisões, cabe ao Presidente o voto de qualidade”.

(....)

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Para apresentação do **ponto nove**, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração que (....)

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Entrando no **ponto décimo** da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade esclareceu que a proposta de redução do capital (...)

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Finalmente, entrando no **ponto décimo primeiro**, o Senhor Dr. Tristão da Cunha Mendonça e Meneses informou que a Comissão de Vencimentos no que se refere à política de remuneração dos membros do órgão de administração considera que os 10% dos resultados líquidos consolidados deverão ser distribuídos aos administradores em função de um critério de mérito premiando o esforço, dedicação, bem como os resultados obtidos ao longo do ano por cada um dos administradores.

No que se refere ao Conselho Fiscal, o Presidente do Conselho de Administração informa que o mesmo, atento os termos do acordo estabelecido, é remunerado com um valor fixo, não recebendo qualquer variável.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a discutir e a aprovar nos termos da Ordem de Trabalhos, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, declarada encerrada a presente Assembleia, não sem antes,

pelo Presidente do Conselho de Administração ter sido apresentado um voto de louvor à forma como foram desenvolvidos os trabalhos por parte da Mesa.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o voto de louvor, e concluídos que foram os trabalhos, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas 16,00 horas, a qual, para constar, se encontra lavrada nesta acta que, depois de lida, vai ser assinada por si e pela Secretária.



Relatório sobre o Governo da Sociedade Exercício de 2009

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6ºA, 1070-313 Lisboa – Portugal
Capital Social Eur 13.750.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa sob o nº único 500 255 342



0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. Local de disponibilização do Código de Governo das Sociedades

O presente relatório foi elaborado tendo em consideração o modelo constante no anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1 / 2007 e o disposto no Código de Governo das Sociedades. Estes documentos podem ser consultados em www.cmvm.pt.

0.2. Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM

A tabela seguinte pretende reunir, de uma forma esquematizada, as Recomendações da CMVM previstas no Código do Governo das Sociedades, individualizando-se, aquelas que foram alvo de adopção integral, ou de não adopção, pela OREY, assim como o local do presente relatório em que pode ser encontrada uma descrição mais detalhada acerca da sua adopção.

Recomendação	Adopção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada	1.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adoptada	1.3
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis	Adoptada	1.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Adoptada	1.5
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	Adoptada	1.8
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Adoptada	1.10
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Adoptada	1.6
I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES		

I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	1.7
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Adoptada	1.1
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Adoptada	1.13
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando este princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	1.13
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. TEMAS GERAIS		
II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada	2.3
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Adoptada	2.4
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no	Não Adoptada	0.3 2.6

sítio na Internet da sociedade.

II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Adoptada	2.9
---	-----------------	------------

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Adoptada	2.9
--	-----------------	------------

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	2.12
--	-----------------	-------------

II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adoptada	2.19
--	-----------------	-------------

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade.	Adoptada	2.19
--	-----------------	-------------

II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	Não Adoptada	0.3 2.18
--	---------------------	-----------------

II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política	Não adoptada	0.3 2.18
--	---------------------	-----------------

de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores

Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.

II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.	Adoptada	1.12
--	-----------------	-------------

II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Adoptada	3.10
---	-----------------	-------------

II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Adoptada	2.17
--	-----------------	-------------

II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não Aplicável	
--	----------------------	--

II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas	Adoptada	2.5
---	-----------------	------------

características especiais.		
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	2.5
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada	2.5
II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	Adoptada	2.5
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adoptada	2.5
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Adoptada	2.3
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não Aplicável	
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável	
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto	Não Adoptada	0.3 2.14

com os documentos de prestação de contas.		
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada	2.14
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Adoptada	2.14
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	2.14
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não Aplicável	
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Adoptada	2.3
II.5.3. Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Adoptada	2.3
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.2. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adoptada	3.12
III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c)	Adoptada	

Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocações para a realização de assembleia geral.

0.3. Divergências entre as práticas do governo da sociedade e as recomendações da CMVM

Tendo em consideração o descrito, a OREY declara adoptar integralmente as recomendações emitidas pela CMVM em matéria de governo societário e que constam do mencionado código, com excepção das identificadas nos números II.1.1.3., II.1.5.1, II.1.5.2. e II.4.2. do referido Código, as quais não são cumpridas pelas razões abaixo mencionadas.

- Recomendações II.1.1.3 – No sentido de se adequar às recomendações do Código de Governo das Sociedades foram elaboradas propostas de regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal os quais ainda não se encontram aprovados. Logo que se verifique a sua aprovação a OREY cumprirá com esta recomendação;
- Recomendação II.1.5.1. – Á presente data a remuneração variável do órgão de administração tem por base uma disposição estatutária na qual se indica que a mesma pode ascender até um máximo de 15% do lucro do exercício distribuível. Esta distribuição é definida na própria Assembleia Geral. Não estão estipulados critérios que avaliem o desempenho a médio e longo prazo da OREY e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas que sustentem a atribuição da componente variável.
- Recomendação II.1.5.2. – A comissão de remunerações não submeteu à aprovação em Assembleia Geral a política de remuneração dos Órgãos Sociais;
- Recomendação II.4.2 – Em 2009 não foi divulgada o relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal no sítio da Internet da OREY.

0.4. Declarações relativas ao cumprimento dos critérios de independência e incompatibilidades

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e o respeito pelas regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A (com excepção da alínea b) que não é aplicável), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da OREY considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delcaux Bravo

Os seguintes membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e respeitam as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A [incluindo a alínea f)], ambos do

Código das Sociedades Comerciais, tendo todas as competências necessárias ao exercício das respectivas funções:

- José Martinho Soares Barroso
- Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- José Eliseu Chasqueiro Mendes

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1. Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral.

A Mesa da Assembleia Geral da Orey é composta por dois membros, sendo um deles Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o outro Secretário da mesma.

Actualmente, a Mesa da Assembleia Geral em funções, eleita na Assembleia Geral realizada a 15 de Abril de 2009 para o quadriénio 2009-2012 é composta pelos seguintes membros:

Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete

Secretário: Dr.^a Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros

Tendo em conta que a Assembleia Geral é o órgão supremo da OREY, a Sociedade disponibiliza, num prazo máximo de 5 (cinco) dias, no seu sítio na Internet, para consulta do público em geral, extractos das actas da Assembleia Geral e, do mesmo modo, a respectiva convocatória, ordem do dia, propostas apresentadas à Assembleia Geral de Accionistas e forma de participação na mesma (tudo em relação às reuniões realizadas, pelo menos, nos três anos antecedentes).

É entendimento da OREY que o interesse dos investidores fica salvaguardado com a disponibilização de extractos das actas, desde que nos mesmos esteja contida toda a informação relevante relativa à constituição da Assembleia Geral e às deliberações tomadas no seu decurso, incluindo as propostas apresentadas e as declarações de voto. Neste sentido, não é disponibilizado o conteúdo total das actas, visto os mesmos não serem essenciais para a completa informação dos investidores podendo, inclusivamente, permitir a sua utilização para fins bem diferentes do interesse social da Sociedade e do mercado em geral.

De notar, finalmente, que a OREY não proporciona o acesso às listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas, por considerar que a natureza pessoal dos dados envolvidos requer o cumprimento da legislação relevante no que a esta matéria, o que sempre impossibilitaria a sua divulgação.

1.2. Indicação das datas de início e termo dos respectivos Mandatos.

As datas de início e termo dos respectivos mandatos são 2009 e 2012, respectivamente.

1.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente da mesa da assembleia geral não recebeu qualquer remuneração durante o exercício de 2009.

1.4.Indicação para a antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral.

A titularidade das acções deverá ser demonstrada mediante o envio ao presidente da mesa da Assembleia Geral, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro junto do qual as acções se encontrem registadas, na qual se confirme que as aludidas acções se encontram registadas em nome do accionista desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior ao da data da realização da referida Assembleia, tendo sido efectuado o respectivo bloqueio até à data da realização da Assembleia Geral.

1.5.Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não obriga ao bloqueio das acções durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, bastando-se a antecedência exigida na primeira sessão.

1.6.Número de acções a que corresponde um voto.

A cada acção corresponde 1 (um) voto.

1.7.Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Em primeira convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, com excepção das deliberações referentes a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da Sociedade, ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, têm de estar presentes ou representados, accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a um terço do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por simples maioria, seja qual for a percentagem do capital social nela representado.

1.8.Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da Ordem do Dia, mediante comunicação postal ou electrónica, considerando-se esses accionistas como presentes para efeito da constituição da Assembleia Geral.

1.9.Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A Sociedade não disponibiliza um modelo específico para o voto por correspondência. São válidas as declarações que sejam assinadas pelos titulares das acções ou pelo seu representante legal, acompanhadas de cópia autenticada do Bilhete de Identidade ou com assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o acto. Só serão consideradas válidas as declarações de voto nas quais expressa e inequivocamente constem:

- A indicação dos pontos da Ordem do Dia a que respeitem;
- A proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

1.10.Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral.

Os votos por correspondência só são considerados quando sejam recebidos na sede da sociedade com, pelo menos, três dias de antecedência relativamente à data da Assembleia, por meio de carta registada com aviso de recepção ou por comunicação electrónica que cumpra os requisitos estabelecidos no n.º 4 do presente artigo dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova de qualidade de accionista, nos termos previstos no n.º4 do artigo 10º.

1.11.Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

O voto mediante comunicação electrónica deverá ser emitido com uma assinatura electrónica reconhecida nos termos legais aplicáveis ou de acordo com um sistema definido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da Assembleia Geral, em termos que assegurem a autenticidade e a identificação do accionista que exerce o seu direito de voto.

1.12.Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

À presente data a remuneração variável do órgão de administração tem por base uma disposição estatutária na qual se indica que a mesma pode ascender até um máximo de 15% do lucro do exercício distribuível. Esta distribuição é definida na própria Assembleia Geral. Não estão estipulados critérios que avaliem o desempenho a médio e longo prazo da OREY e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas que sustentem a atribuição da componente variável.

1.13.Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A Sociedade não sentiu necessidade, até ao momento, de criar medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A Sociedade não adoptou quaisquer outras medidas que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

1.14.Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

1.15.Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.1. Identificação e composição dos órgãos da Sociedade.

Conselho de Administração

Presidente: Duarte Maia de Albuquerque d'Orey

Administrador executivo: Francisco Manuel Lemos dos Santos Bessa

Administrador executivo: Joaquim Paulo Claro dos Santos

Administrador não executivo: Juan Celestino Lázaro González

Administrador não executivo: Jorge Delcaux Bravo

Conselho Fiscal

Presidente: José Martinho Soares Barroso

Vogal: Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

Vogal: José Eliseu Chasqueira Mendes

Suplente: Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador

Revisor Oficial de Contas

Ernst&Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por José Carlos Miguel Alves

2.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

Comissão de Remunerações

Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete

Vogal: Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato

Vogal: Dr. Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes

Comissão Executiva

Presidente: Duarte Maia de Albuquerque d'Orey

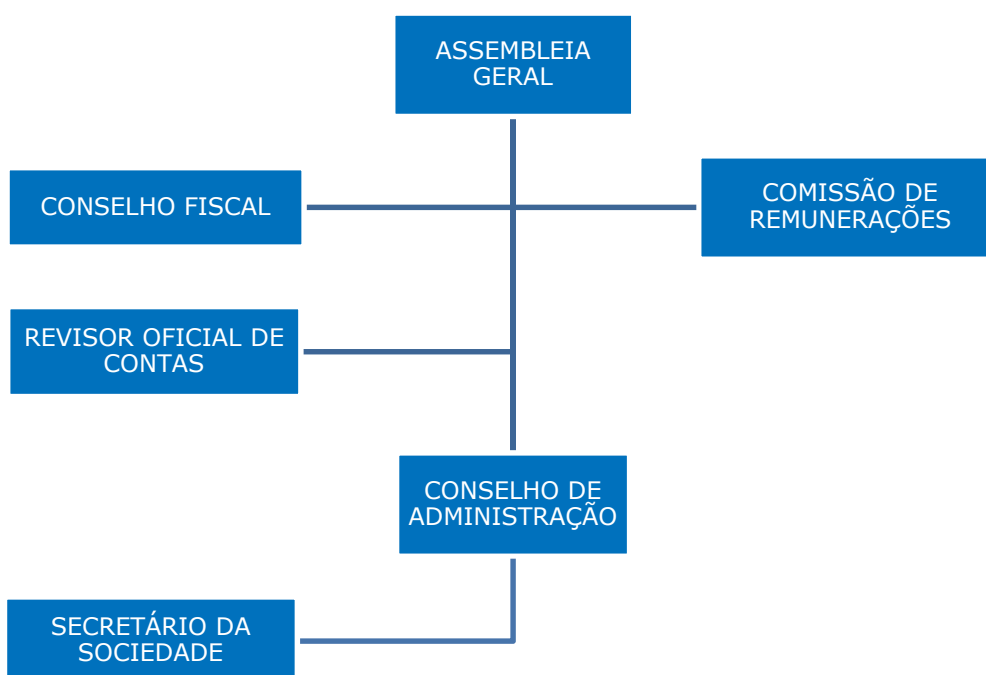
Administrador executivo: Francisco Manuel Lemos dos Santos Bessa

Administrador executivo: Joaquim Paulo Claro dos Santos

2.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis.

A OREY decidiu adoptar, como modelo estruturante dos seus órgãos sociais, um modelo dualista. Assim sendo, temos, por um lado, o Conselho de Administração que tem a seu cargo a actividade de gestão da Sociedade e, por outro lado, o Conselho Fiscal, a quem compete a fiscalização de toda a actividade da OREY.

A decisão de adopção de um modelo de gestão com estas características prendeu-se com o facto de a OREY considerar que esta é a melhor forma de assegurar, com transparência, clareza e rigor, a separação total de funções, procurando-se, deste modo, uma especialização no campo da fiscalização.



Órgão de Administração

A administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por um número ímpar de membros, num mínimo de três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o respectivo Presidente, cabendo ao próprio Conselho a designação do respectivo Vice-Presidente, quando existir.

Um dos membros do Conselho de Administração poderá ser isoladamente eleito entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% ou menos de 10% do capital social da Sociedade.

Actualmente, o Conselho de Administração é composto por cinco membros, sendo dois deles administradores não executivos, número que garante a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade desenvolvida pelos Administradores Executivos, visto corresponder a 40 % (quarenta por cento) do total dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, que se encontra em funções para o mandato de 2009-2012, é composto pelos membros eleitos na Assembleia Geral da OREY realizada no dia 15 de Abril de 2009.

Os pelouros dos membros do conselho de administração são os seguintes:

<u>Duarte d'Orey</u>	<u>Francisco Bessa</u>	<u>Joaquim Santos</u>
Coordenação do Modelo de Negócio	Relações com Mercado	Contabilidade
Coordenação do Planeamento Estratégico	Relações com Entidades Reguladores	Planeamento e Controlo de Gestão
Coordenação da Alocação Estratégica de Activos	Marketing	Fiscalidade
Coordenação da Área de Negócio Financeira	Coordenação da Área de Negócios – Representações Técnicas Industriais	Auditoria Externa
Estratégia de Recursos Humanos	Coordenação da Área de Negócio - Angola	Sistemas de Informação
Marketing Estratégico e Operacional	Coordenação da Área de Negócio - Espanha	Gestão do Imobiliário
Relações com Accionistas	Coordenação da Área de Negócios - Shipping Services	Gestão de Compras
Relações com Clientes de Referência		Recursos Humanos Operacionais
Relações Institucionais		Relações com Accionistas
Relações com Parceiros de Negócio		Relações com Clientes de Referência
		Relações Institucionais
		Relações com Parceiros de Negócio

O Secretário da Sociedade e o seu suplente são designados pelo Conselho de Administração, cessando funções com o termo do mandato do órgão de administração que os tenha elegido. Ao Secretário compete essencialmente secretariar as reuniões dos órgãos sociais, certificar os actos por eles praticados e os poderes dos respectivos membros, satisfazer as solicitações dos accionistas no exercício do direito à informação e certificar cópias de actas e demais documentos da sociedade.

Órgão de Fiscalização

A fiscalização dos negócios sociais cabe ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, os quais não integram o Conselho de Administração, e um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, que são eleitos pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é composta por três accionistas eleitos em Assembleia Geral.

A esta Comissão compete, nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, fixar as remunerações do Conselho de Administração e dos restantes membros dos órgãos sociais, podendo a remuneração dos Administradores consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da Sociedade, em percentagem, que no global, não poderá exceder 15 % do lucro do exercício distribuível.

O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

No ano de 2009, a Comissão de Remunerações teve 2 reuniões, tendo sido elaborada, como é regra na Sociedade, a acta das respectivas reuniões.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta pelos três administradores executivos da Sociedade.

À Comissão Executiva foram delegados amplos poderes relacionados com a gestão das actividades do Grupo, sendo que todos os assuntos são dados a conhecer aos administradores não executivos.

No ano de 2009 a Comissão Executiva reuniu por 9 vezes, tendo sido elaboradas, como é regra na Sociedade, as actas e convocatórias das respectivas reuniões, que são remetidas pelo presidente desta comissão ao conselho fiscal da Sociedade.

2.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira.

Em termos organizacionais, o Grupo Orey encontra-se estruturado por três áreas de negócio através de quatro sub-holdings. A SCOA, holding do grupo, é responsável pelo desenvolvimento estratégico e pela gestão global das diferentes áreas de negócio, garantindo uma coordenação em matéria de recursos, segundo os critérios e orientações definidas de acordo com os grandes objectivos do Grupo.

Em cada área de negócio, a gestão é assegurada pelas respectivas sub-holdings ou sociedades, segundo princípios de autonomia de gestão, com competências claramente definidas em documento escrito. As competências da holding do grupo situam-se, essencialmente, ao nível das seguintes decisões da gestão das sub-holdings: medidas estratégicas, assembleias gerais, aquisição e venda de negócios, contratação de financiamentos, aquisição/alienação de imóveis, nomeação dos órgãos de gestão e centralização de serviços não “core” do negócio.

As grandes linhas de orientação estratégica do Grupo são definidas em Conselho de Administração da OREY sob proposta, quando tal é o caso, dos Conselhos de Administração/Gerência das sub-holdings.

É o Conselho de Administração que aprova o plano e orçamento anual; acompanha e avalia a evolução do Grupo face ao orçamento; define, anualmente, a política de Recursos Humanos do Grupo; delibera sobre a aquisição e alienação de participações sociais em outras empresas; define a cada momento, e se tal se tornar necessário, a política de organização do Grupo; aprova as contas intercalares do Grupo e a comunicação das mesmas ao mercado, entre outras.

Toda a actuação do Conselho de Administração é, por lei, sujeita a apreciação anual da Assembleia Geral que a tem aprovado, por unanimidade.

Toda a actividade do Grupo passou a ser fiscalizada por um Conselho Fiscal do qual fazem parte um Presidente, dois Vogais efectivos e um Vogal suplente e um Revisor Oficial de Contas, que afere da concordância de tal actividade com a lei e com os Estatutos. O Conselho Fiscal foi aprovado em Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007.

A OREY tem, ainda, na sua estrutura, um Secretário da Sociedade, que, para além das atribuições que lhe são cometidas por lei, está presente em todos os Conselhos de Administração, elabora as respectivas actas e fá-las aprovar pelos respectivos membros.

Os negócios do Grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão e outros que devem ser geridos pró-activamente. Os riscos afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos da OREY e,

consequentemente, o valor de mercado da empresa. Os principais factores de risco inerentes aos negócios da OREY são os seguintes:

- A OREY tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A Sociedade depende, assim, da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cashflows* gerados por essas sociedades.
- As sociedades participadas pela OREY desenvolvem as suas actividades de Navegação, Trânsitos, Representações Técnicas, e Serviços Financeiros, sendo nessa medida afectadas negativamente por períodos de recessão económica.
- Os negócios em que opera a OREY estão sujeitos a uma forte concorrência por parte de outros grupos nacionais e estrangeiros. Essa concorrência pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados da Sociedade.
- O desenvolvimento da actividade das principais participadas da OREY poderá implicar o reforço de investimento nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sociedade não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições inicialmente pensadas.
- O desenvolvimento de negócios em Angola e Brasil por parte de algumas participadas expõe a OREY aos riscos decorrentes da evolução política, económica e legal desses países, podendo afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados.

Pela sua dimensão a organização da gestão de risco e o acompanhamento dos riscos da actividade da OREY é feito através dos órgãos de administração e gerência de cada uma das sociedades. Em cada um destes órgãos está presente um ou mais elementos do C.A. da holding que acompanha directamente e transmite a este último órgão as preocupações mais relevantes.

Os Conselhos de Administração/Gerência das empresas participadas com actividade operacional reúnem com uma periodicidade mensal.

A política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação dos diversos negócios, de forma a equilibrar a presença do grupo em diversos mercados.

Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, a criação de dois órgãos de Governo Corporativo, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee) e um Comité de Pessoal.

O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o

planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).

O Comité de Pessoal tem como objectivo apoiar o Conselho de Administração da Sociedade na recolha periódica de informação sistematizada sobre o desempenho dos recursos humanos, permitindo o conhecimento e o acompanhamento das situações particulares, de forma a promover a aplicação fundamentada da política de recursos humanos e um correcto aproveitamento dos recursos humanos internos fomentando a gestão de carreiras.

Este comité reúne uma vez por ano, após o processo de avaliação de desempenho, ou quando convocado extraordinariamente pela Administração e é composto pelos membros do C.A., pelo responsável dos Recursos Humanos e, por vezes, pelos gestores responsáveis pelas áreas de negócio do grupo.

2.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois vogais, verbalmente ou por escrito, com uma antecedência mínima de três dias úteis relativamente à data das reuniões, que terão lugar quando e onde o interesse social o exigir, e no mínimo uma vez por trimestre.

As deliberações do Conselho de Administração só serão válidas desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião votar por correspondência ou fazer-se representar por outro Administrador.

Os votos por correspondência serão exercidos e os poderes de representação serão conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente considerados como de exercício de poderes de gestão, nomeadamente:

- Designação do(s) respectivo(s) Vice(s)-Presidente (s);
- Cooptação de Administradores;

- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- Prestação de caução e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- Extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade;
- Modificações importantes na organização da Sociedade;
- Mudança de sede da Sociedade;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira deliberação do Conselho.

Alguns dos poderes do Conselho de Administração poderão ser delegados num ou mais Administradores-delegados. Por outro lado, a gestão corrente da Sociedade poderá ser delegada numa Comissão Executiva, composta por um número ímpar de membros, devendo a respectiva delegação fixar os seus respectivos limites, a composição da referida Comissão Executiva e o seu modo de funcionamento.

Atendendo à dimensão da Sociedade, não se considerou, por agora, proceder à referida delegação de poderes.

No que respeita às deliberações de aumento de capital, o Conselho de Administração pode, de acordo com o artigo 8.º, n.º 1, dos Estatutos da Sociedade, até 16 de Março de 2011, deliberar aumentos de capital até ao valor nominal de € 13.750.000,00 (treze milhões e setecentos e cinquenta mil euros).

Atendendo ao facto de o Presidente do Conselho de Administração exercer funções executivas, o Conselho decidiu adoptar um conjunto de mecanismos que permitam, aos membros não executivos, o exercício das suas funções e a prossecução da sua actividade com base no acesso facilitado às informações necessárias para que as suas decisões sejam tomadas de uma forma livre, consciente e informada.

Nas reuniões com os membros executivos, e sem prejuízo de acesso a qualquer outro tipo de informação solicitada, os membros não executivos são informados de todas as deliberações tomadas em comissão executiva e de toda a informação acerca da actividade desenvolvida pela sociedade.

A actividade destes membros não executivos, no ano de 2009, não sofreu qualquer espécie de constrangimentos.

Durante o ano de 2009, os administradores não executivos não reuniram, entre si, sem a presença da comissão executiva.

No âmbito do exercício da sua actividade, os membros do Conselho de Administração que desempenham funções executivas procuram fornecer regularmente aos órgãos sociais da OREY toda a informação sobre a gestão da Sociedade. Neste contexto, quando essa

informação é requerida por qualquer membro desses órgãos, os Administradores Executivos da Sociedade procuram, em tempo útil, e da forma mais adequada possível, fornecer todos os elementos solicitados.

De acordo com o a Recomendação II.2.5 do Código é exigido que haja uma rotação, pelo menos, no fim de cada dois mandatos completos, do membro do Conselho de Administração com o pelouro financeiro. A OREY cumpre esta recomendação. No entanto é posição da OREY que existem outras formas de mitigar os riscos associados à manutenção do responsável pelo pelouro financeiro mais do que dois mandatos, nomeadamente o reforço das competências do Conselho Fiscal e a rotação dos Auditores Externos.

2.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

No sentido de se adequar às recomendações do Código de Governo das Sociedade foram elaboradas propostas de regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal os quais ainda não se encontram aprovados. Logo que se verifique a sua aprovação a OREY cumprirá com esta recomendação.

2.7. Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do órgão de administração e fiscalização.

Os membros do Conselho de Administração são designados (e destituídos) pela Assembleia Geral, que deverá designar, entre os membros daquele Conselho, o membro que irá ocupar o cargo de Presidente.

O Vice-Presidente, quando exista, será designado pelo Conselho de Administração eleito.

Por outro lado, os Estatutos da Sociedade prevêem que, nos termos do artigo 15.º, n.º4, um número de membros do Conselho de Administração, que não seja superior a um terço da totalidade dos membros, seja isoladamente eleito de entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20 % (vinte por cento) ou menos de 10% (dez por cento) do capital social.

No caso de ser necessário proceder à substituição de um administrador, esta poderá ocorrer por uma das seguintes formas: não existindo administradores suplentes, o Conselho de Administração poderá proceder à cooptação de um administrador, a qual deve ser submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte; no caso de não se proceder à cooptação num prazo de 60 dias, a comissão de auditoria designa um substituto, a qual deve ser igualmente submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte; se tal não suceder, a substituição far-se-á através da eleição de um novo administrador pela Assembleia Geral.

2.8. Número de Reuniões dos órgãos de administração e fiscalização durante o exercício.

Durante o exercício de 2009 realizaram-se 15 reuniões de Conselho de administração (com presença dos membros executivos e não executivos), 4 reuniões do conselho fiscal e 2 reuniões da comissão de remunerações.

2.9. Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Actualmente, o Conselho de Administração é composto por cinco membros, sendo dois deles administradores não executivos, número que garante a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade desenvolvida pelos Administradores Executivos, visto corresponder a 40 % (quarenta por cento) do total dos membros do Conselho de Administração.

Nome	Cargo	Independente Não independente	Início do Mandato	Termo do Mandato
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	Presidente	Não Independente	2003	2012
Joaquim Paulo Claro dos Santos	Administrador executivo	Independente	2009	2012
Francisco Manuel Lemos dos Santos Bessa	Administrador executivo	Independente	2004	2012
Juan Celestino Lázaro González	Administrador não executivo	Independente	2008	2012
Jorge Delclaux Bravo	Administrador não executivo	Independente	2008	2012

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e o respeito pelas regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A (com excepção da alínea b) que não é aplicável), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da OREY considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delcaux Bravo

2.10. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
(Presidente)

Desde 2003	Eleito Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.;
1999	Administrador Delegado e Fundador do First Portuguese Group;
1997 a 1998	Responsável da Tesouraria Integrada do Grupo Banco Mello;
1995 a 1996	Responsável da Tesouraria do Banco Mello e da União de Bancos Portugueses após ter sido Co-Responsável da mesa de derivativos;
1992 a 1994	Dealer de mercados monetários, mercado de capitais, derivativos e moeda no Citibank Portugal S.A.;

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2009, não detém directamente acções da Sociedade. Detém indirectamente 10.178.975 acções representativas de 74,62% dos direitos de voto.

Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa
(Vogal)

Desde 2004	Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
1998 – 2004	Director do Banco Comercial Português: Interbanco, S.A. – Director de Controlo de Gestão; Credibanco – Director de Planeamento e Risco; Banco Mello – Director Adjunto Direcção Financeira.
1996 – 1998	Ernst & Young Senior Manager – Financial Services Group;
1992 – 1996	União de Bancos Portugueses: Uniger, SGFIM – Director Geral; Ascor Dealer, SFC – Administrador (CFO); Mello Fiduciária, SGP – Director de Investimentos;
1989 – 1992	KPMG – Auditor Sénior.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão.

Em 31 de Dezembro de 2009, detém 1.108 acções da Sociedade.

Joaquim Paulo Claro dos Santos
(Vogal)

Desde 2009	Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes;
2000 – 2008	Director Financeiro e do Centro de Serviços Partilhados da Sociedade Comercial Orey Antunes SA;
1996 – 2000	Manager – Finance na Mitsubishi Trucks Europe, S.A.;
1991 – 1995	Director Operacional na Higimpor,Lda;
1989 – 1991	Administrador Financeiro na Auto Caldas, S.A.- Concessionário Automóvel da Ford de Abril 1989 a Novembro de 1991;
1987 – 1989	Director de Controlo de Gestão no F.A.Caiado, S.A.;
1983 – 1986	Adjunto do Director Administrativo - Financeiro no F.A. Caiado, S.A.;

Licenciado em Gestão de Empresas e Mestre em Contabilidade pelo ISCTE.

Em 31 de Dezembro de 2009 não detém quaisquer acções da Sociedade.

Juan Celestino Lázaro Gonzalés
(Vogal)

2008	Administrador não executivo da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
2007	Consultor independente. Assessor de empresas do sector financeiro; Mutua Madrileña. Director Geral, responsável pela Área Seguradora (seguros de automóvel, saúde, vida, casa, acidentes, autoclub);
2002 – 2007	Caser. Director General Adjunto, responsável das Divisões de Sistemas de Informação, Recursos Materiais, Consultoria de Vida e Pensões, Gestão Hospitaleira e Terceira idade, E-Business, e Organização e qualidade; Conselheiro de sociedades participadas: Le Mans Seguros España S.A.; Inmocasas S.A.; Sudamérica Le Mans A.I.E.; Gesinca Consultora de Pensiones y Seguros S.A.; Segurvirtual MVS S.A.; Clarem Spain S.A.; C y E Servicios Sociosanitarios S.A.; C y E Badajoz Servicios Sociosanitarios S.A.; Gesclimesa S.A.; Shopnet Brokers S.A.;
1990 - 1999 e 2001 – 2002	McKinsey & Company. Consultoria de Alta Direcção nas escritórios de Madrid, Lisboa, e Buenos Aires, para clientes fundamentalmente do sector financeiro, e em menor medida de transportes e industria pesada. Responsável pela Prática de Seguros da Oficina de Madrid;Uniger, SGFIM – Director Geral;
1999 – 2001	Fusão com BCP: Banco Mello S.A. Assessor do Conselho de Administração, dependendo do Presidente da Comissão Executiva, com responsabilidade executiva sobre os seguintes Departamentos: Controlo de Gestão e

Pressupostos, Planificação Estratégica, Consultaria interna, e Modelos Preditivos (Marketing relacional e Scorings de Risco);

1984 - 1990 Asfaltos Españoles S.A. – ASES.A. Empresa de Refino de Petróleo participada em 50/50 pelos grupos Repsol e Cepsa. Adjunto do Director General com responsabilidade executiva sobre as sociedades participadas em Estrangeiro (1986 a 1990), Subdirector Comercial (1988 a 1990), Secretario del Comité de Dirección (1985 a 1986), chefe de Planificação e Estudios Económicos (1984 a 1986);

Licenciado em Direito pela Facultad de Derecho del ICADE (Universidad Pontificia Comillas) e em Ciências Económicas e Empresariais (Secção Ciências Empresariais) pela Facultad de C.C. E.E. y E.E. del ICADE (Universidad Pontificia Comillas);

Em 31 de Dezembro de 2009 detém indirectamente 182.150 acções da Sociedade representativas de 1,33% dos direitos de voto.

Jorge Delclaux Bravo
(Vogal)

2008 Administrador não executivo Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;

Desde 2006 Executive Vice-President of Inversiones Ibersuizas, S.A.;

Board Member of La Seda de Barcelona, S.A.;

Board Member of Rothschild Gestión AV, S.A.;

Board Member of Rothschild España, S.A.;

Board Member of Ibersuizas Gestión, SGECR;

2005- 2006 Board Member of Ebro Puleva, S.A.;

2001- 2002 Board Member of Safei, S.A.;

1998- 1999 Board Member of Grucycsa, S.A.;

1993 – 2006 N.M. Rothschild & Sons London and Rothschild España, S.A.;

1989 – 1993 UBS Phillips & Drew;

1985 – 1989 Morgan Grenfell & Co. Ltd.

Licenciado em Economics and Business Administration pela CUNEF;

Em 31 de Dezembro de 2009 não detém qualquer acção da Sociedade.

2.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Funções dos Membros Executivos do Conselho de Administração em empresas do fora grupo

Duarte d´Orey

- Presidente do Conselho de Administração da Orey Inversiones Financieras, S.L.;
- Presidente do Conselho de Administração da Triângulo-Mor - Consultadoria Económica e Financeira, S.A.;
- Administrador Único do Monte S. José - Actividades Agrícolas, Imobiliárias e Recreativas, S.A.;
- Membro da Direcção do Instituto D. João de Castro.

Francisco Bessa

- Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

Joaquim Paulo Claro dos Santos

- Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

Funções dos Membros Executivos do Conselho de Administração em empresas do grupo

NOME	Duarte d'Orey	Joaquim Santos	Francisco Bessa
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	A	A	A
Orey Serviços e Organização, Lda.	G	G	G
Orey- Gestão Imobiliária Lda	A	A	A
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	A	-	A
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	G	G	G
Orey (Cayman) Ltd.	D	D	D
CMA- CGM Portugal - Agentes de Navegação Lda	A	-	-
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	A	-	A
Orey Shipping SL	G	-	G
Horizon View	A	-	A
Storkship- Navegação e Logística SA	A	-	A
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	G	G	-
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	A	A	A
Orey Técnica Serviços Navais, Lda.	-	-	G
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	G	-	G
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	-	-	A
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	A	A	A
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	-	-	G
Orey Financial SGPS SA	A	A	A
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	A	-	A
Orey Management (Cayman) Ltd	C	-	-
OP Incrível SGPS	A	-	-
Football Players Funds Management Ltd	C	-	-
TRT Initiatoeren GmbH	D	-	-
TRF Transferrechtetfonds 1 Management GmbH	D	-	-
Full Trust - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.	A	-	-
Orey Financial Brasil, S.A.	A	-	-

A: Administrador - C: Chairman - D: Director - G: Gerente

2.12. Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Presidente: José Martinho Soares Barroso

Vogal: Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

Vogal: José Eliseu Chasqueira Mendes

Suplente: Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador

Todos membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e respeitam as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A [incluindo a alínea f)], ambos do Código das Sociedades

Comerciais, tendo todas as competências necessárias ao exercício das respectivas funções.

2.13. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Nome	Cargo	Nº de Acções da Sociedade	Início do Mandato	Termo do Mandato
José Martinho Soares Barroso	Presidente	-	2007	2012
Acácio Augusto Pita Negrão	Vogal	-	2007	2012
José Eliseu Mendes	Vogal	-	2007	2012
Nuno de Deus Vieira P. Salvador	Suplente	-	2007	2012

José Martinho Soares Barroso

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE;
- Inscrito na lista de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 724;
- Desde 1982 colaborador e Partner da BDO bdc & Associados, SROC, Lda.;
- Membro de Comitês internacionais da BDO.

Acácio Augusto Pita Negrão

- Em Outubro de 1993, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciou-se, em Julho de 1998.
- Entre Setembro de 1999 e Julho de 2000, frequentou e concluiu o curso de pós-graduação em Mercados, Instituições e Instrumentos Financeiros, promovido pela Bolsa de Derivados do Porto, a NovaForum (FEUNL) e as Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa (FDUL) e Nova de Lisboa (FDUNL).
- Entre Setembro de 2004 e Julho de 2005, frequentou e concluiu o curso de pós-graduação em "Gestão Fiscal das Organizações", promovido pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (IDEFE – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais).
- Administrador da PLEN – Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Eliseu Mendes, Pita Negrão – Sociedade de Advogados, RL, pessoa colectiva nº 507.992.580, inscrita no Conselho Geral da Ordem dos Advogados sob o nº 4/2007, com o capital social de € 5.000 e com sede na Av. António Augusto de Aguiar n.º 24, 7º Esq. – 1050-016 Lisboa;
- Administrador da "Caleiraeterna – Fabrico e Comércio de Componentes e Máquinas para Caleiras, S.A., pessoa colectiva nº 503.199.834, com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, Lote 24 – 3100-354 Pombal, com o capital

social de € 750.300, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Pombal;

- Membro do Conselho Fiscal da SCOA.
- De Março a Setembro de 1998, trabalhou no Departamento Financeiro do Banco Mello, onde exerceu funções na Sala de Mercados, tendo a seu cargo a gestão da Tesouraria dos “Foreign Branches” daquela instituição.
- Entre finais de Setembro de 1998 e Outubro de 2000, frequentou o estágio de advocacia na sociedade de advogados “Pena, Machete & Associados” (a qual, a partir de Setembro de 1999 e após fusão com outras sociedades, se passou a designar “PMBGR – Sociedade de Advogados), tendo como patrono o Dr. Rui Machete.
- Após ter concluído o seu estágio de advocacia, em Outubro de 2000, ingressou na sociedade de advogados “Abreu & Marques, Vinhas e Associados”, na qual trabalhou, como advogado associado sénior, até Fevereiro de 2007.
- Em Março de 2007, foi co-fundador da PLEN – Sociedade de Advogados, RL, na qual exerce, actualmente, a sua actividade profissional de advogado.

José Eliseu Mendes

- Licenciatura em Direito na Universidade Católica de Lisboa em 1998
- Pós-graduação em Fiscalidade em 2002
- Advogado-Estagiário no Grupo Legal Português em Lisboa, **1999 a 2001**
- Advogado na F. Castelo Branco & Associados em Lisboa, **2002 a 2006**
- Sócio fundador da PLEN – Sociedade de Advogados RL, **desde 2007**
- Membro do Conselho Fiscal da Sociedade Comercial Orey e Antunes, S.A.

2.14. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

José Martinho Soares Barroso

Colaborador e Partner da BDO bdc & Associados, SROC, Lda.

Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

Acácio Augusto Pita Negrão

Co-fundador da PLEN, responsável da sociedade pelas áreas de Direito Laboral e Contencioso.

Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

José Eliseu Mendes

Administrador da PLEN - Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Eliseu Mendes, Pita Negrão, Sociedade de Advogados, R.L.;

Gerente da sociedade Cybercapital, Lda.;

Presidente da Assembleia Geral da sociedade HMM - SGPS, S.A.;

Presidente da Assembleia Geral da sociedade Moldegama - Moldes Técnicos, S.A.

Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

O Conselho Fiscal dispõe dos poderes e encontra-se sujeito aos deveres estabelecidos na lei e no Contrato de Sociedade da OREY, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas e a sua remuneração;

- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e zelar para que sejam asseguradas, no seio da Sociedade, as condições adequadas ao exercício da actividade do revisor oficial de contas;
- Agir com interlocutor da Sociedade perante o Revisor Oficial de Contas, e ser o primeiro destinatário dos relatórios por este realizados;
- Proceder à avaliação anual da actividade desempenhada pelo Revisor Oficial de Contas, propondo a sua destituição à Assembleia Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, no qual inclui uma descrição da actividade de fiscalização desenvolvida durante o período em questão, que é alvo de publicação no sítio da Internet da Sociedade, juntamente com os documentos de prestação de contas.

Nestes termos, refira-se que no ano de 2009, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos no exercício da sua actividade de fiscalização.

2.15. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração tem uma componente fixa e uma componente variável, esta última deliberada em Assembleia Geral, e que é atribuída em função dos resultados da sociedade.

A remuneração dos Administradores pode consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% do lucro do exercício distribuível.

A Assembleia Geral poderá deliberar a constituição de um regime de reforma ou de complementos de reforma em benefício dos Administradores cujos anos de mandato, seguidos ou interpolados, sejam superiores a seis anos.

Na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009 foi aprovada a distribuição, para Gratificações ao Conselho de Administração, de 10% dos resultados líquidos consolidados, correspondentes a € 227.193 (duzentos e vinte sete mil cento e noventa e três euros).

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do conselho de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão,

despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

2.16. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete

Vogal: Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato

Vogal: Dr. Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes

A 31 de Dezembro de 2009 nenhum dos membros acima referidos pertencia ao órgão de administração da Sociedade, nem dele faziam parte o cônjuge ou quaisquer parentes ou afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive, de algum dos membros da Comissão de Remunerações.

2.17. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração.

No exercício de 2009 a remuneração anual fixa e variável auferida pelos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal foi a seguinte:

Conselho de Administração	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de Presença	Total
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	-	90.877	60.000	150.877
Joaquim Paulo Claro dos Santos	-	-	-	-
Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa	166.120	68.158	-	234.278
Juan Celestino Lázaro González	-	-	5.816	5.816
Jorge Delclaux Bravo	-	-	5.816	5.816
Total	166.120	159.035	71.632	396.787

Conselho Fiscal	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de Presença	Total
José Martinho Soares Barroso	12.000	-	-	12.000
Acácio Augusto Pita Negrão	-	-	6.000	6.000
José Eliseu Mendes	-	-	6.000	6.000
Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador	-	-	-	-
Total	12.000	0	12.000	24.000

A remuneração auferida pelos órgãos do conselho de administração em outras empresas do grupo foi a seguinte:

Conselho de Administração	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de Presença	Total
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	156.558	-	-	156.558
Joaquim Paulo Claro dos Santos	107.503	7.500	-	115.003
Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa	-	-	-	-
Juan Celestino Lázaro González	-	-	-	-
Jorge Delclaux Bravo	-	-	-	-
Total	264.061	7.500	0	271.561

2.18. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do conselho de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

2.19. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

Atendendo à dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração não tinha sentido, até à data, a necessidade de dispor de uma política de comunicação de irregularidades. A Administração da Sociedade encontra-se em permanente contacto com os seus auditores e com os Gerentes e Directores das principais áreas de negócio, potenciando, desta forma, que qualquer irregularidade detectada seja devidamente comunicada.

No entanto em 2009 a OREY procedeu à implementação de um mecanismo de comunicação de irregularidades proporcionando a todos os colaboradores do Grupo, de forma segura, eficaz, directa e confidencial. Assim foi criada uma caixa de correio electrónico presidente.conselho.fiscal@orey.com, que permite a qualquer entidade transmitir ao Presidente do Conselho Fiscal qualquer actuação irregular que, no seu entendimento, possa ter ocorrido no seio da Empresa, nomeadamente, as referentes a práticas contabilísticas e financeiras ilícitas ou pouco claras.

Este meio garante a possibilidade aos colaboradores da OREY de transmitirem as suas dúvidas e preocupações sobre a Sociedade, ao órgão a quem cumpre fiscalizar a sua

actividade. Por outro lado, este tipo de mecanismos proporciona, igualmente, que se detectem mais facilmente e numa altura mais inicial, as eventuais práticas nefastas ao bom governo da Sociedade, evitando-se, desse modo, a criação de danos na Sociedade, nos seus membros e colaboradores e, conseqüentemente, nos seus accionistas.

Refira-se que, de acordo com a Recomendação II.1.4.1 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, toda e qualquer comunicação acima descrita será tratada de forma absolutamente confidencial, em tudo o que não prejudique a resolução do problema.

Numa base regular o Presidente do Conselho Fiscal apresenta uma síntese de todas as comunicações recebidas ao Presidente do Conselho de Administração.

3. INFORMAÇÃO

3.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social da Sociedade, no valor de € 17.750.000, está representado por 17.750.000 acções ao portador com o valor nominal de um Euro cada.

As acções são nominativas e adoptam a forma de representação escritural.

Nos aumentos de capital em dinheiro os accionistas gozam do direito de preferência na subscrição de novas acções, excepto se tal for reduzido ou suprimido por deliberação da Assembleia Geral tomada nos termos da lei para cada aumento específico.

3.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Em 31 de Dezembro de 2009, os accionistas detentores de participações qualificadas, calculadas nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, no capital social da Sociedade, eram os seguintes:

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey			
Directamente:	0	0,00%	0,00%
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.350.000	31,64%	31,64%
- Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A.	5.304.721	38,58%	38,58%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	343.981	2,50%	2,50%
SUB-TOTAL	9.998.702	72,72%	72,72%
Jochen Michalski	370.044	2,69%	2,69%
MCFA, SGPS, S.A.	275.000	2,00%	2,00%
MRF, SGPS, S.A.	275.000	2,00%	2,00%
SUB-TOTAL	920.044	6,69%	6,69%
TOTAL	10.918.746	79,41%	79,41%

3.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

As acções da Sociedade integram uma única classe e série, encontrando-se totalmente subscritas e liberadas, sendo que não existem titulares de direitos especiais.

3.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Nos termos do disposto nos Estatutos da OREY, não existem quaisquer regras que imponham restrições à transmissibilidade das acções, como por exemplo, cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

3.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Que seja do conhecimento da Sociedade, não existem Acordos Parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de valores mobiliários ou de direitos de voto.

3.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

As alterações nos estatutos estão dependentes da aprovação em Assembleia Geral. Não existem regras especiais à alteração dos estatutos para além daquelas que estão previstas no Código das Sociedades Comerciais.

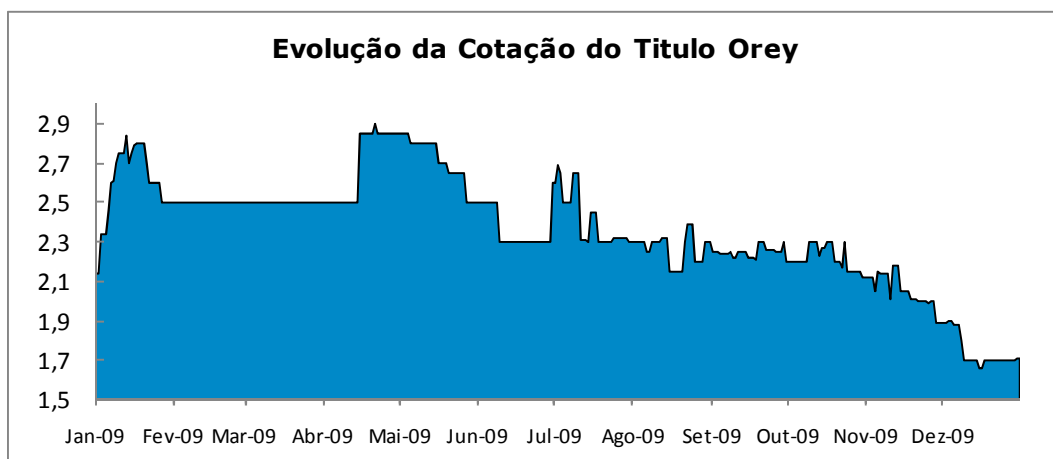
3.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não existem mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

3.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) O anúncio de resultados; c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

A acção Orey teve uma desvalorização de 34,5% entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009. A acção fechou, no último dia de 2008, a 2,30 Euros e fechou, em 31 de Dezembro de 2009, a 1,71 Euros.

A evolução durante o ano de 2009 das cotações do título Orey foi a seguinte:



A Sociedade mantém em vigor um contrato de "liquidity provider" com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

Os impactos sobre a cotação da acção Orey tendo em conta eventos corporativos foram os seguintes:

- 4 de Março de 2009 – A sociedade informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2008. A acção fechou a 2,50 euros mantendo a cotação no dia seguinte.
- 20 de Abril de 2009 – A sociedade informou que se pagariam a partir do dia 30 de Abril os dividendos relativos ao exercício de 2008. Neste dia a acção fechou a 2,85 euros tendo subido no dia seguinte para 2,90.
- 15 de Maio de 2009 – A sociedade informou sobre os resultados consolidados do primeiro trimestre. A acção fechou a 2,8 mantendo a cotação no dia seguinte.
- 22 de Junho de 2009 – A sociedade informou sobre vencimento dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOPs) referentes à emissão "Capital Orey 2006-2009". A acção fechou a 2,85 mantendo a cotação no dia seguinte.

- 31 de Agosto de 2009 – A sociedade informou sobre os resultados consolidados do primeiro Semestre de 2009. A acção fechou a 2,30 mantendo a cotação no dia seguinte.
- 20 de Novembro de 2009 – A sociedade informou sobre os resultados do terceiro trimestre de 2009. A acção fechou a 2,01 mantendo a cotação no dia seguinte.

3.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A sociedade tem tido uma política de distribuição de dividendos pautada pela preocupação de proporcionar um nível de rendimentos aos accionistas sem pôr em causa o investimento e as perspectivas de desenvolvimento da sociedade.

A proposta de aplicação de resultados é da responsabilidade do Conselho de Administração, subordinada ao estipulado na legislação portuguesa e nos estatutos da Sociedade, podendo ser apresentadas, em Assembleia Geral, propostas alternativas à apresentada pelo Conselho de Administração.

Tal como deliberado na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009 foram pagos dividendos no valor bruto de 0,11 Euros por acção, relativos ao exercício de 2008.

Tal como deliberado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2008 foram pagos dividendos no valor bruto de 0,10 Euros por acção, relativos ao exercício de 2007.

Tal como deliberado na Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 foram pagos dividendos no valor bruto de 0,07 Euros por acção, relativos ao exercício de 2006.

3.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Foi apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores a qual foi aprovada:

IV- Objectivos:

- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
- 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
- 3) Atrair e reter Recursos Humanos;
- 4) Incentivar e partilhar o sucesso;
- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado.

V- Condições de Acesso

- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
- 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
- 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções
 - 3.2 Pontuação > = 50% e <= a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
 - 3.3 Pontuação < 50% - perde todas as opções
- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100 (cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores:
 - Que tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - Que tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).

VI- Ficha Técnica

- 1) Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores da OREY e das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.

Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da sociedade cada um;

Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da sociedade cada um;

Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da sociedade cada um;

Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.

- 2) O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
- 3) Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
- 4) "Strike Price": € 3,081 (três euros, oito cêntimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título "OREY" nos últimos seis meses de 2006.
- 5) Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
- 6) Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.
- 7) Ajustamentos ao "strike price":
 - O preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, "stock split", etc.
 - Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por "Capital Orey 2006 – 2009" uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

São necessárias 968.000 acções para a sociedade cumprir este plano.

3.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativos em termos económicos entre, a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

3.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar.

Com o objectivo de se assegurar a existência de um contacto permanente com o mercado, respeitando sempre o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a OREY decidiu criar, por um lado, a figura do *Investor Relations* e, por outro, um Gabinete de Apoio ao Investidor.

A função de *Investor Relations* é actualmente exercida por um membro do Conselho de Administração, o Dr. Joaquim Paulo Claro dos Santos. O seu endereço profissional é o seguinte:

Joaquim Santos
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, Nº 17 6ªA
1070 – 313 Lisboa
Telef: + 351 21 340 70 46
Fax: + 351 21 347 39 37
Email: joaquim.santos@orey.com

Embora mantendo esta responsabilidade ao nível do Conselho de Administração, a Sociedade tem um Gabinete de Apoio ao Investidor, nos termos das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades cotadas.

Os investidores podem aceder ao Gabinete através do telefone +351 213407046, fax +351 213473937 e e-mail: ir@orey.com, podendo, no sítio da Sociedade na Internet em www.orey.com, ter uma percepção mais completa da forma de funcionamento deste organismo. O horário de atendimento é nos dias úteis entre as 9h00 horas e as 12h30 horas e entre as 14h00 horas e as 17h30 horas.

O gabinete tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação relevante, divulgação da informação financeira intercalar e notícias relacionadas com o Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, de investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.

3.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

O valor das remunerações pagas ou a pagar aos Auditores Externos da Sociedade, ou a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade foi, em 2009, como se segue (valores expressos em Euros):

Serviços de Revisão Legal das Contas/Auditoria	372.802
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	0
Serviços de Consultoria Fiscal	0
Total	372.802

A Ernst & Young tem estabelecido um sistema interno de controlo e monitorização da política de independência, que obedece em pleno às normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, instituída para identificar potenciais ameaças à independência e as respectivas medidas de salvaguarda.

Nesta política, estão estabelecidos os serviços expressamente proibidos pelo risco que estes apresentam à independência do auditor, o que é observado rigorosamente. Paralelamente, a independência pessoal de cada profissional é assegurada através de um processo interno, pelo qual cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta

regularmente o seu conhecimento da referida política e declara o seu cumprimento com a mesma.

São efectuadas acções regulares de formação contínua sobre a referida política. A monitorização do cumprimento da política de independência é efectuada através de auditorias internas regulares, conduzidas por auditores da rede internacional da Ernst & Young.

Os serviços de consultoria fiscal prestados ao Grupo pela rede englobaram a revisão de declarações fiscais e aconselhamento pontual sobre assuntos fiscais. Seguindo a política estabelecida, na prestação destes serviços, foi assegurada a independência total em relação às decisões da Empresa ou de qualquer das suas filiais sobre matérias fiscais ou outras relacionadas.